

# Parceria para Governo Aberto

Open Government Partnership - OGP

## Relatório de Autoavaliação Intermediário

2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto

Brasília  
Abril, 2015



## Sumário

I - Introdução e Contextualização.....	5
Os Planos de Ação Brasileiros .....	5
II – Resumo do processo de construção do 2º Plano de Ação .....	5
Diálogos Governo e Sociedade Civil .....	6
A Devolutiva do 2º Plano de Ação.....	7
Recomendações do Mecanismo de Avaliação Independente .....	7
III - O Monitoramento do 2º Plano de Ação.....	8
Situação dos compromissos do 2º Plano de Ação do Brasil .....	10
IV. Informações adicionais sobre a implementação dos compromissos.....	16
Eixo 1: Gestão mais efetiva dos recursos públicos.....	16
Compromisso: (1.1) DEFESA DA PROIBIDADE E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.....	16
Compromisso: (1.2) IMPLANTAÇÃO DO ODP.NANO .....	20
Compromisso: (1.3) FORTALECIMENTO DA CGU.....	21
Compromisso: (1.4) PRESTAÇÃO DE CONTAS ONLINE DE RECURSOS PARA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO .....	24
Compromisso: (1.5) GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PARCEIROS GESTORES E OPERADORES DE RECURSOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS E DE CONSELHEIROS DE CONTROLE SOCIAL .....	28
Compromisso: (1.6) PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	32
Compromisso: (1.7) CONSTRUÇÃO DE PAINEL UNIFICADO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS DADOS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS, COM ACESSO PÚBLICO E INTERATIVO VIA WEB .....	35
Compromisso: (1.8) INCLUSÃO DIGITAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE.....	36
Compromisso: (1.9) FERRAMENTAS PARA TRANSPARÊNCIA E MELHORIA DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA.....	40
Compromisso: (1.10) IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MONITORAMENTO DO PPA E NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL .....	42
Compromisso: (1.11) IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS DEMANDAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	44
Compromisso: (1.12) FORMAÇÃO DE EDUCADORES, AGENTES POLÍTICOS, GESTORES PÚBLICOS, CONSELHEIROS DE POLÍTICA SOCIAL E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS .....	47
Compromisso: (1.13) INCENTIVO À ADEÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS AOS QUATRO PRINCÍPIOS DA OGP..	52
Eixo 2: Aumento da Integridade.....	55
Compromisso: (2.1) IMPLEMENTAÇÃO DA “BIBLIOTECA DO ACESSO TRANSPARENTE À INFORMAÇÃO” .....	55
Compromisso: (2.2) BANCO DE PREÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	57
Compromisso: (2.3) CRIAÇÃO DE UM SÍTIO BRASILEIRO DA PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO (OGP) .....	59
Compromisso: (2.4) RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (E-SIC).....	60
Compromisso: (2.5) FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	63
Compromisso: (2.6) FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	65

Compromisso: (2.7) BASE DE DADOS DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRODUZIDOS PELA MARINHA DO BRASIL.....	67
Compromisso: (2.8) DADOS EDUCACIONAIS ABERTOS .....	70
Compromisso: (2.9) APRIMORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA DOS DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SINDEC) .....	71
Compromisso: (2.10) IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NO GOVERNO FEDERAL.....	74
Compromisso: (2.11) ABERTURA DOS DADOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO E DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS .....	77
Compromisso: (2.12) DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE ABERTURA DE DADOS PÚBLICOS JUNTO A GOVERNOS LOCAIS .....	80
Compromisso: (2.13) TECNOLOGIAS DE SUPORTE E MODELOS DE LICENCIAMENTO PARA A PUBLICAÇÃO DE DADOS ABERTOS .....	82
Compromisso: (2.14) PROPOSTA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS SISTEMAS GOVERNAMENTAIS EM FORMATOS DE DADOS ABERTOS .....	85
Compromisso: (2.15) GESTÃO DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL (E-GOVERNANÇA) .....	87
Compromisso: (2.16) APRIMORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA E DA OUVIDORIA DO SUS.....	91
Compromisso: (2.17) FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS .....	93
Compromisso: (2.18) MELHORAR A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO .....	95
Compromisso: (2.19) PUBLICAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO REFERÊNCIA PARA O GOVERNO.....	98
Compromisso: (2.20) AUDITORIAS PARTICIPATIVAS NAS OBRAS DAS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO FIFA 2014.....	100
Compromisso: (2.21) INDICADORES MUNICIPAIS DE CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DIREITOS HUMANOS – FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL PARTICIPATIVA .....	101
Compromisso: (2.22) CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	103
<b>Eixo 3: Melhoria dos Serviços Públicos .....</b>	<b>106</b>
Compromisso: (3.1) REESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO .....	106
Compromisso: (3.2) CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS.....	109
Compromisso: (3.3) PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE.....	112
Compromisso: (3.4) CARTA SUS .....	114
Compromisso: (3.5.) PROJETO CIDADES DIGITAIS .....	116
Compromisso: (3.6) SINAPIR – SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL .....	118
Compromisso: (3.7) APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	121
Compromisso: (3.8) PORTAL BRASILEIRO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	123
Compromisso: (3.9) DADOS ABERTOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA .....	125
Compromisso: (3.10) SISTEMA ELETRÔNICO PARA CONSULTAS PÚBLICAS .....	128
Compromisso: (3.11) MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR MEIO DA INTENSIFICAÇÃO DO USO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE .....	130
<b>Eixo 4: Aumento da Responsabilidade Corporativa.....</b>	<b>133</b>

Compromisso: (4.1) APERFEIÇOAMENTO E VALORIZAÇÃO DO CADASTRO EMPRESA PRÓ-ÉTICA.....	133
Compromisso: (4.2) AMPLIAR A BASE DE DADOS DO CADASTRO UNIFICADO DE IMPEDIMENTOS PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CEIS) .....	135
<b>Eixo 5: Criação de comunidades mais seguras.....</b>	<b>137</b>
Compromisso: (5.1) Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)...	137
Compromisso: (5.2) SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA .....	139
Compromisso: (5.3) ELABORAÇÃO DE PROCESSOS PARA A CONSULTA PRÉVIA DA CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	143
Compromisso: (5.4) REFORMULAÇÃO DOS ATUAIS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO .....	147
<b>V. Conclusão, outras iniciativas e próximos passos.....</b>	<b>149</b>

## I - Introdução e Contextualização

A Parceria para Governo Aberto (OGP, do inglês *Open Government Partnership*) é uma iniciativa multilateral lançada em setembro de 2011 com o objetivo de tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis por meio de um trabalho conjunto entre organizações da sociedade civil e países. Com menos de quatro anos de existência, a OGP passou de oito países fundadores para os atuais 65 países membros.

A OGP se materializa por meio da construção de compromissos concretos que promovam a transparência, a luta contra a corrupção, a participação social e o fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias nessas áreas.

### Os Planos de Ação Brasileiros

Uma das obrigações compartilhadas pelos países que participam da OGP é a apresentação de Planos de Ação contendo compromissos concretos que reflitam os quatro princípios norteadores da Parceria: transparência, participação cidadã, prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tecnologia e inovação. Esses compromissos devem buscar avanços nas áreas de desafio propostas pela Parceria, quais sejam: melhoria de serviços públicos, aumento da integridade pública, maior responsabilidade corporativa, criação de comunidades mais seguras e melhoria da gestão dos recursos públicos.

Em 2013, o Brasil lançou o seu 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Nesse contexto, o Governo Brasileiro comprometeu-se, no âmbito da OGP, a seguir avançando na promoção da transparência pública e do acesso à informação; no aperfeiçoamento de suas práticas de prevenção e combate à corrupção; no fortalecimento da gestão de recursos públicos; na prestação mais eficiente de serviços públicos; na promoção da integridade nos setores públicos e privado e no fomento à participação cidadã na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. A versão final do 2º Plano de Ação foi aprovada em outubro de 2013. Por meio desse documento, foram firmados 52 compromissos por 19 órgãos do Governo Federal.

No plano interno, a Controladoria-Geral da União (CGU) liderou a inserção do Brasil na OGP, articulando-se com diversos órgãos e segmentos da sociedade civil para a construção dos Planos de Ação brasileiros.

## II – Resumo do processo de construção do 2º Plano de Ação

Como um dos pilares da OGP é a participação social, o Governo Federal criou diversos mecanismos com o intuito de estreitar as relações entre Governo e sociedade, durante os processos de elaboração do 2º Plano de Ação. Para viabilizar essa interação, foi instituído um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, na 1ª Reunião Anual da Parceria para Governo Aberto,

em abril de 2012. O Grupo, que reuniu 10 organizações da sociedade civil<sup>1</sup>, foi responsável por apoiar o Grupo Executivo na criação de instrumentos de fomento à participação social no processo de construção dos compromissos e de acompanhamento da execução do 2º Plano de Ação. Como resultado, a construção do 2º Plano foi mais dinâmica e abrangente e envolveu diversos segmentos da sociedade e do governo.

Durante a elaboração do 2º Plano, a população pôde participar não apenas utilizando a internet, por meio de debates virtuais realizados em uma plataforma online, o fórum e-Democracia (mantido pela Câmara dos Deputados), mas também participando de um encontro presencial em Brasília (DF), organizado pela CGU e pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) em março de 2013. Esses canais de interação foram chamados “Diálogos Governo e Sociedade Civil” e deles saíram diversos compromissos que hoje fazem parte do 2º Plano de Ação. Mais de 500 pessoas, de diversas partes do país, participaram desses processos (diálogos virtual e presencial). As regras de participação foram previamente publicadas em manuais, construídos com o apoio do Grupo de Trabalho<sup>2</sup>.

## Diálogos Governo e Sociedade Civil

Por meio do diálogo virtual, realizado de outubro a dezembro de 2012, os cidadãos priorizaram 15 propostas para que fossem analisadas pelos órgãos do Governo Federal, no limite de suas competências e considerando múltiplos critérios, tais como: disponibilidade orçamentária, prazos, disponibilidade de recursos humanos e concretude. Dessas, 10 estão incluídas (algumas com ajustes para se adequarem aos critérios acima mencionados) na versão final do 2º Plano de Ação. No diálogo também foi dada à sociedade civil a oportunidade de comentar sobre algumas propostas dos órgãos de governo.

Já no diálogo presencial, realizado em março de 2013, cerca de 80 organizações da sociedade civil foram convidadas para os debates, que contaram também com a presença de representantes do Governo Federal. Ao final dos três dias de evento, os cidadãos, que haviam formulado diversas propostas de compromissos, priorizaram 17 delas para uma análise de viabilidade por parte do Governo Federal. Nesse caso, foram acatadas nove propostas, sendo que algumas delas também passaram por alguns ajustes, considerando, sobretudo, os critérios relativos à competência dos órgãos e aos seus limites orçamentários.

Ao todo, foram encaminhadas ao Governo 32 propostas sugeridas e priorizadas diretamente pela sociedade, das quais 19 foram acatadas e estão incluídas no 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.

---

<sup>1</sup> Participaram do Grupo de Trabalho as seguintes organizações: Gpopai-USP - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo; Pdma-FGV Direito RJ – Programa em Direito e Meio Ambiente da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas; Transparência Hacker; W3C-Brasil; Cese -Coordenadoria Ecumênica de Serviço; Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Artigo 19; Amarríbo - Amigos Associados de Ribeirão Bonito; Instituto Ethos; e Sinsepe - Sindicato das Secretárias do Estado de Pernambuco.

<sup>2</sup> [http://edemocracia.camara.gov.br/documents/980199/980230/\[Geral\]+%23Manual+Di%C3%A1logo+Virtual+OGP](http://edemocracia.camara.gov.br/documents/980199/980230/[Geral]+%23Manual+Di%C3%A1logo+Virtual+OGP)

## A Devolutiva do 2º Plano de Ação

O 2º Plano de Ação foi aprovado em duas etapas, por isso, foram publicadas duas devolutivas. A primeira versão do Plano continha 45 compromissos. Sobre essa versão, o Governo Federal publicou, em maio de 2013, um documento chamado “Devolutiva”<sup>3</sup>, no qual são apresentadas as justificativas de cada órgão sobre a adesão ou não às propostas elaboradas pela sociedade civil, com o objetivo de dar ampla divulgação à manifestação dos órgãos acerca delas. A Devolutiva foi publicada na plataforma e-Democracia, da Câmara dos Deputados, e submetida a uma consulta pública entre os dias 30 de maio e 5 de julho de 2013<sup>4</sup>.

A segunda versão do Plano foi concluída após a avaliação de 10 propostas que haviam sido apresentadas de ofício pelos órgãos e outras quatro advindas dos diálogos com a sociedade civil cuja complexidade ensejou uma análise mais detalhada. Essa revisão, prevista no regulamento da OGP, ocorreu de abril a julho de 2013, a pedido do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA).

Ao final desse processo, 7 propostas foram aprovadas e inseridas no 2º Plano de Ação, que passou então a contar com 52 compromissos. Visando a dar transparência e promover a prestação de contas de todos os processos relativos à OGP, foi publicada uma segunda “Devolutiva”<sup>5</sup>, que elenca as razões para o acatamento ou não dessas propostas.

## Recomendações do Mecanismo de Avaliação Independente

O relatório elaborado pelo Mecanismo de Avaliação Independente sobre o 1º Plano de Ação do Brasil, feito por consultoria designada pela OGP Internacional, foi finalizado em setembro de 2013, apenas um mês antes da submissão do 2º Plano de Ação do Brasil na OGP, que ocorreu em outubro do mesmo ano. Apesar do curto tempo, o governo brasileiro buscou incorporar as reflexões advindas do mecanismo na elaboração do 2º Plano. Vale destacar que o constante diálogo com a sociedade civil permitiu ao governo antecipar questões importantes que também foram apontadas na avaliação.

Várias recomendações foram atendidas pelo governo brasileiro ainda na etapa de elaboração do Plano de Ação:

- 1) Maior participação da sociedade civil: a participação da sociedade civil na construção e monitoramento do 2º Plano de Ação foi ampliada e realizada por diferentes meios, virtual e presencial, como descrito nos parágrafos acima.
- 2) Maior envolvimento de órgãos: se na elaboração e execução do primeiro Plano de Ação apenas 5 ministérios foram envolvidos, do 2º Plano de Ação do Brasil participaram 19 órgãos do governo federal.

<sup>3</sup> <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/devolutiva-segundo-plano-2013.pdf>

<sup>4</sup> <http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp>

<sup>5</sup> <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos>

- 3) Ampliação de atores sociais envolvidos com a temática de governo aberto: os atores participaram do grupo de trabalho que elaborou a metodologia de participação na elaboração do 2º Plano de Ação do Brasil. Além disso, eles foram convidados a participar das diversas interações entre governo e sociedade, como as consultas públicas realizadas por meio do Portal Participa.br.

Em relação à execução do Plano de Ação, algumas mudanças substanciais foram realizadas sanando alguns apontamentos realizados pelo relatório de avaliação:

- 1) Maior detalhamento de compromissos: todos os compromissos estão detalhados no site da OGP no Brasil e o governo federal vem trabalhando para disponibilizar um maior número de informações atualizadas para possibilitar o acompanhamento das iniciativas pelos cidadãos.
- 2) Concentração de informações em um portal único: foi criado um site de governo aberto que concentra todas as informações e documentos relativos a OGP no Brasil no endereço [www.cgu.gov.br/governoaberto](http://www.cgu.gov.br/governoaberto).

### III - O Monitoramento do 2º Plano de Ação

O Governo Brasileiro apresentou um Plano de Ação com compromissos concretos, no intuito de aprimorar as diferentes áreas de desafio englobadas pela OGP. No total, 52 compromissos foram assumidos por 19 órgãos do Governo Federal.

A finalidade deste Relatório é prestar contas ao cidadão acerca das ações realizadas pelos órgãos, tanto em relação aos 19 compromissos propostos pela sociedade civil quanto àqueles sugeridos de ofício pelos órgãos do Governo Federal.

A CGU foi o órgão responsável pela coleta das informações, que são apresentadas neste Relatório de Autoavaliação Intermediário e que já haviam sido publicadas no portal da OGP Brasil<sup>6</sup> ao longo do 2º semestre de 2014.

Entre os dias 9 de dezembro de 2014 e 25 de janeiro de 2015, a versão preliminar deste Relatório (com informações coletadas pela CGU até novembro de 2014) foi submetida a uma consulta pública<sup>7</sup>, realizada no portal [Participa.br](http://Participa.br). A sociedade civil pôde se manifestar a respeito da autoavaliação. Ao todo, foram recebidos 27 comentários e foi publicado, em março de 2015, o documento de “Devolutiva”<sup>8</sup> desse processo participativo, que apresenta respostas aos questionamentos apresentados pela sociedade civil.

O momento de realização da consulta pública coincidiu também com o vencimento do prazo de implementação de alguns dos compromissos assumidos no 2º Plano de Ação. Por isso, a CGU entrou em contato com os órgãos responsáveis por compromissos vencidos para obter informações mais atualizadas acerca de sua implementação.

<sup>6</sup> <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro>

<sup>7</sup> <http://www.participa.br/governoaberto/relatorio-de-autoavaliacao-intermediario-do-2o-plano-de-acao/consulta-sobre-relatorio-de-autoavaliacao-intermediario-do-2o-plano-de-acao>

<sup>8</sup> [http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/Devolutiva\\_Rel\\_autoavaliacao2Plano2015.pdf](http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/Devolutiva_Rel_autoavaliacao2Plano2015.pdf)



Este documento, portanto, difere da versão preliminar que foi submetida à consulta pública no que se refere às informações modificadas pelos órgãos a partir das manifestações dos cidadãos recebidas durante a consulta; à atualização dos compromissos que estavam com prazo de implementação vencido; e a adaptações formais realizadas para atender a diretrizes enviadas pela OGP internacional neste ano.

As próximas tabelas apresentam a consolidação do monitoramento dos compromissos do 2º Plano. As duas primeiras apresentam sucintamente a situação dos compromissos brasileiros. A terceira está organizada da seguinte maneira: nome do compromisso, prazo para sua implementação, situação, órgão responsável e indicador de implementação. Por fim, são apresentadas informações detalhadas sobre o compromisso, como, por exemplo, a sua descrição completa e a manifestação dos órgãos acerca do seu cumprimento.

## Situação dos compromissos do 2º Plano de Ação do Brasil

Desafios	Quantidade de compromissos
Aumento da integridade pública	22
Melhoria dos serviços públicos	11
Aumento da responsabilidade corporativa	2
Criação de comunidades mais seguras	4
Gestão mais efetiva dos recursos públicos	13

Situação dos compromissos	Quantidade de compromissos	Proporção
Implementados	29	56%
Em andamento (prazo adiado ou escopo alterado)	19	36%
Em andamento (no prazo)	4	8%
Total	52	100%

### Legenda do campo “Indicador” da próxima tabela

- (indicador de cor verde): compromissos implementados.
- (indicador de cor roxo): compromissos em andamento de acordo com o prazo inicialmente previsto pelo órgão responsável.
- (indicador de cor laranja): compromissos em andamento, mas com prazo e/ou escopo modificado.

Compromisso	Prazo*	Situação	Responsável	Indicador
<a href="#">1.1. Defesa da Probidade e Recuperação de Ativos</a>	12/2015	Em andamento (prazo adiado)	AGU	●
<a href="#">1.2. Implantação do ODP.nano</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">1.3. Fortalecimento da CGU</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">1.4. Prestação de Contas Online de Recursos para Educação no Âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</a>	04/2018	Em andamento (prazo adiado)	MEC	●
<a href="#">1.5. Geração de conhecimento e capacitação de parceiros gestores e operadores de recursos públicos educacionais e de conselheiros de controle social</a>	03/2015	Em andamento	MEC	●
<a href="#">1.6. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares</a>	01/2014	Implementado	MEC	●
<a href="#">1.7. Construção de painel unificado de informações sobre os dados de execução do Programa Água para Todos, com acesso público e interativo via web</a>	09/2013	Implementado	MI	●
<a href="#">1.8. Inclusão digital dos conselhos de saúde</a>	12/2015	Em andamento (prazo adiado)	MS	●
<a href="#">1.9. Ferramentas para transparência e melhoria da Governança Fundiária</a>	12/2013	Implementado	MDA	●
<a href="#">1.10. Implantação de metodologia de Participação Social no monitoramento do PPA e na elaboração do orçamento público federal</a>	02/2014	Implementado	SG-PR	●
<a href="#">1.11. Implementação do Sistema de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais</a>	07/2014	Implementado	SG-PR	●
<a href="#">1.12. Formação de educadores, agentes políticos, gestores públicos, conselheiros de política social e lideranças comunitárias</a>	12/2015	Em andamento (prazo adiado)	MF	●

Compromisso	Prazo*	Situação	Responsável	Indicador
<a href="#">1.13. Incentivo à adesão de estados e municípios aos quatro princípios da OGP</a>	12/2014	Implementado	MDS	●
<a href="#">2.1. Implementação da “Biblioteca do Acesso Transparente à Informação”</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">2.2. Banco de Preço da Administração Pública Federal</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">2.3. Criação de um sítio brasileiro da Parceria para Governo Aberto (OGP)</a>	08/2013	Implementado	CGU	●
<a href="#">2.4. Relatórios de monitoramento do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)</a>	07/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	CGU	●
<a href="#">2.5. Fomento à participação social</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">2.6. Formulação e implementação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa</a>	03/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MD	●
<a href="#">2.7. Base de Dados de Documentos Administrativos produzidos pela Marinha do Brasil</a>	07/2014	Implementado	MD	●
<a href="#">2.8. Dados Educacionais Abertos</a>	03/2015	Em andamento	MEC	●
<a href="#">2.9. Aprimoramento da transparência dos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec)</a>	12/2014	Implementado	MJ	●
<a href="#">2.10. Implementar a Política de Gestão de Documentos no Governo Federal</a>	07/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MJ	●
<a href="#">2.11. Abertura dos dados da execução do orçamento da União e das compras governamentais</a>	09/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MP	●
<a href="#">2.12. Disseminação da cultura de abertura de dados públicos junto a governos locais</a>	11/2014	Implementado	MP	●

Compromisso	Prazo*	Situação	Responsável	Indicador
<a href="#">2.13. Tecnologias de suporte e modelos de licenciamento para a publicação de dados abertos</a>	07/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MP	●
<a href="#">2.14. Proposta de disponibilização de informações dos sistemas governamentais em formatos de dados abertos</a>	12/2014	Implementado	MP	●
<a href="#">2.15. Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social (e-Governança)</a>	12/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MPS	●
<a href="#">2.16. Aprimoramento da Transparência Ativa e da Ouvidoria do SUS</a>	12/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MS	●
<a href="#">2.17. Fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS</a>	12/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MS	●
<a href="#">2.18. Melhorar a transparência pública da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego</a>	12/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	MTE	●
<a href="#">2.19. Publicação de recomendações sobre realização de audiências públicas como referência para o Governo</a>	02/2014	Implementado	SG-PR	●
<a href="#">2.20. Auditorias Participativas nas Obras das Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014</a>	10/2014	Implementado	SG-PR	●
<a href="#">2.21. Indicadores municipais de cidadania, participação e direitos humanos – ferramenta estratégica para a avaliação da gestão municipal participativa</a>	07/2015	Em andamento	SDH-PR	●
<a href="#">2.22. Construção de um modelo de indicadores de transparência do desempenho institucional dos municípios brasileiros</a>	12/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	IPEA-SAE	●
<a href="#">3.1. Reestruturação do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro</a>	12/2015	Em andamento <i>(prazo adiado)</i>	CGU	●
<a href="#">3.2. Construção participativa do Sistema Federal de Ouvidorias</a>	09/2014	Implementado	CGU	●

Compromisso	Prazo*	Situação	Responsável	Indicador
<a href="#">3.3. Programa Brasil Transparente</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">3.4. Carta SUS</a>	03/2015	Em andamento	MS	●
<a href="#">3.5. Projeto Cidades Digitais</a>	12/2015	Em andamento (prazo adiado)	MC	●
<a href="#">3.6. SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial</a>	12/2014	Implementado	SEPPIR-PR	●
<a href="#">3.7. Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Participação Social nas Políticas Públicas</a>	12/2014	Implementado	SG-PR	●
<a href="#">3.8. Portal Brasileiro de Participação Social</a>	12/2014	Implementado	SG-PR	●
<a href="#">3.9. Dados abertos no âmbito do Ministério da Justiça</a>	12/2013	Implementado	MJ	●
<a href="#">3.10. Sistema eletrônico para consultas públicas</a>	11/2014	Implementado	MS	●
<a href="#">3.11. Melhoria dos serviços de saúde por meio da intensificação do uso do Cartão Nacional de Saúde</a>	12/2013	Implementado	MS	●
<a href="#">4.1. Aperfeiçoamento e valorização do Cadastro Empresa Pró-Ética</a>	07/2015	Em andamento (prazo e escopo modificados)	CGU	●
<a href="#">4.2. Ampliar a base de dados do Cadastro Unificado de impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública (CEIS)</a>	12/2014	Implementado	CGU	●
<a href="#">5.1. Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)</a>	12/2014	Implementado	MDS	●
<a href="#">5.2. Sistema de informações sobre a Lei Maria da Penha</a>	06/2016	Em andamento (prazo e escopo modificados)	SPM-PR	●

Compromisso	Prazo*	Situação	Responsável	Indicador
<a href="#">5.3. Elaboração de processos para a consulta prévia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho</a>	12/2014	Implementado	SG-PR (apoio do MJ e MRE)	●
<a href="#">5.4. Reformulação dos atuais programas de proteção</a>	12/2016	Em andamento (prazo adiado)	SDH-PR	●

\* Caso o prazo tenha sido repactuado com o órgão, esta tabela já apresenta a nova data. Informações sobre o prazo original podem ser encontradas no detalhamento de cada compromisso na seção IV deste documento ("Informações adicionais sobre a implementação dos compromissos"). Além disso, ressalva-se que três compromissos (1.4, 5.2 e 5.4) possuem prazo de implementação que vai além do prazo de vigência do 2º Plano de Ação (2013-2015), devido a mudanças no escopo desses projetos. De toda maneira, o Governo Federal continua comprometido com a total implementação desses compromissos.

Na próxima seção são apresentados mais detalhes sobre cada um dos 52 compromissos firmados pelo Brasil no 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, incluindo as manifestações dos órgãos responsáveis sobre a implementação das iniciativas.

## IV. Informações adicionais sobre a implementação dos compromissos

### Eixo 1: Gestão mais efetiva dos recursos públicos

<b>Compromisso: (1.1) DEFESA DA PROBIDADE E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Advocacia-Geral da União
<b>Nome do responsável (1)</b>	Renato Dantas de Araújo
<b>Departamento</b>	Departamento de Patrimônio e Probidade/Procuradoria-Geral da União
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:renato.araujo@agu.gov.br">renato.araujo@agu.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61-2026-8507
<b>Nome do responsável (2)</b>	Tarsila Ribeiro Marques Fernandes
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos/Procuradoria-Geral Federal
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:tarsila.fernandes@agu.gov.br">tarsila.fernandes@agu.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61-20269324
<b>Nome do responsável (3)</b>	Erivaldo Ferreira da Silva
<b>Departamento</b>	Ouvidoria-Geral
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:ouvidoriageral@agu.gov.br">ouvidoriageral@agu.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61-2026-7175
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Otimizar a utilização dos recursos públicos e permitir a melhor resposta do Estado às demandas e expectativas da sociedade no campo de atuação do órgão.
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso prevê a intensificação da instauração de procedimentos de investigação prévia e de procedimentos prévios de coleta de informações, além do incremento do quantitativo de advogados públicos designados para atuar, com exclusividade, no combate à corrupção e na recuperação de recursos públicos.
<b>Relevância</b>	A <i>accountability</i> é fomentada por meio da busca da efetiva responsabilização daqueles que causaram prejuízo ao patrimônio público, de forma a garantir que os recursos desviados sejam recuperados, além de reprimir condutas que possam causar prejuízo ao erário e/ou violar a probidade. Já o incremento da transparência e o uso de tecnologia se refletem na viabilização do acesso da sociedade às informações sobre a atuação do Estado na defesa do patrimônio, da probidade e no combate à corrupção, mediante disponibilização, online e em formato aberto, do quantitativo de recursos recuperados, de forma a possibilitar maior controle social e incremento da transparência.
<b>Ambição</b>	Majorar no ano de 2013 em 10% (dez por cento) a quantidade das ações de ressarcimento ao erário (improbidade administrativa, acórdão do



	Tribunal de Contas da União e ações ordinárias de ressarcimento) ajuizadas em relação ao ano de 2012. A meta consiste no ajuizamento de 1498 (mil quatrocentos e noventa e oito ações) pela Procuradoria-Geral Federal. O compromisso também ambiciona alcançar a meta de 25% de Recuperação de Ativos, em 2016, pela Procuradoria-Geral da União.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso não foi totalmente cumprido. Como já informado em momento anterior, em maio de 2014, o compromisso DEFESA DA PROIBIDADE E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (2º Plano de Ação do Brasil) envolve uma série de projetos distintos e complementares, os quais, em linhas gerais, são dependentes de alterações de estruturas legais e regulamentares, da otimização e disseminação de procedimentos no âmbito das unidades da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, aporte de recursos humanos e recursos materiais, além da capacitação de pessoal. Portanto, neste contexto, os projetos foram sendo cumpridos, porém em ritmo condicionado às restrições orçamentárias e de recursos humanos, o que levou, assim, ao não cumprimento completo até a data prevista de implementação (dezembro de 2014).</p> <p><b><u>Andamento das atividades do compromisso</u></b></p> <p>Em relação à Procuradoria-Geral da União, um dos setores da AGU envolvidos no Compromisso, dentro do contexto acima informado, cumpre afirmar que (1) não é possível precisar, além da intuição, se as condições desfavoráveis terão impacto real em relação ao atingimento da meta de 25% de cobrança e recuperação de créditos e ativos, estipulada para 2016, e que (2) o projeto específico do Laboratório de Recuperação de Ativos (LABRA/PGU/AGU), efetivamente, foi prejudicado por este impacto, de modo que sua implementação ainda não foi finalizada, estimando-se que o projeto esteja numa fase de 50% de sua conclusão, rememorando que a fase de início de operação estava prevista (já por revisão) exatamente para dezembro de 2014.</p> <p>Em relação à Procuradoria-Geral Federal (PGF), outro setor da AGU envolvido no Compromisso, cumpre informar que o resultado almejado, no sentido de se incrementar a quantidade de ações de ressarcimento ao erário, não foi alcançado no ano de 2014.</p> <p><b><u>Resultados alcançados</u></b></p> <p>Considerando-se a efetiva utilização do SAPIENS/DÍVIDA pelos procuradores federais como uma atividade/etapa do projeto da PGF, registramos o desenvolvimento e implementação de 60% do Sistema de Dívida Ativa da PGF.</p>

**Novos prazos de implementação e justificativa para essas alterações**

**Prazo:** em relação ao projeto específico do LABRA/PGU/AGU, parte componente do Compromisso, o novo prazo será o de junho de 2015.

**Justificativa:** não aporte dos recursos humanos e materiais necessários. Cumprindo mencionar o cancelamento das negociações para contratação por parte da União (AGU) de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, nos termos de *Portaria da Secretaria de Orçamento Federal nº 42*, de 21 de maio de 2014, contexto no qual se inseria projeto LABRA/PGU/AGU, bem como a não realização de concursos de provimento dos quadros de membros e servidores da Advocacia-Geral da União.

**Prazo:** em relação ao projeto específico da PGF, parte componente do Compromisso, o novo prazo será o de dezembro de 2015

**Justificativa:** não aporte dos recursos humanos e materiais necessários. As unidades da PGF continuam funcionando com *déficit* de Procuradores, mesmo havendo sido realizado o concurso em 2014. Isso porque do total de 585 aprovados, houve nomeação, por enquanto, de apenas 190 candidatos, quantitativo insuficiente para a recomposição efetiva das equipes de cobrança.

Cabe salientar que um projeto específico, relacionado com o resultado almejado, consiste no desenvolvimento e implementação do Sistema de Dívida Ativa da PGF, que conterà todas as ferramentas para realização dos procedimentos necessários à cobrança judicial e acompanhamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais. Trata-se de projeto que em 2014 apresentou avanços significativos na conclusão dos seus principais módulos (percentual de 60% do projeto concluído). Em 2015, a previsão é de que todos os módulos do sistema estejam desenvolvidos até o mês de junho, o que provavelmente impactará de modo positivo no cumprimento da meta.

Há que considerar também a adoção, pela PGF, de medidas no sentido da não judicialização das demandas, o que implica na redução de ações ajuizadas. Tais medidas são: (I) o protesto de certidões de dívida ativa; (II) procedimento de conciliação prévia ao ajuizamento das execuções fiscais (Portaria PGF nº 595, de 23 de setembro de 2013).

Finalmente, como justificativa para o não cumprimento do compromisso no prazo estipulado, salientamos que em 2014 foram publicadas as Leis nº 12.973/2014, 12.996/2014 e 13.043/2014 e a Medida Provisória nº 651/2014, as quais reabriram o prazo para adesão ao parcelamento extraordinário e pagamento à vista com descontos, previstos na Lei nº 12.249/2010.

	<p>Esses normativos preveem sucessivos descontos nos créditos das autarquias e fundações públicas federais, a depender da quantidade de parcelas pretendidas devedor (variam do pagamento à vista ao parcelamento em 180 vezes). Deve-se esclarecer que esse tipo de parcelamento e pagamento à vista com descontos gera um impacto enorme na atuação dos Procuradores Federais, pois não há um sistema apto a efetuar o cálculo dos descontos previstos em lei, sendo necessária a realização de cálculos manuais por parte dos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF. Apesar das imensas dificuldades operacionais, as unidades da PGF realizaram em 2014 o total de 4.014 parcelamentos extraordinários, envolvendo valores superiores a R\$ 80 milhões. Desse modo, a possibilidade de pagamento dos valores devidos com descontos, o que foi viabilizado por meio da sucessiva edição de leis/MP, certamente contribuiu para o não cumprimento do resultado almejado.</p>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Dezembro/2015</b> <i>(prazo anterior: dezembro/2014)</i></p>

<b>Compromisso: (1.2) IMPLANTAÇÃO DO ODP.NANO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Luciano Trindade Altoé
<b>Departamento</b>	Diretoria de Informações Estratégicas (DIE)
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:luciano.altoe@cgu.gov.br">luciano.altoe@cgu.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	061 2020-6956
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Difundir, para todas as Unidades Federativas, a forma de atuação do Observatório da Despesa Pública do Governo Federal e contribuir para o aprimoramento do controle interno, funcionando como ferramenta de apoio à gestão pública.
<b>Descrição do compromisso</b>	A proposta consiste em difundir para os estados o modelo de atuação do Observatório da Despesa Pública (ODP) do Governo federal, de maneira a disseminar, em nível subnacional, a forma de atuação do ODP. Ou seja, serão aplicados métodos científicos para o cruzamento de dados de diferentes fontes, de forma a identificar sinais de má aplicação de recursos públicos, nesse caso, estaduais. Espera-se que o desenvolvimento do ODP.nano em âmbito estadual possa contribuir para o aprimoramento do controle interno e para o apoio à gestão pública nos estados.
<b>Relevância</b>	A atuação do Observatório reflete sobremaneira o incremento da transparência e a accountability. Com os resultados do trabalho do ODP.nano divulgados, haverá maior transparência na execução dos recursos públicos. Conseqüentemente, existirá uma maior possibilidade de responsabilização dos agentes apontados como responsáveis por eventuais irregularidades. Aumentará também a necessidade de prestação de contas por parte do gestor.
<b>Ambição</b>	1- Auxiliar os trabalhos de auditoria e fiscalização dos gastos públicos; 2- Auxiliar os dirigentes dos órgãos públicos na gestão dos recursos públicos; 3- Promover o combate à corrupção com a identificação de irregularidades; 4- Promover a prevenção da corrupção; 4- Favorecer a transparência na execução dos recursos públicos; 5- Estimular e possibilitar maior controle social dos gastos públicos.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O projeto foi considerado cumprido pelo Governo Federal em fevereiro de 2013 com a implantação dos pilotos do ODP.nano em Santa Catarina e Bahia. O prazo foi cumprido em todas as suas etapas e o projeto finalizado antes da conclusão do Acordo de Cooperação assinado com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>

<b>Compromisso: (1.3) FORTALECIMENTO DA CGU</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Eveline Martins Brito
<b>Departamento</b>	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
<b>E-mail</b>	diplad@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2020-6790
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Garantir que os quadros de servidores da CGU estejam adequadamente qualificados para executar suas competências. Reforçar o orçamento do Órgão, visando ampliar o alcance das ações realizadas.
<b>Descrição do compromisso</b>	Implementar conjunto de ações de caráter organizacional, de gestão de pessoas e de infraestrutura, incrementando a capacidade institucional da CGU. A adequada qualificação dos servidores, a construção e a reforma de sedes próprias do órgão e a adesão a iniciativas como o Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento) permitirão que a Controladoria-Geral da União tenha maior alcance e efetividade nos resultados desenvolvidos, a partir de suas atribuições precípuas.
<b>Relevância</b>	Fortalecer a Controladoria-Geral da União cria condições para o imediato incremento do princípio de <i>accountability</i> . Princípio esse que traz em seu bojo a transparência, também fomentada pelo órgão que, além de ter sido responsável pela implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em todo Poder Executivo Federal, mantém ações de incentivo ao seu incremento e, ainda, fomenta o controle social por meio do Portal da Transparência, em constante evolução, e capacitações.
<b>Ambição</b>	Espera-se fortalecer a Controladoria-Geral da União, aumentando a retenção de servidores por meio da gestão estratégica de pessoas, possibilitando capacitação permanente e, conseqüentemente, quadros cada vez mais capacitados para auxiliar os gestores públicos com foco na melhoria da aplicação dos recursos públicos e na integridade pública.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O compromisso de fortalecimento da CGU pode ser considerado cumprido, muito embora o órgão entenda o tema como um compromisso de caráter continuado. Em 2014, o órgão atuou intensamente na formação de um corpo técnico cada vez mais qualificado, no uso intensivo de recursos tecnológicos modernos e na melhoria contínua da qualidade de seus trabalhos. Outras ações relacionadas já estão previstas para os próximos anos.  <b><u>Resultados obtidos e atividades realizadas</u></b>  As principais ações da CGU relacionadas à temática de fortalecimento

institucional são as referentes à capacitação do corpo técnico, melhoria da qualidade dos trabalhos e Programa Proprevine.

### **1- Capacitação do corpo técnico**

A capacitação do corpo técnico é fator primordial ao fortalecimento da CGU. Em 2014, os servidores participaram de inúmeros cursos presenciais e à distância, além de ciclos de palestras e programas de pós-graduação voltados a temas específicos de atuação da CGU. O órgão conta ainda com parcerias com instituições acadêmicas nacionais e internacionais de renome, tais como o Institute of Brazilian Issues da George Washington University, nos Estados Unidos, o Centro Unificado de Brasília (UniCEUB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para os próximos anos estão previstos novos cursos de capacitação, incluindo capacitações de alto nível, e a reativação da Revista CGU.

### **2 - Melhoria Contínua da qualidade dos trabalhos**

Em 2014 foram realizadas diversas iniciativas relacionadas à melhoria e uniformização de processos de trabalho na CGU com vistas ao aprimoramento contínuo dos trabalhos desenvolvidos no órgão. O aprimoramento do processo de recebimento e análise de denúncias advindas da população é exemplo recente do esforço de experts de diversas unidades do órgão no aprimoramento dos serviços da CGU. Especial atenção tem sido dada às novas atribuições recebidas nos últimos quatro anos, dentre as quais se destacam o controle do nepotismo (Decreto nº 7.203/2010), a gestão do sistema de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), as consultas e o controle dos conflitos de interesses (Lei nº 12.813/2013) e os processos de responsabilização de empresas envolvidas em ilícitos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

A CGU utiliza-se de inspeções de conformidade técnica nas áreas de controle interno e responsabilização administrativa como forma de garantir a uniformidade e padronização de seus procedimentos em todas as suas unidades. Outro instrumento importante neste sentido são os encontros temáticos de servidores, como o de servidores que trabalham com ações de auditorias especiais realizado em 2014. Para os próximos anos estão previstas ações de mapeamento e melhoria de processos de trabalho, a aprovação de nova estrutura organizacional e novo Regimento Interno da CGU e a implantação da gestão por competências.

### **3- Programa de Fortalecimento da Prevenção e do Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira - Proprevine**

Em 2014 teve início a execução do Programa de Fortalecimento da Prevenção e do Combate à Corrupção na gestão pública brasileira

	<p>(Proprevine). Fruto de parceria entre a CGU e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa tem por objetivo “contribuir para a consolidação da capacidade institucional da CGU, visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no país” (Contrato de Empréstimo n. 2919/OC-BR). O Orçamento total do Programa para o ano de 2014 foi de R\$ 8,06 milhões. Podemos destacar a aquisição de ferramenta de gestão de projetos e de gestão de serviços de Tecnologia da Informação. Foram ainda adquiridos equipamentos de processamento e armazenamento de dados. Estas ferramentas possibilitarão um melhor acompanhamento dos projetos em execução e, em especial, uma melhor governança e a continuidade de projetos relacionados à TI. O programa propiciou ainda a realização de diversas ações de capacitação de servidores da CGU. O Proprevine terá continuidade pelos próximos quatro anos.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>

<b>Compromisso: (1.4) PRESTAÇÃO DE CONTAS ONLINE DE RECURSOS PARA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>Nome do responsável</b>	Orvalina O. Nascimento Santos
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Contabilidade e Prestação de Contas
<b>E-mail</b>	orvalina.santos@fnde.gov.br
<b>Telefone</b>	(61)2022-4754
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Inovar a forma de prestar contas; Viabilizar o cruzamento de dados no âmbito da administração pública; Automatizar análises das contas; Parametrizar normas e procedimentos; Disponibilizar dados da execução físico-financeira dos recursos transferidos; Racionalizar o processo de contas; Integrar as etapas de prestação de contas; Eliminar retrabalho; Racionalizar os recursos; Oferecer resposta mais rápida ao gestor e à sociedade; Promover a transparência da aplicação dos recursos públicos.
<b>Descrição do compromisso</b>	Desenvolver forma de recepcionar, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – Contas Online, a prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinados à implementação de políticas públicas por meio de programas e projetos educacionais. A interface a ser adotada possibilitará o cruzamento de dados entre sistemas, automatizará as análises de contas, parametrizará normas e procedimentos, racionalizando e integrando as etapas de prestação de contas. Além disso, disponibilizará relatórios e gráficos referentes à execução dos recursos para a sociedade.
<b>Relevância</b>	Promove a transparência dos registros da execução, com acesso livre do público em geral aos relatórios e gráficos gerados. Haverá ainda melhoria no atendimento aos órgãos de controle interno e externo e cabe ressaltar que a nova sistemática pretende também prover maior suporte à atuação dos Conselhos de Controle e Acompanhamento Social. Além disso, tornará mais eficiente o processo de recuperação de eventual prejuízo ao erário.
<b>Ambição</b>	Espera-se, com a implantação do Sistema de Gestão de Prestação de Contas: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Redução dos custos relacionados ao processo de prestação de contas;</li> <li>2. Tempestividade da análise da prestação de contas e recuperação de débitos apurados, com a responsabilização de quem lhe deu causa;</li> <li>3. Transparência da execução dos recursos repassados, com a</li> </ol>



	possibilidade de controle dos registros e dos relatórios de execução em tempo real, permitindo a divulgação de tais informações à sociedade e aos órgãos de controle.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p><b>O compromisso não foi integralmente cumprido e apresenta, até o momento, os seguintes resultados obtidos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Transparência da aplicação dos recursos.</li> <li>2. Economia de recursos financeiros e material.</li> <li>3. Uniformização e parametrização dos procedimentos de prestação de acordo com os normativos legais.</li> <li>4. Automação do recebimento da prestação de contas.</li> <li>5. Automação do processo de análise da formalidade da prestação de contas.</li> <li>6. Integração das etapas de prestação de contas.</li> <li>7. Extinção da atividade de recebimento manual de prestação de contas.</li> <li>8. Efetividade na gestão do processo de prestação de contas.</li> <li>9. Extinção de diligências na fase do exame do cumprimento da formalidade.</li> <li>10. Redução de diligência aos gestores.</li> <li>11. Celeridade na assinatura de documentos.</li> <li>12. Registro automático de numeração e tramitação de documentos.</li> <li>13. Inovação ao processo de prestação de contas.</li> <li>14. Responsabilidade do processo de contas compartilhada entre as diretorias gestoras de programas e projetos educacionais e a Diretoria Financeira.</li> <li>15. Integração de sistemas.</li> <li>16. Melhor comunicação entre os bancos parceiros e os órgãos de controle.</li> <li>17. Identificação e notificação automática de gestores omissos.</li> <li>18. Instituição de indicador de implantação do SiGPC.</li> <li>19. Implantação do projeto do SiGPC na ferramenta Portal da Estratégia do FNDE.</li> <li>20. Atualização e migração das situações das prestações de contas para o SiGPC.</li> <li>21. Automação de atividades operacionais.</li> <li>22. Normatização dos critérios e dos requisitos de recebimento e análise de contas.</li> <li>23. Melhoria no controle do processo de contas.</li> <li>24. Atribuição de responsabilidade de análise técnica às diretorias gestoras de programas e projetos educacionais.</li> <li>25. Situações atualizadas das prestações de contas.</li> </ol>

26. Melhoria na gestão do conhecimento por meio de capacitações.
27. Melhoria na execução das atividades de análise de contas e medidas de exceção.
28. Instituição de capacitações e oficinas para manter atualizado o conhecimento dos fundamentos da prestação de contas.
29. Unificação das informações em uma única base de dados.
30. Melhoria da comunicação e da integração entre as áreas envolvidas no processo de contas.
31. Melhoria dos trâmites burocráticos.
32. Disponibilização no site do FNDE de roteiros de prestação de contas para os gestores.
33. Unificação e sistematização do controle das diligências aos gestores.
34. Revisão de normativos e redesenho de alguns processos de contas.

**Foi concluído o módulo Contas Online que trata da elaboração e recebimento de prestação de contas e análise do cumprimento da formalidade.**

**Observações sobre a necessidade de alteração do prazo e de adoção de mudanças no projeto:**

Com a finalidade de tornar o aperfeiçoamento do recebimento e análise de prestação de contas um tema institucionalizado, na discussão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2010-2015), verificou-se a necessidade de envolver as unidades finalísticas da Autarquia na análise das prestações de contas, em razão de diversas disposições legais, normativas e jurisprudenciais vigentes.

Entretanto, por se tratar de um projeto inovador e de alta complexidade, inserido em um ambiente dinâmico, moderno e com diversos stakeholders, o desenho e a priorização do SiGPC estão constantemente sensíveis às orientações da política nacional de educação (agenda governamental), dos órgãos de controle, do Ministério Público, entre outros.

Não obstante, a partir do segundo semestre de 2012, com a realização da 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), que acarretou na revisão do Mapa Estratégico do FNDE, o planejamento inicial do SiGPC precisou passar por um redesenho, de forma a adaptar-se à nova dimensão da política educacional executada pela Autarquia, a qual, por sua vez, passou a contar com mais programas finalísticos, como o PRONATEC, PAR e PAC. Outrossim, confirmou-se a necessidade de fragmentar o procedimento de análise da prestação de contas dos programas e projetos educacionais em etapas, as quais visam verificar informações que sejam suficientes para validar o cumprimento da formalidade

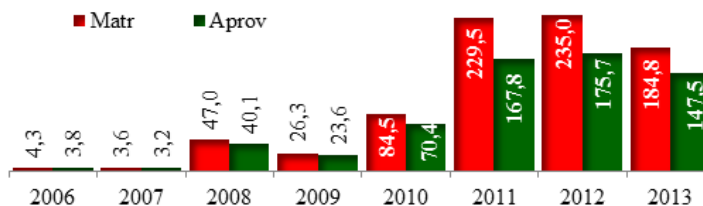
	<p>documental, a execução financeira e a efetividade da execução física, principalmente diante dessa nova perspectiva de gestão eletrônica das prestações de contas, a qual requer o particionamento do procedimento de análise da prestação de contas em três módulos operacionais: módulo Contas Online (recebimento e análise da formalidade), e módulo de análise (sob o aspecto financeiro e quanto ao cumprimento do objeto).</p> <p>Tal particionamento em módulos, por sua vez, permitiu que, já em 2013, o FNDE recepcionasse, por meio do módulo Contas Online, mais de 33 mil prestações de contas do PDDE e suas ações correlatas, do PNATE e do PNAE, executados nos exercícios de 2012 e 2011, e verificasse, eletronicamente, dentro do exercício, o cumprimento da formalidade das prestações de contas recebidas pelo sistema. No mesmo exercício, também, foram disponibilizados no SiGPC os convênios do Programa Caminho da Escola, relativos à aquisição de veículos de transporte escolar e, por determinação do Tribunal de Contas da União, outros convênios. Além disso, ainda em 2013, foi possível identificar automática e tempestivamente os gestores omissos, procedendo à devida notificação, também por via eletrônica, o que resultou em uma redução nos números de omissões do dever de prestar contas relativas aos programas executados em 2012 e 2011.</p> <p>Todavia, fatos supervenientes, como a publicação da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, que instituiu, a partir de 2013, o detalhamento pormenorizado da execução dos recursos do PNAE, alterando sobremaneira o módulo Contas Online (recebimento e análise da formalidade) já implementado, ocasionaram atrasos no desenvolvimento e implementação dos demais módulos do sistema, apesar de todo o esforço empreendido pela Autarquia. Com a não conclusão, em 2013, dos módulos de análise financeira e quanto ao cumprimento do objeto, restou prejudicado, inclusive, o desenvolvimento do módulo de medidas de exceção, o qual evidenciará, quando for o caso, os possíveis prejuízos ao Erário.</p> <p>Dessa forma, o ano de 2014 foi marcado por muitos desafios, atividades e empenho de todas as unidades organizacionais da Autarquia, em busca do desenvolvimento e implementação do SiGPC.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Abril/2018</b> <i>(prazo anterior: dezembro/2014)</i>

<b>Compromisso: (1.5) GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PARCEIROS GESTORES E OPERADORES DE RECURSOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS E DE CONSELHEIROS DE CONTROLE SOCIAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>Nome do responsável</b>	Adalberto Domingos da Paz
<b>Departamento</b>	Instituto Formar para a Escola - ASSEC/PRESI/FNDE
<b>E-mail</b>	adalberto.paz@fnde.gov.br
<b>Telefone</b>	061 20225881
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Publicizar ações que vêm sendo desenvolvidas pelo FNDE e que são aderentes aos princípios e desafios que fundamentam a iniciativa multilateral internacional “Parceria para Governo Aberto”. Fortalecer a política de educação corporativa do FNDE, a qual é reconhecida pela autarquia como fundamental à superação dos desafios de elevação contínua do desempenho organizacional, em busca da melhoria da qualidade da execução da política educacional.
<b>Descrição do compromisso</b>	Tal política busca promover uma melhoria continuada de desempenho dos processos de gestão e de execução dos recursos públicos educacionais, assim como o fortalecimento de seu controle social e, por conseguinte, a elevação da eficiência, efetividade da política educacional e de sua transparência. Será implementado o Instituto Formar para a Escola, unidade responsável pelo desenvolvimento e fortalecimento das ações educacionais do FNDE, notadamente as de cunho corporativo e relacionadas às áreas de gestão e financiamento de políticas educacionais.
<b>Relevância</b>	Formação de gestores e operadores das ações, projetos e programas educacionais, assim como de conselheiros que desempenham o exercício cidadão do controle social dos recursos educacionais. Geração, mapeamento socialização de conhecimentos.
<b>Ambição</b>	Efetivação de um centro nacional de gestão do conhecimento e de educação corporativa, com foco nas áreas de gestão e financiamento de políticas educacionais.
<b>Situação</b>	<b>em andamento</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	A implantação de área específica para o processo de capacitação de conselheiros e de parceiros gestores e operadores de ações, projetos e programas financiados pelo FNDE está em franco andamento.  Em maio de 2013, a criação do grupo de trabalho, específico para a produção de documentos e condições para a implantação da nova área, a nomeação em um DAS de assessoria da Presidência, para o coordenador do grupo, fortalecendo a ação e instituindo formalmente a ação de implantação da educação corporativa no FNDE, a publicação da Portaria FNDE nº 587, de 12 de dezembro de 2013, que dispõem sobre o papel e as competências da assessoria apontando-a como unidade de articulação entre as diretorias do FNDE para a promoção de eventos,

	<p>atividades e ações de capacitação de conselheiros e gestores escolares e apoio de ações de assistência técnica de modo geral.</p> <p>A disseminação de conhecimento e capacitação de parceiros gestores e operadores de recursos públicos educacionais e de conselheiros de controle social é um projeto cuja abrangência estende-se a todo o território nacional, com os seus 26 estados, o Distrito Federal e os 5.570 municípios. Em razão dessa dimensão, a sua realização requer estratégias de cooperação, tanto de instituições e organismos que detenham expertises em processos de formação e de gestão do conhecimento, quanto do compartilhamento/colaboração na realização das atividades por parte dos sistemas públicos de ensino dos entes federados.</p> <p>No que concerne às ações de cooperação, óbices jurídicos impactaram o cronograma de formalização de acordo de cooperação com a Unesco, a qual terá papel fundamental no apoio ao FNDE na realização de estudos e avaliações que irão fundamentar a implementação da unidade organizacional que responderá pela consolidação e expansão das ações da política de educação corporativa e de gestão do conhecimento do FNDE.</p> <p>O planejado inicialmente foi ter a assinatura do acordo de cooperação com a UNESCO, no fim do exercício de 2013, porém com o parecer desfavorável da área jurídica do FNDE, o documento foi revisto integral, juntamente com a equipe técnica/jurídica da UNESCO e a equipe jurídica do FNDE, o qual foi deliberado como novo prazo limite, o mês de setembro para finalização do processo.</p> <p>Em relação à assistência técnica realizada por meio da oferta de cursos e palestras para gestores públicos educacionais e comunidade escolar em 2013, houveram fortes impactos na rede de tutoria do Programa Formação pela Escola, causado pela realização do pleito de 2012, o qual promoveu alto índice de renovação dos gestores municipais, provocando alterações nas redes de tutoria do Programa.</p> <p>Em virtude das mudanças políticas municipais, o quantitativo de matrículas em 2013 foi menor do que os dois últimos anos, entretanto o indicativo de aproveitamento apresentou alta melhora significativa de 5%, atingindo êxito em 80% dos matriculados resultado das ações de capacitação de novos tutores e reformulação do material didático, conforme o gráfico abaixo.</p>
--	---



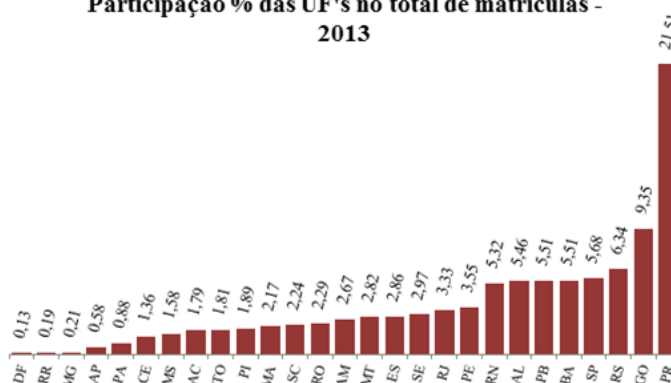
**Matrícula e aproveitamento anual (em mil)  
do período de 2006 a 2013**



Dados retirados do sistema de controle SIFE/FNDE 2014

No que tange à participação das unidades da federação nas capacitações do Programa Formação pela Escola, que tratam das ações e programas do FNDE temos a seguinte distribuição:

**Participação % das UF's no total de matrículas -  
2013**



No que diz respeito à montagem de uma rede com uso de novas tecnologias a ser utilizada pela extensão corporativa do FNDE para a promoção de uma comunicação eficaz dos agentes da educação nacional, temos o encaminhamento junto a RNP, para a estruturação física de um anel em fibra ótica interligando as secretarias estaduais de educação (obras civis) e a prospecção de tecnologias de soluções de videoconferência que sejam robustas e flexíveis para atender a outras realidades de conexão do país (aquisição por meio de processo licitatório). O projeto da RNP já foi planejado e as obras aguardam liberação de repasse financeiro por meio do contrato de gestão do MEC, o qual deverá acontecer até agosto de 2014, a partir disso, teremos aproximadamente 10 meses para a execução de todas as fases do projeto.

Já a licitação para a aquisição de equipamentos específicos de teleconferência, encontra-se em fase de análise técnica, visto que nos últimos 12 meses as tecnologias que suportam esse serviço, passaram por uma evolução significativa, apresentando uma nova forma de oferta pelo mercado, migrando de soluções para serviços na nuvem. Estamos monitorando o mercado, de modo que a aquisição seja feita com

	garantia de qualidade e efetividade, sem risco de aquisição de equipamentos obsoletos.
<b>Implementação até</b>	<b>Março/2015</b>

<b>Compromisso: (1.6) PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Educação
<b>Nome do responsável</b>	Clélia Mara Santos
<b>Departamento</b>	Secretaria de Educação Básica
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:clelia.santos@mec.gov.br">clelia.santos@mec.gov.br</a> ; <a href="mailto:seb@mec.gov.br">seb@mec.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61 2022 8344/20228358
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Realizar cursos de capacitação, presenciais e a distância, com o intuito de formar profissionais da educação em atuação nas secretarias estaduais e municipais de educação, para que atuem como disseminadores das ações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em seus respectivos sistemas de ensino, bem como, por meio de uma rede de tutoria, capacitar conselheiros escolares em efetivo exercício.
<b>Descrição do compromisso</b>	Apoiar os sistemas de ensino no processo de implantação e fortalecimento do Conselho Escolar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.
<b>Relevância</b>	Possibilita que todas as questões pertinentes a escola sejam de domínio da comunidade escolar como um todo, melhorando assim, os patamares de discussão, intervenção, garantia e melhoria da aprendizagem dos estudantes, razão da existência da instituição pública de ensino.
<b>Ambição</b>	Espera-se ampliar o número de profissionais da educação capacitados para atuar na multiplicação de conselhos escolares e capacitação de conselheiros escolares no âmbito dos sistemas públicos de ensino; uma ampliação da participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas com mais efetividade e clareza das atribuições do Conselho Escolar e da própria escola; a promoção da cultura do monitoramento e da avaliação no âmbito das escolas para garantia da qualidade da educação; e, finalmente, a melhoria dos indicadores de aprendizagem dos estudantes e de qualidade da escola pública brasileira.
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>No âmbito do curso de formação para conselheiros escolares, de janeiro até o presente momento foram compostas 14 coordenações estaduais do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, conforme determina a Resolução CD/FNDE nº 45, de 24 de setembro de 2012, e a Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012, com as seguintes atribuições:</p> <p>I. Realizar a gestão pedagógica e administrativa do Programa a partir das orientações estabelecidas pela Coordenação Nacional;</p> <p>II. Definir ações para a implantação e execução do Curso de Formação para Conselheiros Escolares, em conformidade com as orientações da Coordenação Nacional;</p>



	<p>III. Gerenciar a rede de tutoria para atuar em sua jurisdição, promovendo a formação dos tutores e articuladores;</p> <p>IV. Selecionar os candidatos a tutor e articulador do Curso de Formação para Conselheiros Escolares;</p> <p>V. Solicitar oficialmente à Coordenação Nacional do Programa, na SEB/MEC, a interrupção ou o cancelamento do pagamento de bolsa ou a substituição do beneficiário, quando for o caso;</p> <p>VI. Planejar, executar, monitorar e avaliar o Curso de Formação para Conselheiros Escolares ministrado pelos tutores e supervisionado pelos articuladores;</p> <p>VII. Estimular a participação dos sistemas/redes estaduais e municipais de educação nas ações de formação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;</p> <p>VIII. Apoiar os articuladores, tutores e cursistas em relação à utilização do Sistema de Informações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - SICE, monitorando sistematicamente a atualização das informações;</p> <p>IX. Apoiar os articuladores e tutores na realização dos encontros presenciais do Curso de Formação para Conselheiros Escolares</p> <p>X. Apoiar a pesquisa avaliativa do Programa, propondo reformulações pertinentes;</p> <p>XI. Informar tempestivamente à Coordenação Nacional do Programa quaisquer anormalidades que possam ocorrer na oferta do Curso.</p> <p>Ao todo hoje são 18 Coordenações Estaduais do Programa nos seguintes estados: Acre; Alagoas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Minas Gerais; Paraíba; Piauí; Sergipe; Paraná; Pernambuco; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Santa Catarina; São Paulo e Tocantins, vide Portarias SEB/MEC : Portaria nº 50, de 23 de setembro de 2013; Portaria nº 5, de 31 de Janeiro de 2014; e Portaria nº 15, de 28 de Abril de 2014.</p> <p>Em relação aos cursistas, estão matriculados <b>15.547</b> conselheiros escolares no curso de formação para conselheiros escolares, sendo:</p> <p>Por segmento:</p> <table border="1"> <tr> <td>Estudantes</td> <td>1.003</td> <td>Funcionários</td> <td>3.723</td> </tr> <tr> <td>Pais/Responsáveis</td> <td>2.125</td> <td>Diretor de Escola</td> <td>2.773</td> </tr> <tr> <td>Professores</td> <td>5.410</td> <td>Comunidade</td> <td>513</td> </tr> </table>	Estudantes	1.003	Funcionários	3.723	Pais/Responsáveis	2.125	Diretor de Escola	2.773	Professores	5.410	Comunidade	513
Estudantes	1.003	Funcionários	3.723										
Pais/Responsáveis	2.125	Diretor de Escola	2.773										
Professores	5.410	Comunidade	513										

	Por sexo:					
	Feminino	12.595	Masculino	2.952		
	Por Esfera Administrativa:					
	Municipal	9.128	Estadual	6.415	Federal	4
<b>Implementação até</b>	<b>Janeiro/2014</b>					

<b>Compromisso: (1.7) CONSTRUÇÃO DE PAINEL UNIFICADO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS DADOS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS, COM ACESSO PÚBLICO E INTERATIVO VIA WEB</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Integração Nacional
<b>Nome do responsável</b>	Miguel Ivan Lacerda de Oliveira
<b>Departamento</b>	Secretaria de Desenvolvimento Regional
<b>E-mail</b>	miguel.oliveira@integracao.gov.br
<b>Telefone</b>	61 3414-5990
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<p>O compromisso objetiva organizar e divulgar as informações e dados de execução das ações do Programa Água para Todos para os próprios executores e para o público em geral.</p> <p>O programa Água para Todos, por sua vez, tem como objetivo promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar.</p>
<b>Descrição do compromisso</b>	Organizar e divulgar, mediante um painel unificado de informações, os dados de execução das ações do Programa Água para Todos, para os próprios executores, e para o público em geral. Essa ferramenta permitirá, especialmente, o acompanhamento periódico das ações, a geração de relatórios para tomada de decisões, o fornecimento de informações para a assessoria de comunicação do MI e a garantia de transparência e prestação de contas atualizadas aos gestores públicos, às autoridades e à sociedade.
<b>Relevância</b>	Contribui, especialmente, para o incremento da transparência, pois disponibilizará, em formato de fácil compreensão, informações atualizadas sobre as diferentes fases das atividades do governo no Programa Água para Todos: informações de diagnóstico, beneficiários, territorialização das ações e execução efetiva.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Automatização, centralização e celeridade na obtenção das informações sobre o Programa Água para Todos;</li> <li>- Utilização de informações não redundantes;</li> <li>- Fluidez da informação entre os responsáveis pela execução do Programa;</li> <li>- Informações sobre o Programa Água para Todos disponibilizadas em fácil acesso à sociedade.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O projeto assumido no compromisso está concluído. Devido ao desenvolvimento de outras iniciativas, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Regional, para a construção de um Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional, o painel unificado de informações sobre o Programa Água para Todos será disponibilizado por meio do Observatório de Desenvolvimento Regional (odr.integracao.gov.br), ao invés da criação de uma nova ferramenta.</p> <p>O ODR é um portal de público acesso criado para monitorar e avaliar</p>

	<p>planos, programas e ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (conforme Decreto nº 6.047/2007).</p> <p>É apropriado para o monitoramento, avaliação e controle social da política de Desenvolvimento Regional no Brasil, oferecendo um repositório de informações georreferenciadas que contemplam dimensões relevantes para análises relacionadas à dinâmica regional brasileira e à PNDR, possibilitando uma avaliação integrada e articulada de programas e projetos do Ministério da Integração Nacional e de outros órgãos do governo federal no âmbito do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional. O Observatório permite ao usuário a geração de análises através de mapas temáticos, gráficos e tabelas, mapas de calor, mapas de evolução por série temporal e análises comparativas. Por se tratar de tecnologia georreferenciada, as análises podem ser obtidas e visualizadas no próprio mapa.</p> <p>Neste contexto, o ODR englobará também dados referentes a metas e execução física e financeira do Programa Água para Todos, de forma a contribuir, ainda, para a promoção da integração entre os programas de governo, a potencialização dos recursos financeiros por meio do aumento da capacidade de ação dos programas e instrumentos da PNDR, a articulação entre as políticas nacionais e os territórios e o controle social e a disseminação do conhecimento, servindo de fonte de informação para diferentes atores e instituições que acompanham, produzem e atuam em ações que objetivam a diminuição das disparidades regionais.</p> <p>O ODR, hoje, já disponibiliza dados sobre implantação de cisternas de consumo (georreferenciadas, por município ou estado) e dados orçamentários e financeiros do Programa, por estado. Ressalta-se, ainda, que a disponibilização dos dados está em constante ampliação, o que possibilitará o aumento das possibilidades de consulta.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Setembro/2013</b>
<b>Informações adicionais</b>	
<p>A Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação de Políticas Regionais da Secretaria de Desenvolvimento Regional é o setor responsável pelo ODR no âmbito do MI e oferece capacitações para operar a ferramenta, podendo ser contatada pelo telefone (61) 2034-5366 ou pelo e-mail <a href="mailto:odr@integracao.gov.br">odr@integracao.gov.br</a>.</p>	

<b>Compromisso: (1.8) INCLUSÃO DIGITAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Saúde
<b>Nome do responsável</b>	Katia Maria Barreto Souto

<b>Departamento</b>	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
<b>E-mail</b>	Kátia.souto@saude.gov.br
<b>Telefone</b>	Kátia.souto@saude.gov.br
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Contribuir com o aperfeiçoamento do exercício do controle social do Sistema Único de Saúde – SUS.
<b>Descrição do compromisso</b>	Implementar o Programa de Inclusão Digital (PID) em todos os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, de maneira a contribuir com o aperfeiçoamento do exercício do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).
<b>Relevância</b>	Contribui para uma melhor <i>accountability</i> visto que os conselheiros poderão ter maior conhecimento e capacidade no exercício do controle social. Essa capacidade do controle social aumentada exigirá uma melhor prestação de contas dos gestores públicos da saúde, conseqüentemente poderá haver uma maior responsabilização desses gestores com os recursos públicos do SUS, contribuindo assim para uma maior transparência e ao mesmo tempo o fortalecimento da participação cidadã.
<b>Ambição</b>	Conselhos de saúde fortalecidos no papel de controle social e políticas de saúde acompanhadas e monitoradas.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O Programa de Inclusão Digital está em fase de implementação nos conselhos estaduais e municipais de saúde como processo permanente contemplando seus três componentes: equipamentos, formação e conectividade.</p> <p><b>1) Equipamentos:</b></p> <p>- <u>Computadores:</u></p> <p>No período de 2006 a 2013 foram disponibilizados 27 computadores para conselhos estaduais e do DF e 5.565 computadores para os conselhos municipais de saúde 100% da meta cumprida</p> <p>- <u>Impressoras:</u></p> <p>No período de 2006 a 2013 foram disponibilizados 5.227 impressoras para conselhos municipais de saúde e 27 impressoras para conselhos estaduais e distrital de saúde. Em processo de licitação para aquisição de 374 impressoras para repasse aos conselhos de saúde não contemplados em etapas anteriores.</p> <p>- <u>Televisores:</u></p> <p>No período de 2006 a 2013 foram disponibilizados 27 televisores para os conselhos estaduais e distrital de saúde e 2.220 televisores antenas e decodificadores (ponto de TV por assinatura) para conselhos municipais</p>

de saúde.

## **2) Distribuição dos equipamentos:**

Em processo de entrega em 2014 de 1000 televisores doados pela OI em cumprimento ao Termo de Anuência Prévia estabelecido entre OI/Anatel e Ministério da Saúde. Em fase de licitação de 2.377 televisões para serem disponibilizadas aos conselhos municipais de saúde. Ressalta-se que acompanha os televisões kits de antenas e decodificadores (ponto de Tv por assinatura) são doações da OI, integrantes do Termo de Anuência Prévia.

## **3) Conectividade**

- Desde o início do Programa o Ministério da Saúde tem articulado com as secretarias estaduais, distrital e municipais de saúde para a garantia de internet aos conselhos de saúde.

- Retomada de articulação com o Ministério das Comunicações, por meio da Secretaria de Inclusão Digital, para efetivação de Termo de Cooperação Técnica para viabilizar conectividade aos conselhos de saúde especialmente em municípios com maior dificuldade de acesso.

Solicitamos prorrogação do prazo para dezembro de 2015;

Justificativa: Considerando que está em curso articulação com o Ministério das Comunicações, por meio da Secretaria de Inclusão Digital, para efetivação de Termo de Cooperação Técnica.

## **4) Formação de Conselheiros**

Encontra-se em processo de efetivação cursos de informática/informação para conselheiros coordenados pelo Grupo de Trabalho do Programa de Inclusão Digital nos Estados com o apoio do Ministério da Saúde, por meio do DATASUS. A partir de Oficina realizada em dezembro de 2013 para discussão da Política de Educação Permanente para o controle social foi definido a inserção dos Cursos nos Planos de Educação Permanente, garantindo um processo permanente que dê conta da mobilidade e renovação de conselheiros. Foram realizados cursos nos estados: Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Os outros estados por meio dos grupos de acompanhamento do programa estão revendo os projetos, conteúdos e estratégias de materialização. Essa etapa pode ser considerada contínua, posto que os Cursos do PID passam a integrar os Planos de Educação Permanente dos

	Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

<b>Compromisso: (1.9) FERRAMENTAS PARA TRANSPARÊNCIA E MELHORIA DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>Nome do responsável</b>	Márcio Fontes Hirata
<b>Departamento</b>	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
<b>E-mail</b>	marcio.hirata@mda.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3214-0504
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir o tempo de identificação e destinação de terras públicas – tanto na regularização de ocupações familiares quanto na identificação de explorações irregulares;</li> <li>• Reduzir o tempo de certificação de terras particulares – serviço prestado a proprietários de imóveis que precisam atualizar suas áreas no Registro de Imóveis;</li> <li>• Disponibilizar publicamente informações claras, precisas e tempestivas sobre a ocupação do território nacional (tamanho das propriedades, características de ocupação, entre outras);</li> <li>• Integrar diferentes instâncias ou entes governamentais responsáveis pela gestão do território – garantir que não haja conflitos no campo ou nos mapas entre áreas públicas e particulares.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Implantar o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), que terá a capacidade de integrar informações relacionadas à identificação, certificação e destinação de terras públicas, bem como dados como a ocupação do território nacional, assim como as diferentes instâncias ou entes governamentais responsáveis pela gestão do território, de tal forma a contribuir para o desenvolvimento efetivo de uma política de governança fundiária. Ao mesmo tempo busca garantir o acesso público às informações fundiárias e tornar mais eficiente o dispêndio governamental com a execução de georreferenciamento em terras públicas.
<b>Relevância</b>	<p>O compromisso se baseia no pilar do uso de tecnologias livres e abertas para o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que visam automatizar fluxos, potencializar a força de trabalho da administração pública, reduzir o tempo de instrução processual e garantir publicidade dos dados de forma sistematizada e comparável, aumentando assim a eficiência dos serviços prestados aos sociedade, com informação pública, tempestiva e de qualidade para o cidadão.</p> <p>Envolve também o pilar da melhoria da gestão por meio da implementação de uma plataforma comum para organizar os dados sobre interesse dos órgãos federais e/ou entes federados, permitindo assim aos gestores a tomada de decisão a partir de informações qualificadas e portanto reduzindo as possibilidades de conflitos.</p> <p>A geração e publicação de relatórios de desempenho de gastos públicos com georreferenciamento é uma função que se alinha ao princípio de</p>



	<p>prestação de constas para a sociedade como um todo. Permite avaliar com mais precisão, rapidez e transparência os investimentos realizados para se conhecer e destinar terras sob domínio do poder público.</p> <p>Por fim, permitir a efetivação do pilar que garante o acesso aos dados de forma pública, transparente e de fácil acesso a todas as instituições e cidadãos que tenham interesse em acessar e/ou utilizar as informações referentes a situação fundiária do país, por meio de mecanismos como a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e outras que se associem a ela.</p>
<b>Ambição</b>	<p>Meta 1: Permitir o conhecimento da malha fundiária nacional</p> <p>Meta 2: Efetivar a destinação de terras públicas</p> <p>Meta 3: Garantir acesso público às informações fundiárias</p> <p>Meta 4: Melhorar o gasto com a execução de georreferenciamento em terras públicas</p> <p>Meta 5: Integrar diferentes entes governamentais no processo de gestão fundiária</p>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O projeto teve seu desenvolvimento concluído e foi oficialmente lançado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 25 de novembro de 2013.</p> <p>O projeto cumpriu as etapas previstas e atualmente registra em sua base 57.245 parcelas georreferenciadas que serão objeto de regularização fundiária na Amazônia Legal, numa área correspondente a 8 milhões de hectares. Contendo ainda 22.103 parcelas certificadas, numa área correspondente a 19, 7 milhões de hectares, em atendimento aos procedimentos previstos na Lei nº 10.267/01.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2013</b>

<b>Compromisso: (1.10) IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MONITORAMENTO DO PPA E NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Pedro de Carvalho Pontual
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional de Articulação Social
<b>E-mail</b>	Pedro.pontual@presidencia.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3411-3328
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Participação, qualificação, capacitação e diálogo com a Sociedade Civil para o monitoramento e formulação dos processos de planejamento e orçamento do Poder Público Federal.
<b>Descrição do compromisso</b>	Promover, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a participação, a qualificação, a formação e o diálogo com a Sociedade Civil para o monitoramento do ciclo de planejamento público. O compromisso será o de aplicar a metodologia de monitoramento de programas transversais pela sociedade civil e de promover o debate para o recebimento de propostas e sugestões para o aperfeiçoamento do referido ciclo. Visa-se, então, ampliar a conexão entre a participação social e as expressões das escolhas estratégicas de governo, de forma a tornar o planejamento das políticas públicas um processo mais aberto, transparente e responsivo. Será dado início ao monitoramento participativo do Plano Plurianual (PPA) e ocorrerá o aperfeiçoamento da consulta virtual para recebimento de propostas da sociedade civil para a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
<b>Relevância</b>	Permitir ao cidadão acompanhar e avaliar o desempenho das ações de governo.
<b>Ambição</b>	Aperfeiçoar a troca de informação, a participação e o diálogo para o acompanhamento e controle social dos ciclos de planejamento e orçamento do Governo Federal. Aperfeiçoar metodologias presenciais e virtuais para o recebimento de sugestões para a elaboração das peças do ciclo orçamentário, de forma a ampliar e consolidar a participação social nos processos decisórios do Estado.
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	Em relação ao compromisso, os prazos foram devidamente cumpridos e a iniciativa já apresentou resultados.  O Fórum Interconselhos, existente desde 2011, foi reunido em setembro de 2013 para receber os primeiros relatórios de execução do PPA do governo federal, com suas consequências orçamentárias. Com base nos recortes das Agendas Transversais, o resultado da atuação do governo federal no ano de 2012 foi apresentado para críticas dos conselheiros presentes. Com isso se iniciou, de fato, o exercício do monitoramento participativo do planejamento federal pela sociedade, como estava

	<p>previsto na lei do PPA.</p> <p>A participação no orçamento público também cumpriu suas metas. Em 2012, foram travados diálogos com a sociedade acerca da programação orçamentária e foram assumidos compromissos por mais transparência e participação. Já em 2013, essas estratégias foram postas em prática. O processo de elaboração do PLDO 2014 contou com a participação de um grupo virtual que discutiu as diretrizes orçamentárias e apresentou propostas para análise do governo. No mesmo ano, o PLOA 2014 também foi submetido a debate com a sociedade antes de ser enviado ao Congresso Nacional. Foi realizada audiência pública para apresentação dos dados sobre o orçamento federal e recebimento de propostas da sociedade em relação ao fortalecimento de ações orçamentárias. Ambos os processos foram repetidos em 2014, para elaboração do PLDO 2015 e PLOA 2015, evidenciando que a participação social já faz parte normal do cronograma de elaboração das peças orçamentárias do governo federal.</p> <p>As atividades de formação para o planejamento e orçamento foram realizadas em diversos momentos pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Curso Básico de Planejamento, Orçamento e Gestão - realizado pela SGPR, MPOG e ENAP nos dias 7 e 8 de novembro de 2012 para os participantes do III Fórum Interconselhos (200 membros de conselhos e movimentos sociais)</li> <li>2. Curso de Capacitação EAD em Planejamento Estratégico Municipal e Desenvolvimento Territorial - realizado pela SPI/MPOG em parceria com a UFRGS (1.250 vagas disponíveis em cada Módulo) de março a maio de 2014.</li> <li>3. Cursos da Escola Virtual da SOF/MPOG - oferta permanente de cursos em EAD sobre orçamento público (básico e avançado).</li> </ol> <p>Todo esse esforço, embora recente, já alcançou reconhecimento dentro e fora do Brasil. O Fórum Interconselhos será agraciado, neste mês, com a premiação máxima do United Nations Public Service Awards, na categoria de estratégia inovadora em participação social. Este prêmio é a honraria mais prestigiada do mundo na área de gestão pública.</p> <p>Portanto, consideramos o compromisso cumprido, antes do prazo, com resultados além dos pactuados e reconhecimento de excelência.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Fevereiro/2014</b>



<b>Compromisso: (1.11) IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS DEMANDAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Diogo de Sant'ana
<b>Departamento</b>	Secretaria-Executiva
<b>E-mail</b>	diogo.santana@presidencia.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3411-1572
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Aplicar tecnologia e estratégia de acompanhamento, monitoramento e avaliação da ação governamental em resposta às demandas dos movimentos sociais que tenham sido encaminhadas ao Governo Federal, aperfeiçoando a transparência das informações, a tempestividade das respostas e a articulação intragovernamental com vistas ao incremento da efetividade na resolução de pautas e demandas apresentadas pela Sociedade Civil.
<b>Descrição do compromisso</b>	Implantar sistema que constitua uma estratégia de acompanhamento, monitoramento e avaliação da ação governamental em resposta às demandas dos movimentos sociais encaminhadas ao Governo Federal por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República, de tal maneira a viabilizar o necessário aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a troca de informações e a articulação intragovernamental para a efetiva resolução de pautas e demandas apresentadas pela Sociedade Civil.
<b>Relevância</b>	No diálogo com a sociedade, o Governo recebe demandas e assume compromissos, os quais precisam ser monitorados para que sua concretização seja efetiva. A metodologia deste compromisso tem por premissas: Procedimentos simplificados, de fácil aplicabilidade e acompanhamento; Monitoramento com periodicidade definida; Delimitação clara do objeto de monitoramento; Fluxos de tramitação pactuados; e Compromisso com o resultado: resolução de encaminhamentos no Governo Federal e respostas às demandas da Sociedade Civil.
<b>Ambição</b>	Espera-se, com a implantação do Sistema de Gestão de Prestação de Contas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos custos relacionados ao processo de prestação de contas;</li> <li>• Tempestividade da análise da prestação de contas e recuperação de débitos apurados, com a responsabilização de quem lhe deu causa;</li> <li>• Transparência da execução dos recursos repassados, com a possibilidade de controle dos registros e dos relatórios de execução em tempo real, permitindo a divulgação de tais informações à sociedade e aos órgãos de controle.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>

<p><b>Descrição dos resultados<sup>9</sup></b></p>	<p>Nos últimos 10 anos, o Governo Federal tem realizado ações e criado mecanismos para dialogar com a sociedade civil, considerando que a participação social e o protagonismo da sociedade civil são essenciais para o aperfeiçoamento da atuação do Estado e da gestão pública, vez que asseguram maior convergência entre a ação governamental e as demandas sociais, contribuindo para a efetividade das políticas públicas.</p> <p><b>Síntese das principais ações que compõem o histórico da Mesa de Monitoramento:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Consolidação das informações das pautas recebidas dos movimentos sociais em uma planilha</li> <li>2. Reuniões da Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais sobre temas setoriais. Definição de metodologia para formulação da preparação de relatórios de atendimento às Pautas (Cadernos de Respostas).</li> <li>3. Assinatura do Acordo de Cooperação com o ICMBio para transferência de tecnologia e customização de sistema de informática integrado - SGDoc</li> <li>4. Formulação e entrega do Caderno de Destaques no Atendimento às Pautas apresentadas no decorrer de 2013 e implantação do sistema SGDoc. Mobilização e capacitação de servidores focais em todos os Ministérios para utilização do sistema.</li> </ol> <p><b>Proposta de melhoria da Mesa de Monitoramento - Ações em andamento:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atualizar o banco de dados das demandas sociais monitoradas, incluindo os compromissos da Presidência da República nas reuniões com Movimentos Sociais e os compromissos da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) com movimentos sociais. Essas serão as demandas consideradas prioritárias.</li> <li>2. Consolidar documento com proposta de prioridades para cada movimento até 2014 a partir da apresentação dos Movimentos Sociais</li> <li>3. Realizar reunião de coordenação política da Mesa de Monitoramento: encontro com Secretários-Executivos de órgãos estratégicos para definição da estratégia e seleção das ações prioritárias com real possibilidade de concretização no prazo de um ano.</li> <li>4. Monitorar os compromissos definidos para cada movimento social.</li> </ol>
--	---

<sup>9</sup> Conheça em detalhes algumas ações da Mesa de Monitoramento no detalhamento do compromisso na página da OGP Brasil, no link: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro>



	<p>5. Publicar os Cadernos “Mesas de Monitoramento das Demandas Sociais”: publicação do balanço das ações do governo federal direcionadas ao atendimento das demandas da cada segmento dos movimentos sociais, a exemplo do caderno publicado para os Movimentos do Campo. As seguintes publicações já foram entregues: Publicação Movimentos do Campo e Publicação Povos e Comunidades Tradicionais. As próximas a serem publicadas serão: Publicação Movimentos Urbanos (junho/2014) e Balanço Geral de Atendimento de Movimentos Sociais (agosto/2014)</p> <p>6. Formalizar a mesa de monitoramento: a metodologia foi formalizada por meio do Decreto nº 8.243/2014 (Política Nacional de Participação Social). Nos próximos meses, será editada Portaria Interministerial regulamentando e normatizando o processo de monitoramento e será consolidada a tecnologia do Sistema e da Mesa de Monitoramento como metodologia e legado de longo prazo.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Julho/2014</b>

<b>Compromisso: (1.12) FORMAÇÃO DE EDUCADORES, AGENTES POLÍTICOS, GESTORES PÚBLICOS, CONSELHEIROS DE POLÍTICA SOCIAL E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Fazenda
<b>Nome do responsável</b>	Alexandre Ribeiro Motta
<b>Departamento</b>	Escola de Administração Fazendária
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:alexandre.motta@fazenda.gov.br">alexandre.motta@fazenda.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	(61) 3412-6106 e 3412-6107
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Espera-se contribuir para fomentar a consciência crítica dos cidadãos e dos gestores acerca da relevância do controle social e da gestão democrática dos recursos públicos, a fim de aprimorar a qualidade dos processos de formulação, execução e avaliação das políticas públicas e de melhorar a capacidade estatal de combater o desperdício ativo e passivo do erário.
<b>Descrição do compromisso</b>	Desenvolver diversos produtos pedagógicos em Educação Fiscal, a serem ofertados para estudantes, servidores das três esferas de governo, gestores, conselheiros, lideranças comunitárias, entre outros. Além disso, a Escola Fazendária buscará ampliar a oferta de cursos sobre disseminação da educação fiscal, bem como estruturará um plano de formação permanente sobre o tema, de tal forma a construir uma matriz curricular e um alinhamento pedagógico de largo alcance. Também contribuirá com as instituições de controle interno e externo e com as redes de “Observatórios Sociais do Orçamento” e de “Cidades Justas e Sustentáveis”.
<b>Relevância</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento da transparência, responsabilização e prestação de contas (<i>accountability</i>) – por meio da criação dos produtos especificados neste instrumento e da formação permanente de gestores.</li> <li>• Inovação tecnológica – utilização de todos os recursos tecnológicos hoje disponíveis para a Educação a Distância.</li> <li>• Participação cidadã – ampliar as possibilidades dos cidadãos incidirem de forma qualificada em todo o ciclo de construção das políticas públicas.</li> </ul>
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propiciar aos cidadãos brasileiros a oportunidade de terem acesso aos conhecimentos fundamentais de educação fiscal em qualquer etapa de suas vidas,</li> <li>• Ampliar o número de Disseminadores de Educação Fiscal formados.</li> <li>• Aumentar o número de Observatórios Sociais em efetiva atuação no monitoramento e controle social da aplicação dos recursos públicos, de modo a assegurar que um número crescente de municípios brasileiros possa contar com esse importante instrumento de controle social.</li> <li>• Ampliar o grau de percepção da gestão fiscal pela sociedade no prazo de dois anos, medidos a partir de pesquisa a ser realizada em 2013 e 2015.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>

<p><b>Descrição dos resultados</b></p>	<p>O compromisso de desenvolver produtos pedagógicos em Educação Fiscal, para ofertar aos estudantes, servidores das três esferas de governo, gestores, conselheiros, lideranças comunitárias, e a oferta de cursos sobre disseminação da educação fiscal, foram atendidos dentro das possibilidades orçamentárias disponíveis para o programa. Lembramos ainda que de Educação Fiscal para Cidadania é uma ação continuada e seu avanço está diretamente ligada às possibilidades orçamentárias e capacidade dos entes municipais e estaduais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Parlamento Jovem Brasileiro</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> Evento realizado no período de 21 a 27 de setembro de 2014. O programa é realizado anualmente e tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante participação em jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, na qual os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens. A Gerência de Educação Fiscal - GEREFE fez reserva de alojamento para esse público, bem como fez palestra de divulgação do PNEF.</p> <p><b>Resultado:</b> Informação sobre a relevância da Educação Fiscal repassada a 78 jovens</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Missão Pedagógica no parlamento</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> programa criado pela Câmara dos Deputados com o objetivo de oferecer aos educadores formação em educação para democracia, foi realizado no período de 21 a 27 de setembro. Coube a GEREFE reservar alojamento, bem como ministrar palestra sobre a relevância da Educação Fiscal.</p> <p><b>Resultado:</b> Informação sobre a relevância da Educação Fiscal repassada a 216 professores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Estágio-Visita</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> Programa que possibilita aos universitários de todo o país o acesso a conhecimentos relacionados ao funcionamento da Câmara e a forma de atuação de seus representantes, incentivando a participação democrática e o exercício da cidadania. Nesse evento, a GEREFE se responsabilizou pela reserva do alojamento, bem como por ministrar palestras sobre o PNEF. O estágio visita ocorreu em três períodos diferentes, a saber: 21 a 26/04, 11 a 17/05 e 16 a 22/11.</p> <p><b>Resultado:</b> Informação sobre a relevância da Educação Fiscal repassada a 216 universitários.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Curso Cidadania Fiscal</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> Em maio de 2013 a GEREFE solicitou à Receita Federal do Brasil (RFB), parceira no PNEF, a cessão do curso Cidadania Fiscal, ofertado na modalidade à distância, com carga horária de 20 horas e que teve como</p>
--	--



	<p>público alvo servidores da própria RFB. Após resposta positiva da RFB em julho, iniciou-se a adaptação do curso Cidadania Fiscal, que passou a ter como o público alvo a sociedade civil.</p> <p>Em 2014 a GREF contratou Desenhista Instrucional para fazer as alterações textuais e adaptação do curso que estava em plataforma flash, para HTML no intuito de facilitar futuras atualizações. Além disso, o curso foi formatado para ser autoinstrucional.</p> <p>As mudanças foram apresentadas à Comissão de Referencial Teórico e Metodológico, que pontuou novas alterações. Modificado, o curso foi apresentado novamente a RFB que o reanalisou e prontamente o aprovou.</p> <p><b>Resultados:</b> Sendo assim, em novembro de 2014, o piloto do curso foi ofertado para os representantes do GEF e coordenadores estaduais do curso Disseminadores de Educação Fiscal o qual contou com 49 participantes, sendo 29 aprovados e 20 desistentes.</p> <p>Em que pese o pouco tempo para divulgar o curso, em dezembro de 2014, abriu-se a primeira turma dirigida à sociedade em geral com 1.576 inscritos, sendo 974 aprovados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Disseminadores de Educação Fiscal – DEF</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> O Curso de Disseminadores de Educação Fiscal foi ofertado tanto no 1º como no 2º semestre de 2014 na modalidade à distância, com carga horária de 120 horas. Por se tratar de curso à distância, essa iniciativa da GREF foi executada pela DIEAD. Ele destinou-se à formação de profissionais das áreas de capacitação, servidores públicos, e de preferencialmente, professores municipais, estaduais e federais, e universitários.</p> <p><b>Resultados:</b> No período de 02 de abril a 08 de junho de 2014, o curso foi ofertado a 17 estados (Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins) e contou com 4.894 alunos inscritos; sendo 3.010 aprovados.</p> <p>No segundo semestre de 2014, entre 15 de setembro a 21 de novembro, o curso foi ofertado para 4.355 estudantes dos quais 2.420 foram aprovados. Dezenove estados participaram dessa oferta, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Formação para prefeitura</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> A partir de iniciativa da GREF no segundo semestre de 2013, de manter contato com as parceiras do PNEF: SOF, RFB, PGFN e CGU,</p>
--	--

	<p>ocorreu oferta piloto de capacitação cujo público-alvo foi formado por prefeitos, secretários de finanças, planejamento e contadores municipais, tendo a mesma ocorrido entre os dias 21 a 23 de outubro do mesmo exercício no estado de São Paulo.</p> <p>Em 2014, após análise do piloto, a Formação para Prefeituras foi adequada nos quesitos referentes aos temas e participação dos parceiros. Priorizou-se o atendimento direto aos prefeitos visando auxiliá-los em suas necessidades mais prementes e assim aumentar a participação dos municípios no Programa. Realizou-se essa formação nos estados de Tocantins, Alagoas, Rio de Janeiro, Goiás e Pará.</p> <p>Ressalta-se que essas capacitações contaram com um núcleo comum, que coube a GREF e aos parceiros supracitados a apresentação; e um núcleo específico, cuja organização ficou por conta de cada estado que formalizou o convite à gerência.</p> <p><b>Resultados:</b> Considerando-se a atipicidade do ano, com realização de Copa do Mundo e de eleições, os eventos concentraram-se no primeiro semestre nos locais e datas seguintes, com os respectivos números de inscritos:</p> <p>Tocantins: 08 a 10/04/2014 Número de participantes =120</p> <p>Alagoas: 28 a 30/04/2014 Número de participantes = 155</p> <p>Rio de Janeiro: 19 e 20/05/2014 Número de participantes =68</p> <p>Goiás: 28 e 29/05/2014 Número de participantes = 91</p> <p>Pará: 03 e 04/06/2014 Número de participantes =220</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Impressão de material</li> </ul> <p><b>Resultados:</b> No decorrer de 2014 foram elaborados e impressos 2.850 livretos, 750 Documentos Base, 250 cartilhas, 1100 folders e 06 banners. Também foram impressos 4.000 cadernos do PNEF que foram distribuídos de forma igualitária para todos os estados da federação e o Distrito Federal.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Palestras</li> </ul> <p><b>Resultados:</b> A equipe da GREF participou de 32 eventos nos quais proferiu palestras com a temática Educação Fiscal, para instituições de Ensino Superior, Escolas Públicas e outros órgãos parceiros do Programa. Esta participação trata principalmente da distribuição de material e de</p>
--	--

	<p>realização de palestras sobre a importância do tema e da consequente sensibilização do público quanto à relevância de participação no programa, seja nos estados e ou nos municípios.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Atividade:</b> Estruturação de um plano de formação permanente sobre Educação Fiscal, de tal forma a construir uma matriz curricular e um alinhamento pedagógico de largo alcance.</li> </ul> <p><b>Etapas:</b> Ao analisar a complexidade, a dimensão desta ação, bem como a expertise do Ministério da Educação para construção de matrizes curriculares e alinhamentos pedagógicos, a Escola de Administração Fazendária - ESAF deu início a uma reaproximação interministerial no intuito de viabilizar a construção da matriz curricular, bem como o alinhamento pedagógico em base sólida. Após essa reaproximação a temática Educação Fiscal foi inserida no Macrocampo Educação Econômica - área temática que agrupa atividades relacionadas a empreendedorismo, <b>educação fiscal</b> e financeira e que podem ser desenvolvidas com os alunos das unidades escolares beneficiadas pelo Programa Mais Educação (Presente em um grande número de escolas de todo o território nacional)</p> <p><b>Resultados: Implementado.</b></p> <p><b>Justificativa para alteração de prazo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Implementação de Roteiro padrão destinado à construção de portais de transparência públicos amigáveis para o cidadão comum:</b> Contingenciamento de recurso</li> </ul>
Implementação até	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

<b>Compromisso: (1.13) INCENTIVO À ADEÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS AOS QUATRO PRINCÍPIOS DA OGP</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>Nome do responsável</b>	Denise Ratmann Arruda Colin
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS
<b>E-mail</b>	denise.colin@mds.gov.br
<b>Telefone</b>	(061) 2030-2911
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<p>1. Incorporar os princípios da OGP na pactuação de prioridades e metas previstas na nova Norma Operacional Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).</p> <p>2. Identificar, reconhecer e divulgar práticas exitosas ou inovadoras, no âmbito do SUAS, relativas à adoção desses princípios da OGP.</p> <p>3. Desenvolver estudos sobre formas de incorporação dos mesmos em critérios de expansão e partilha de recursos concernentes a outras iniciativas desenvolvidas pelo órgão.</p>
<b>Descrição do compromisso</b>	Fazer com que os programas, sob a responsabilidade do MDS, incluam mecanismos de incentivo à adesão aos princípios da OGP pelos entes da Federação. Tal estratégia será adotada mediante a incorporação dos princípios em questão na pactuação de prioridades e metas previstas na nova Norma Operacional Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Buscar-se-á, ainda, identificar, reconhecer e divulgar práticas exitosas ou inovadoras, no âmbito do SUAS, relativas à adoção desses princípios da OGP, bem como desenvolver estudos sobre formas de incorporação dos mesmos em critérios de expansão e partilha de recursos concernentes a outras iniciativas desenvolvidas pelo órgão, considerando-se que o incentivo à disseminação dos princípios da Parceria para o Governo aberto sejam de considerável relevância para a melhoria da gestão dos programas e para o incremento da integridade pública.
<b>Relevância</b>	O compromisso representa a própria valorização dos princípios, com medidas de fomento à adesão dos entes federados a eles.
<b>Ambição</b>	Melhoria da gestão dos programas, sob a responsabilidade do MDS, inclusive sob aspectos de integridade pública.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>Para a elaboração das respostas, os objetivos foram desmembrados em:</p> <p><b>Objetivo 1:</b> incorporação dos princípios em questão na pactuação de prioridades e metas previstas na nova Norma Operacional Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).</p> <p>Os princípios transparência, participação social, <i>accountability</i> e inovação e tecnologia são estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e encontram-se presentes na definição do Sistema desde a primeira Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-2005). Estes</p>

	<p>princípios foram reforçados através da segunda NOB-SUAS (NOB-2012), que determinou a implementação do Pacto de Aprimoramento do SUAS, a ser firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituindo um mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. O Pacto objetiva, portanto, entre outros, garantir mecanismos de publicidade dos gastos e de transparência na prestação de contas pelo poder público.</p> <p>A pactuação com os municípios teve início no exercício de 2013, com vigência para o quadriênio de 2014/2017. Foram pactuadas as seguintes metas para o Controle Social (Resolução nº 13 da CIT, de 4/7/2013): a) ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social; b) regularizar o CMAS como instância Controle Social do Programa Bolsa Família. O planejamento para o alcance das metas será realizado por meio de ferramenta informatizada disponibilizada pelo MDS.</p> <p>A primeira pactuação de aprimoramento do SUAS envolvendo Estados e DF terá início em 2015, em substituição à pactuação de prioridades nacionais instituídas para o quadriênio 2011 – 2014 (Resolução n.º 17 de 2010 da CIT), revista em 2013 pela Resolução n.º 32 de 2013 da CIT. A Prioridade Nacional VIII consiste no apoio ao exercício da participação e do controle social e tem como meta: garantir em 100% dos Conselhos Estaduais de Assistência Social a proporcionalidade entre representantes de usuários, trabalhadores e entidades, na representação da sociedade civil.</p> <p><b>Objetivo 2:</b> identificar, reconhecer e divulgar práticas exitosas ou inovadoras, no âmbito do SUAS, relativas à adoção desses princípios da OGP.</p> <p>O MDS vem apoiando o reconhecimento e a divulgação de práticas exitosas e inovadoras relativas à gestão transparente e ao controle social efetivo. Entre as ações apoiadas recentemente destaca-se o Prêmio Mérito CNAS, que identifica e homenageia instituições que se destacam na Assistência Social e que visa: a) contribuir para dar visibilidade às práticas no campo do controle social do SUAS; b) disseminar processos organizativos que contribuam para ampliar e qualificar a participação da população na formulação, gestão e controle social da política de Assistência Social; c) reconhecer e divulgar iniciativas e experiências no campo da democracia participativa e representativa e gerar força institucional ao controle social no âmbito da gestão do SUAS. A primeira edição do prêmio foi uma das atividades da IX Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2013.</p> <p>No mesmo sentido, o MDS tem apoiado o Prêmio Boas Práticas de</p>
--	---

	<p>Gestão/CONGEMAS, que se constitui em um instrumento para identificar e disseminar práticas bem sucedidas da Assistência Social que estejam contribuindo para modernização, inovação e eficiência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Entre as categorias premiadas está o apoio ao Controle Social. A última edição do prêmio inseriu-se nas atividades do XVI Encontro Nacional do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social (COGEMAS), realizado em abril de 2014.</p> <p><b>Objetivo 3:</b> desenvolver estudos sobre formas de incorporação dos mesmos em critérios de expansão e partilha de recursos concernentes a outras iniciativas desenvolvidas pelo órgão.</p> <p>Em relação a este item, o MDS desenvolveu estudos específicos para apoiar a definição sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no âmbito do SUAS, que resultou na publicação da Resolução CNAS 01/2013 dispendo sobre o tema, que definiu os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário, entre outras providências.</p> <p>A Resolução 01/2013 promoveu a equalização e qualificação da oferta, a unificação da lógica de cofinanciamento federal e o estabelecimento de meta de atendimento do público prioritário, respeitando-se as características de cada faixa etária. As novas regras implicam, além da adequação e qualificação da oferta do serviço, a unificação da lógica de cofinanciamento; a inclusão do público prioritário; e o registro dos usuários em sistema próprio com identificação através do Número de Identificação Social (NIS). Estes pontos incorporam os princípios da OGP, particularmente os relacionados à accountability e inovação tecnológica.</p> <p><b>Considerações</b></p> <p>Pelo exposto anteriormente, pode-se concluir que o MDS está implementando ações que objetivam, de uma maneira geral, a incorporação dos quatro princípios da OGP (transparência, participação social, <i>accountability</i> e inovação tecnológica) nos seus programas e projetos e, de forma específica, o cumprimento dos três objetivos descritos acima.</p> <p>Assim, constata-se que projeto foi cumprido dentro dos prazos projetados.</p>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Dezembro/2014</b></p>

## Eixo 2: Aumento da Integridade

<b>Compromisso: (2.1) IMPLEMENTAÇÃO DA “BIBLIOTECA DO ACESSO TRANSPARENTE À INFORMAÇÃO”</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	José Eduardo Elias Romão
<b>Departamento</b>	Ouvidoria-Geral da União
<b>E-mail</b>	jose.romao@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 20207259
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<p>Visa-se, por meio de tal ação, ao:</p> <p>a. Fomento da transparência ativa nos órgãos de controle;</p> <p>b. Aumento dos instrumentos de controle social sobre a efetivação do direito ao acesso à informação;</p> <p>c. Sensibilização dos órgãos da Administração pública acerca do acesso à informação; e</p> <p>d. Conscientização de sociedade e administração acerca do direito de acesso à informação, mediante divulgação dos entendimentos reiterados pela CGU;</p>
<b>Descrição do compromisso</b>	Desenvolver ações com vistas à publicação de enunciados referentes às decisões adotadas pela Controladoria-Geral da União, no exercício da competência de instância recursal da Lei de Acesso à Informação, a fim de dar transparência a esses processos decisórios. Em um segundo momento, será criado um vocabulário controlado para a elaboração de ementários, de forma a permitir pesquisas temáticas com maior grau de acuidade. Adicionalmente, o sítio deverá conter informações quantitativas acerca de indicadores de provimento, provimento parcial e indeferimento dos pedidos/recursos em cada instância.
<b>Relevância</b>	A iniciativa dotará de plena <b>transparência</b> as atividades desenvolvidas pela área, servindo ao fomento do <b>controle social</b> tanto por meio do aprimoramento de tais atividades como, também pelo fornecimento de subsídios ao exercício do direito de acesso à informação. A <b>participação cidadã</b> passará, desta forma, a garantir que este importante instrumento da accountability social também seja, ele mesmo, objeto deste controle.
<b>Ambição</b>	<p>A meta quantitativa estabelecida para esta ação relaciona-se à entrega do produto</p> <p>Nesse sentido, a medida visa a impactar positivamente os seguintes indicadores, já definidos no Planejamento Estratégico da área: 1) <b>Credibilidade</b> (efetividade), <b>Transparência</b>, agregado e bimestral (eficácia), <b>Institucionalização de Acesso</b> (efetividade).</p>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O projeto foi concluído em outubro de 2014, quando foi publicado Ementário das decisões da CGU organizado por tema, elaborado com base no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) e em

	<p>vocabulário desenvolvido pela CGU. Por meio da consulta ao Ementário - disponível em <a href="http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu">http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu</a> – é possível selecionar um tema para inserção no campo de busca “palavra-chave”, permitindo a recuperação de decisões nas quais consta o respectivo tema. O resultado da busca dá destaque ao trecho, dos documentos recuperados, no qual o tema foi localizado.</p> <p>Desde dezembro de 2013, a CGU disponibiliza no referido sítio as decisões que emitiu no exercício da competência de instância recursal da Lei de Acesso à Informação. O mecanismo de busca e recuperação dessas decisões foi implementado em dezembro de 2014, permitindo pesquisa por palavra-chave, órgão/entidade superior e/ou órgão/entidade vinculado. Também foram disponibilizadas informações sobre o processo de análise e julgamento dos recursos, relatórios estatísticos, legislação aplicável e publicações especializadas.</p> <p>É possível realizar pesquisa por tipo de decisão emitida (provimento, provimento parcial e indeferimento) no sítio:  <a href="http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatorios-estatisticos/relatorios-estatisticos">http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatorios-estatisticos/relatorios-estatisticos</a>.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014 (prazo anterior: agosto/2014)</b>



<b>Compromisso: (2.2) BANCO DE PREÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Rommel N. Carvalho
<b>Departamento</b>	Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas (DIE)
<b>E-mail</b>	rommel.carvalho@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-6885
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Obter o preço médio de aquisição dos produtos mais comprados pelo Governo e criar um banco de dados contendo tais informações;</li> <li>2. Disponibilizar essas informações de preço à CGU, a todo o Governo (gestores) e aos cidadãos.</li> </ol>
<b>Descrição do compromisso</b>	<p>Criar um banco de dados que contenha um preço de referência dos produtos mais comprados pelo Governo Federal, a partir dos dados publicados no portal da transparência. A interface possibilitará a identificação de preços médios dos produtos, constituindo estratégia eficiente para a elaboração de orçamentos e licitações, para a disseminação de melhores práticas nas compras públicas, bem como para o apoio às ações de combate à corrupção, nas circunstâncias em que se verifique a existência de aquisições com sobrepreço.</p>
<b>Relevância</b>	<p>Haverá um maior incremento da <b>transparência pública</b>, pois será divulgado o preço médio pago pelo Governo na aquisição de diversos produtos. Aumentará também a necessidade de <b>prestação de contas</b>, pois será possível verificar, em relação a cada órgão ou entidade, quanto foi gasto acima do preço médio e que agente foi responsável por esses gastos.</p> <p>Finalmente, o compromisso trará uma maior <b>participação cidadã</b>, ao disponibilizar essas informações para qualquer brasileiro, tornando possível um maior e mais pontual controle social.</p>
<b>Ambição</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Auxiliar o trabalho de auditoria e fiscalização na análise de gastos e editais;</li> <li>2. Auxiliar os gestores de contratos e comissões de licitação no processo de estimativa de custos.</li> <li>3. Promover o combate à corrupção com a identificação de gastos muito acima do preço de referência.</li> <li>4. Promover a prevenção da corrupção, com a identificação de editais com estimativas de preço muito acima do preço de referência.</li> <li>5. Promover uma maior transparência dos gastos públicos.</li> <li>6. Possibilitar um maior controle social ao divulgar preço de referência para toda sociedade como dado aberto.</li> </ol>
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O Banco de Preços de Referência foi construído e possui hoje 51 produtos diferentes (e.g., papel A4, café torrado, gasolina) com seu preço calculado de acordo com a unidade de medida (e.g., resma, kg, litro), a localidade (nacional, regional e estadual) e o período (trimestral,</p>

	<p>semestral e anual), gerando um total de mais de 80 mil preços de referência. A inclusão de um produto no catálogo oficial do banco passa por um processo de certificação do produto que engloba tanto uma análise estatística detalhada das características e preços do produto como uma análise de mercado.</p> <p>Do ponto de vista de estratégia para elaboração de orçamentos e licitações e disseminação de boas práticas, foi desenvolvido um sistema de consulta e análise dos preços de referência, incluindo relatórios que apresentam o perfil de compra do produto por órgão, possibilitando assim a identificação de boas práticas. Além disso, é possível identificar aqueles órgãos com um maior potencial de economia, possibilitando uma atuação mais acertada e direta dos órgãos de controle, assim como um maior entendimento para o gestor do seu processo de compra e sua eficiência.</p> <p>Foi disponibilizada também uma funcionalidade de calcular o preço de referência, de forma simples e intuitiva, para qualquer produto, mesmo que ainda não incluído no catálogo oficial do banco, baseado na mesma metodologia desenvolvida e utilizada pela equipe do Banco de Preços nos produtos oficiais. Por fim, é possível localizar todos os empenhos utilizados para o cálculo do preço de referência de um determinado produto, com filtro por região e preço praticado, de forma a subsidiar a elaboração de novos orçamentos. A primeira versão já está disponível no Portal do Observatório da Despesa Pública da Controladoria-Geral da União (<a href="https://app.cgu.gov.br/portalodp">https://app.cgu.gov.br/portalodp</a>) e a nova versão se encontra em homologação.</p> <p>Vale ressaltar também que tanto o Banco de Preços como a metodologia desenvolvida e criada para a identificação e cálculo desses preços foi validada tanto pelo mercado quanto pela academia. Em 2013 ele recebeu o Prêmio CONIP<sup>[1]</sup>2013 na categoria Sistemas de Informações Gerenciais e Geográficas (<a href="http://www.conipsp.com/noticia.php?id=304">http://www.conipsp.com/noticia.php?id=304</a>). Além disso, a metodologia do Banco de Preços foi aprovada por diversos comitês de avaliação de congressos de renome nacionais e internacionais, gerando diversas publicações:</p> <p>_____</p> <p><sup>[1]</sup> O CONIP - Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública - é um evento consolidado, reconhecido como o principal fórum de inovação que aponta as tendências de uso de tecnologias na gestão pública.</p>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Dezembro/2014 (prazo anterior: outubro/2014)</b></p>



<b>Compromisso: (2.3) CRIAÇÃO DE UM SÍTIO BRASILEIRO DA PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO (OGP)</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Otávio Castro Neves
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência
<b>E-mail</b>	otavio.neves@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-6848
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ofertar à sociedade informações sobre a Parceria para Governo Aberto.</li> <li>✓ Possibilitar aos cidadãos o acompanhamento da Parceria e dos compromissos assumidos pelo Executivo Federal brasileiro.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	<p>Criar um portal brasileiro sobre a Parceria para Governo Aberto (OGP), de maneira a ofertar à sociedade informações sobre a OGP e a possibilitar aos cidadãos o acompanhamento da Parceria e dos compromissos assumidos pelo Executivo Federal brasileiro. Além disso, haverá, por meio do portal, a difusão de conhecimentos acerca do conceito de governo aberto e a promoção da participação social, no âmbito da OGP.</p>
<b>Relevância</b>	<p>O compromisso incrementa a transparência, pois proporciona ao cidadão uma ferramenta para o acompanhamento de cada uma das iniciativas propostas no plano de ação da OGP.</p> <p>Considera-se que a criação do portal expresse também a realização do princípio de <b>desenvolvimento de tecnologia e inovação</b>, já que o sítio, feito tecnológico em si, expressa nova forma de interação entre o governo e a sociedade no âmbito do <i>Open Government Partnership</i>.</p>
<b>Ambição</b>	Os resultados esperados são a difusão do conhecimento sobre o conceito de governo aberto e um consequente aumento da participação social no âmbito da OGP.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O site relativo à Parceria para Governo Aberto no Brasil já está funcionando no link <a href="http://www.cgu.gov.br/governoaberto">www.cgu.gov.br/governoaberto</a> e os cidadãos passaram a contar com um canal, em português, com todas informações sobre a Parceria para Governo Aberto.</p> <p>Todos os documentos relativos às etapas de criação e monitoramento da OGP estão disponíveis no Portal. Outra função do Portal, em conjunto com o Participa.br, é funcionar como uma ponte entre a sociedade e o Governo Federal. Desde a criação do site, isso já ocorreu em dois momentos, durante a consulta pública relativa à criação de um grupo de trabalho da sociedade civil e na escolha da iniciativa que representaria o Brasil no OGP Awards.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Agosto/2013</b>

<b>Compromisso: (2.4) RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (E-SIC)</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Otávio Moreira de Castro Neves
<b>Departamento</b>	Coordenação Geral de Governo Aberto e Transparência
<b>E-mail</b>	Otavio.neves@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020 6848
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Ofertar à sociedade informações sobre o desempenho do governo nos serviços de informação ao cidadão. Oferecer informações relevantes para tomadas de decisões dos gestores de SICs. Permitir que a CGU monitore a plena implementação da Lei no âmbito do Poder Executivo Federal.
<b>Descrição do compromisso</b>	Serão criados relatórios e painéis de indicadores, a partir de informações obtidas no Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Os relatórios servirão para que a sociedade acompanhe informações relativas à Lei de Acesso a Informação no Brasil e auxiliarão os órgãos na gestão de seus serviços de informação.
<b>Relevância</b>	O conteúdo relatórios de monitoramento representa a realização do princípio da transparência, já que remetem aos conjuntos de dados relacionados à LAI que serão disponibilizados ao cidadão em formato aberto e amigável. O princípio da participação social será promovido a partir da livre apropriação por parte dos cidadãos dos dados que serão ofertados a partir dos relatórios. A divulgação dos dados sobre a performance dos órgãos públicos federais funcionará como uma ferramenta fundamental para o controle social e, por conseguinte, para a responsabilização dos agentes públicos com relação ao atendimento governamental às especificações contidas na legislação. Além disso, sua viabilização ocorrerá mediante o emprego de ferramentas tecnológicas customizáveis, como gráficos e tabelas, garantindo que este compromisso alcance também o princípio da tecnologia e da inovação.
<b>Ambição</b>	Espera-se, de forma geral, que o desenvolvimento desta iniciativa enquanto instrumento de gestão relevante e estratégico resulte na melhoria da qualidade e da disponibilidade da transparência ativa da administração pública federal, tendo-se em vista a centralidade da política de acesso à informação para o fortalecimento dessa questão.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O projeto está em andamento e suas etapas estão sendo cumpridas. No entanto, houve uma readequação do cronograma inicial. Abaixo estão

descritas as atividades já cumpridas e as justificativas para o adiamento do prazo final de conclusão do compromisso:

O projeto foi dividido em três fases:

**I – Publicação de relatórios quantitativos de desempenho;**

**II – Acesso a dados quantitativos de desempenho; e**

**III – Publicação de relatórios qualitativos de desempenho.**

**Fase I** – Concluída. Em junho de 2013, foram publicados relatórios estatísticos sobre pedidos de informação, respostas, e recursos registrados do no e-SIC. Tais relatórios podem ser consultados por toda a sociedade, sem necessidade de senha. Os relatórios permitem consulta de informações consolidadas sobre a implementação da LAI em todo o poder executivo federal. Permitem ainda a consulta da situação de um órgão específico. Os relatórios podem ser visualizados em: [www.esic.gov.br](http://www.esic.gov.br), menu superior "Relatórios Estatísticos".

**Fase II** – Concluída. Com o objetivo de permitir que cidadãos e a sociedade civil organizada possam realizar suas próprias análises a respeito da implementação da LAI, a Controladoria-Geral da União disponibilizou, em maio de 2014, funcionalidade no e-SIC que permite o download dos dados sobre pedidos, respostas, recursos e solicitantes, em formato aberto. Todos os pedidos e seus subsequentes trâmites no sistema, como data de registro, dados gerais sobre o solicitante, órgão de destino, data de resposta, tipo de resposta, recursos associados, entre outras informações, passaram a estar acessíveis para download em formato XML e CSV.

Ressalta-se que os campos do sistema que eventualmente poderiam conter informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo não estão disponíveis para download, como exemplo podemos citar: nome do requerente, descrição do pedido, descrição das respostas (ao pedido e aos recursos), etc. O download de dados está acessível em: [www.esic.gov.br](http://www.esic.gov.br), menu superior "Download de Dados".

**Fase III** – Em andamento. A terceira fase do projeto prevê a elaboração de relatórios qualitativos para promover uma análise mais apurada da implementação da LAI no Poder Executivo Federal.

Tais relatórios serão baseados em um conjunto de indicadores de eficiência e eficácia, o que corresponde a uma ação inovadora de gestão no âmbito da LAI. Entretanto, para que tais relatórios possam efetivamente representar uma ferramenta útil tanto para a CGU, enquanto órgão responsável pelo monitoramento da LAI, quanto para órgãos e entidades sujeitos à Lei, fez-se necessário uma análise mais aprofundada dos dados já existentes no e-SIC, bem como, a realização de

	<p>pesquisas e estudos acerca do uso de indicadores na gestão pública.</p> <p>Ademais, a interface prevista para apresentação dos dados e indicadores previstos ocorrerá mediante o emprego de ferramentas tecnológicas customizáveis, com uso de gráficos e tabelas dinâmicos, que permitam uma maior interação do usuário, de modo a atender plenamente suas demandas por informação.</p> <p>Neste cenário, dois fatores foram preponderantes para o adiamento da conclusão desta terceira fase do projeto: a questão tecnológica e a necessidade de aprofundar o desenho dos indicadores. Na análise tecnológica realizada pela equipe de desenvolvimento, notou-se que seria necessário adquirir uma nova ferramenta para manipulação e apresentação de dados estatísticos. Além da questão tecnológica, tem-se a problemática do desenho dos indicadores. O sistema será executado a partir de múltiplos indicadores qualitativos, desta forma, foi necessário construir sistemas de indicadores contendo distintas dimensões de mensuração e análise, que respondam aos conjuntos de objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos pela LAI. O conjunto destas necessidades justifica a prorrogação do prazo para Julho de 2015.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Julho/2015 (prazo anterior: março/2014)</b>

<b>Compromisso: (2.5) FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Edward Lúcio Vieira Borba
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social
<b>E-mail</b>	edward.borba@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-6516
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Criar peças pedagógicas (vídeos e áudios) com foco no controle social e na prevenção e combate à corrupção, disponibilizando-as para todas as esferas governo e sociedade civil, veiculando nos diversos tipos de mídia e enviando às escolas da educação infantil ao ensino superior (licenciaturas).
<b>Descrição do compromisso</b>	Fomentar o controle social, por meio de uma ampla estratégia de comunicação que irá difundir conhecimentos voltados para o tema do controle social e da prevenção e combate à corrupção, a fim de esclarecer acerca da importância da participação cidadão como instrumento da promoção da ética pública e da probidade administrativa.
<b>Relevância</b>	O compromisso reforça o princípio da participação cidadã e, conseqüentemente, promove a <i>accountability</i> , uma vez que oferece meios para que a sociedade possa adquirir os conhecimentos apropriados ao exercício do controle social. Ademais, usa de inovação e tecnologia, principalmente mediante o uso dos diversos tipos de mídias.
<b>Ambição</b>	Esclarecimento da população e fomento da participação social. Meta: divulgação em rede nacional das peças produzidas, até dezembro de 2014.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O compromisso foi cumprido e as seguintes atividades foram realizadas: <b>I - disponibilização de cinco (5) edições do curso a distância sobre Controle Social e Cidadania:</b> em 2014 foram realizadas três (3) edições do curso a distância sobre Controle Social e Cidadania. Ao todo, 2250 pessoas se inscreveram no curso. <b>II - lançamento da Edição 2014 do Projeto “Um por Todos e Todos por Um”,</b> iniciativa que busca promover ações educativas de estímulo à ética, cidadania, responsabilidade cidadã, participação social, democracia e autoestima a estudantes do terceiro ano do ensino fundamental de escolas municipais do país. A expectativa é que o projeto alcance cerca de 100 mil alunos, além de familiares e educadores: o programa foi realizado em 2014 e contou com a participação de 3.613 professores e 91.325 estudantes de 1.069 escolas públicas das capitais brasileiras. Além de fornecer kits pedagógicos destinados aos alunos e professores, o programa também promoveu a capacitação dos docentes, com a utilização de material didático também

	<p>elaborado pelo Instituto Cultural Maurício de Sousa.</p> <p><b>III - realização de capacitações no âmbito do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público</b>, iniciativa que passou por uma reformulação recente e que busca estimular autoridades municipais, conselheiros de políticas públicas e representantes da sociedade civil a atuarem para melhorar a aplicação dos recursos públicos federais: em 2014, foram realizadas 29 capacitações no âmbito do programa que atingiram autoridades, conselheiros e representantes da sociedade civil de 144 municípios brasileiros.</p> <p><b>IV - lançamento de histórias em quadrinhos para impressão com o objetivo de difundir o tema “Combate à Corrupção” junto ao público infantil:</b> está disponível, desde março de 2014, a versão para impressão do gibi “<a href="#">Os poderes da Turminha</a>”. A revista estava disponível apenas para leitura online no <a href="#">Portalzinho da Criança Cidadã</a> e agora pode ser impressa e facilitar a discussão do tema “Ética e Cidadania” entre as crianças. A versão para impressão da história “Os poderes da Turminha” está disponível na seção “<a href="#">Professor &gt; Material Didático</a>” do Portalzinho da Criança Cidadã, da CGU.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>



<b>Compromisso: (2.6) FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Defesa
<b>Nome do responsável</b>	Charles Estevam de Oliveira Hasler
<b>Departamento</b>	Secretaria-Geral
<b>E-mail</b>	charles.hasler@defesa.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3312 9093
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Contribuir para o aperfeiçoamento de práticas de transparência pública, no fortalecimento da gestão de recursos públicos e para a construção de políticas públicas, combate à corrupção e de promoção da ética.
<b>Descrição do compromisso</b>	Aprovação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, que versará sobre os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação, no âmbito do Ministério da Defesa.
<b>Relevância</b>	Ampliar os mecanismos de fortalecimento das políticas de preservação e divulgação da informação, considerando que a memória documental do órgão contribui para o estreitamento das relações entre Estado e sociedade.
<b>Ambição</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliar o rol de informações publicizáveis, como transparência ativa</li> <li>2. Proporcionar maior intercâmbio de informações institucionais entre os órgãos</li> <li>3. Ampliar a eficiência na gestão da informação</li> <li>4. Definir atribuições e responsabilidades pela gestão da informação</li> </ol>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O Ministério da Defesa, órgão responsável pelo compromisso, detalhou os principais marcos deste projeto, cujas três primeiras etapas já foram cumpridas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulação principiológica da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa (março/2013);</li> <li>2. Formulação de consensos entre autoridades e agentes públicos da Pasta da Defesa (abril/2013);</li> <li>3. Elaboração da minuta da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa (março/2014);</li> <li>4. Análise da proposta pelos órgãos da Administração do Ministério da Defesa, Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas (novembro/2014);</li> <li>5. Aprovação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa (dezembro/2014).</li> </ol> <p>Das 5 fases componentes, todas as quatro relativas à formulação, submissão a consulta pública, análise do mérito normativo e jurídico,</p>

	<p>foram superadas, estando a quinta e última, a implementação aguardando somente a aprovação do Ministro da Defesa. Portanto, o compromisso ainda não foi integralmente cumprido, pois se aguarda, tão somente, a aprovação formal pelo Ministro da Defesa.</p>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Março/2015 (prazo anterior: julho/2014)</b></p>

<b>Compromisso: (2.7) BASE DE DADOS DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRODUZIDOS PELA MARINHA DO BRASIL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Defesa
<b>Nome do responsável</b>	Armando de Senna Bittencourt
<b>Departamento</b>	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
<b>E-mail</b>	bittencourt@dpdm.mar.mil.br
<b>Telefone</b>	(21) 2524-9199
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Ampliar o nível de transparência institucional da Marinha do Brasil e melhorar a prestação de serviços ao cidadão. Desta maneira, todas as consultas que são feitas sobre os documentos produzidos pela Marinha poderão ser acessadas, diretamente pelo cidadão, aumentando a rapidez da resposta com o acesso on line e em tempo real.
<b>Descrição do compromisso</b>	Criação de uma base de dados que contenha a descrição de todos os documentos administrativos produzidos pelas Organizações Militares da Marinha do Brasil (MB) e transferidos / recolhidos para o Arquivo da Marinha, a partir do ano de 2014. Será permitida a realização de consultas online pelos cidadãos.
<b>Relevância</b>	A contribuição para o incremento da transparência e da participação cidadã consiste no fato de que toda a sociedade poderá ter acesso às referências dos documentos que foram produzidos e que se encontram sob a custódia do Arquivo da Marinha, contribuindo para tornar públicas as atividades desempenhadas nas diversas Organizações Militares da Marinha.
<b>Ambição</b>	Espera-se que o cidadão possa consultar, do seu próprio domicílio, as informações produzidas pela Marinha a partir do ano de 2014, sem a necessidade de precisar se reportar a uma Organização Militar específica, propiciando um melhor atendimento e agilidade para a sociedade em geral.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso foi cumprido dentro do prazo estipulado e a base de dados está disponível para consulta de toda a população, a partir do link: <a href="http://www.arquivodamarinha.dpdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/">http://www.arquivodamarinha.dpdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/</a></p> <p>As metas cumpridas para a sua realização foram:</p> <p>1ª meta: pesquisa de softwares utilizados para a descrição de documentos arquivísticos, tendo em vista a Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ;</p> <p>2ª meta: especificação dos requisitos do software, da Base de Dados e</p>

	<p>do hardware necessários;</p> <p>3ª meta: escolha do software que dará suporte à Base de Dados;</p> <p><b>As metas 1, 2 e 3 foram cumpridas no prazo estipulado.</b> De todos os softwares que foram pesquisados, optou-se pelo ICA-AToM, que significa "<i>International Council of Archives - Access to Memory</i>" ou "Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória", fundamentado em ambiente <i>web</i> e que utiliza aplicativo de código fonte aberto. Destina-se ao gerenciamento de descrições arquivísticas, em conformidade com as normas do Conselho Internacional de Arquivos e com as Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE). Trata-se de um projeto colaborativo, cuja finalidade é prover a comunidade arquivística internacional de um <i>software</i> aplicativo gratuito e de código fonte aberto para gerenciamento de descrições arquivísticas, permitindo que entidades possam disponibilizar seus acervos arquivísticos <i>online</i>.</p> <p>4ª meta: cotação do hardware(s) e software (s) a ser(em) empregado(s) na consecução da Base de Dados;</p> <p>5ª meta: aquisição do hardware(s) e software (s) a ser(em) empregado(s) na consecução da Base de Dados;</p> <p><b>As metas 4 e 5 foram cumpridas no prazo estipulado.</b> O ICA-AToM é um software livre e disponível para download e uso gratuitamente. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) desenvolveu uma aplicação para o ICA-AToM denominada "Base de Dados Arch" adaptada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) para descrição e disseminação de acervos arquivísticos via rede. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a COC (no 62/2012), publicado no Diário Oficial da União de 19/02/2013, visando a cooperação técnico-científica entre as entidades partícipes, tendo por objeto a Gestão e Difusão de Documentos e Arquivos. Com este acordo firmado e o software adquirido e customizado, a DPHDM adquiriu todos os equipamentos e infraestrutura necessários para a instalação da "Base de Dados Arch", incluindo estações de trabalho, servidores, unidades, software e fitas de backup.</p> <p>6ª meta: encaminhamento da documentação do sistema para a Diretoria responsável na Marinha pela homologação e aprovação do uso de softwares por toda a Marinha do Brasil;</p> <p><b>A meta 6 foi cumprida no prazo estipulado.</b> A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha encaminhou o software para homologação e uso em toda a Marinha do Brasil (MB), para o Centro de</p>
--	--

	<p>Tecnologia da Informação da Marinha e para a Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha, a fim de que todos os requisitos de segurança da informação fossem avaliados e ratificados. Em 24 de junho de 2013 o ICA-AToM foi homologado para uso na MB.</p> <p>7ª meta: capacitação do pessoal lotado no Arquivo da Marinha para inserir, editar excluir e pesquisar dados na Base;</p> <p>8ª meta: capacitação do pessoal lotado na Divisão de Tecnologia da Informação da DPHDM para operar o software e dar manutenção na Base de Dados;</p> <p><b>As metas 7 e 8 foram cumpridas no prazo estipulado.</b> Todas as capacitações planejadas foram executadas</p> <p>9ª meta: início da inserção dos metadados dos documentos na Base de Dados;</p> <p><b>A meta 9 foi cumprida no prazo estipulado.</b> Imediatamente após a capacitação, a equipe do Arquivo da Marinha iniciou e concluiu a descrição de 421 (quatrocentos e vinte e um) Fundos Documentais, com as subdivisões de Séries e Sub-séries. Adicionalmente à inserção dos metadados, iniciou-se a digitalização dos documentos transferidos para o Arquivo da Marinha por cada uma das suas Organizações Militares (ou Fundos Documentais), que vêm sendo inseridos na Base de Dados e <b>passa a ser considerada uma atividade decorrente do projeto.</b></p> <p>10ª meta: desenvolvimento de uma página "amigável" para acesso dos cidadãos, que disponibilize a Base de Dados para consulta via intranet e internet, em conformidade como disposto nos parágrafos 2º e 3º do Inciso VI do artigo 8º da Lei de Acesso à Informação;</p> <p><b>A meta 10 foi cumprida dentro do prazo.</b> A página (<a href="http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/">http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/</a>) foi desenvolvida em conformidade com o Padrão de Identidade Visual do Governo Federal na Internet, respeitando-se as peculiaridades inerentes a um ano eleitoral e cumprindo as disposições da Lei de Acesso à Informação Pública (Lei 12.527/2011), que regula o acesso a dados e informações detidas pelo governo.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Julho/2014</b>

<b>Compromisso: (2.8) DADOS EDUCACIONAIS ABERTOS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Educação
<b>Nome do responsável</b>	Merched Cheheb de Oliveira
<b>Departamento</b>	Diretoria de Tecnologia da Informação
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:MerchedOliveira@mec.gov.br">MerchedOliveira@mec.gov.br</a> ; <a href="mailto:gabdti@mec.gov.br">gabdti@mec.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61 20229603
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Ampliação do acesso a dados e informações educacionais de forma a facilitar o controle social e o aprimoramento das políticas públicas de educação.
<b>Descrição do compromisso</b>	Adequação dos dados educacionais já disponibilizados pelo MEC ao formato de dados abertos, de modo aderente aos princípios de dados abertos e à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, possibilitando a ampliação do acesso pelo cidadão, inclusive com disponibilização de consultas com filtros e com o acesso a formatos que permitam tratamento amigável.
<b>Relevância</b>	<p><u>Transparência:</u> o compromisso estabelece a transparência ativa de dados educacionais geridos pelo MEC.</p> <p><u>Participação cidadã e Accountability:</u> Com o acesso amigável e flexível aos dados educacionais os cidadãos poderão participar de todo ciclo de gestão pública (da concepção à avaliação das políticas educacionais).</p> <p><u>Tecnologia:</u> A promoção da gradual aderência ao padrão de dados abertos, possibilitará uso inteligente dos dados educacionais.</p>
<b>Ambição</b>	Os resultados esperados são a transparência à sociedade garantida pela versão pública do Painel do SIMEC que, por meio de navegação fácil e linguagem acessível, permite o controle social dos resultados das ações em desenvolvimento pelo MEC. A iniciativa possibilita melhorias no processo decisório, padronização das informações mais divulgadas, evitando divergências e retrabalho, e o estímulo à cultura de gestão por resultados.
<b>Situação</b>	<b>em andamento</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	De acordo com o Ministério da Educação, os trabalhos relativos à implementação deste compromisso estão em andamento e o prazo de conclusão permanece o mesmo.
<b>Implementação até</b>	<b>Março/2015</b>

<b>Compromisso: (2.9) APRIMORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA DOS DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SINDEC)</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Justiça
<b>Nome do responsável</b>	Lorena Tamanini Rocha Tavares
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon
<b>E-mail</b>	lorena.tavares@mj.gov.br
<b>Telefone</b>	61 – 2025-3753
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Pretende-se permitir a análise dos dados do SINDEC e sua utilização por qualquer interessado, inclusive agências reguladoras e órgãos de controle, possibilitando que sirvam de apoio para elaboração de diagnósticos sobre a efetividade das medidas regulatórias, além subsidiar os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor no exercício de suas atividades finalísticas.
<b>Descrição do compromisso</b>	Aprimorar a transparência sobre os registros das demandas do Sindec, mediante a publicação periódica de seus dados em formato aberto no Portal Dados.gov.br, observando os princípios inerentes à política de Dados Abertos Governamentais. O conteúdo divulgado poderá ser utilizado para a avaliação do impacto regulatório sob a perspectiva do consumidor, para o monitoramento da efetividade das medidas implementadas por todos os entes do sistema, além de outros órgãos públicos e o mercado, bem como para a avaliação da qualidade das relações de consumo – viabilizado mediante a elaboração de proposta de indicador pelo órgão.
<b>Relevância</b>	O compromisso amplia a transparência sobre a gestão das demandas dos consumidores dentro dos órgãos públicos que atuam em sua defesa, especificamente os Procons. Também possibilita ou complementa uma análise crítica sobre a atuação dos órgãos reguladores em seus respectivos setores de atuação, a partir da análise dos problemas continuamente reclamados pelos consumidores. Por fim, o compromisso atua diretamente em fomento da participação cidadã, pois permite à sociedade em geral obter uma visão qualificada tanto sobre a eficiência e efetividade das políticas adotadas pelos órgãos públicos com competência para atuação na temática do consumidor.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A construção de indicadores e índices que permitam avaliar a qualidade das relações de consumo, nos termos do art. 5º, II do Decreto 7.963/2013.</li> <li>✓ Implementação de ações conjuntas elaboradas a partir dos dados do Sindec, com foco na defesa do consumidor, entre diversos órgãos de governo em âmbito do Observatório Nacional de Relações de Consumo, criado pelo Decreto 7.963/2013.</li> <li>✓ O fortalecimento da participação social junto ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos</b>	Os dados e informações do Sistema Nacional de Informações de Defesa

<p><b>resultados</b></p>	<p>do Consumidor (Sindec) atualmente são disponibilizados periodicamente no Portal Dados.gov.br. Logo no início da publicação dos mesmos (2013) foi realizado um Concurso de Aplicativos, que teve como objetivo a divulgação e o uso dos dados pela sociedade civil. Atualmente os dados e informações do Sindec são compartilhados com as agências reguladoras, outros órgãos públicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e também pelas entidades civis.</p> <p>Ao longo deste processo foi discutido, idealizado e desenvolvido um novo sistema que também reúne informações de defesa do consumidor, obtidos a partir do atendimento ao cidadão. Destaca-se que toda concepção de apresentação dos dados do serviço, fortemente baseada no conceito de transparência ativa, se deu graças à experiência da Senacon no processo de abertura de seus dados em âmbito do compromisso.</p> <p>O Consumidor.gov.br é um novo serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo disponibilizado por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelos órgãos de defesa do consumidor e pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, com o apoio da sociedade.</p> <p>A ferramenta, concebida com base em princípios de transparência e controle social, fornece ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores e incentiva a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.</p> <p>Lançado oficialmente em 27 de junho de 2014, a plataforma hoje já registrou 53.507 (reclamações finalizadas), conta com uma base de 74.105 usuários cadastrados e 231 empresas credenciadas. Entre estas últimas, destacamos que estão as grandes empresas de telecomunicações, bancos, varejistas, empresas de comércio eletrônico, fabricantes de bens de consumo, companhias aéreas e etc. A lista completa de empresas participantes pode ser obtida acessando: <a href="https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/empresas-participantes">https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/empresas-participantes</a></p> <p>O consumidor.gov.br, através do link <i>Indicadores</i> apresenta de forma facilitada o desempenho das empresas no atendimento aos consumidores, sendo que a avaliação é realizada por estes últimos. Desta forma é possível monitorar em tempo real os índices de solução de cada uma delas, nota de satisfação com o atendimento, prazo médio de resposta e percentual de resposta.</p> <p>O módulo de indicadores do serviço permite ainda a qualquer consumidor pesquisar o conteúdo das reclamações dos consumidores, respostas das empresas, e comentário final dos consumidores (na</p>
--------------------------	---



	<p>avaliação do atendimento), inclusive pesquisando a informação através do uso de filtros diversos tais como: palavras chave, segmento de mercado, fornecedor, dados geográficos, área, assunto, problema, período, classificação (resolvida / não resolvida/ não avaliada) e/ou nota de satisfação. O acesso a este relatório se dá clicando em <i>Relato do Consumidor</i>.</p> <p>Por fim, clicando em <i>Dados Abertos</i> é possível a qualquer interessado obter dados atualizados em formato aberto que alimentam os indicadores da plataforma. Essa informação é riquíssima e permite a elaboração de inúmeras outras análises e cruzamentos que não realizados ou sequer vislumbrados pelos gestores do serviço.</p> <p><b>Acesso aos dados dos registros dos atendimentos (Sindec) -</b>  <a href="http://dados.gov.br/dataset/atendimentos-de-consumidores-nos-procons-sindec">http://dados.gov.br/dataset/atendimentos-de-consumidores-nos-procons-sindec</a></p> <p><b>Acesso aos dados do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas (Sindec)</b>  <a href="http://dados.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-reclamacoes-fundamentadas-procons-sindec">http://dados.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-reclamacoes-fundamentadas-procons-sindec</a></p> <p><b>Acesso à publicação <i>Boletim Sindec -2014</i></b>  <a href="http://www.justica.gov.br/noticias/em-2014-mais-de-2-4-milhoes-de-consumidores-reclamaram-aos-procons/boletim-sindec-2014.pdf">http://www.justica.gov.br/noticias/em-2014-mais-de-2-4-milhoes-de-consumidores-reclamaram-aos-procons/boletim-sindec-2014.pdf</a></p> <p><b>Acesso ao Consumidor.gov.br</b>  <a href="https://www.consumidor.gov.br/">https://www.consumidor.gov.br/</a></p> <p><b>Acesso aos <i>Indicadores</i> do Consumidor.gov.br</b>  <a href="https://www.consumidor.gov.br/pages/indicador/geral/abrir">https://www.consumidor.gov.br/pages/indicador/geral/abrir</a></p> <p><b>Acesso à pesquisa do <i>Relato do Consumidor</i> no Consumidor.gov.br</b>  <a href="https://www.consumidor.gov.br/pages/indicador/relatos/abrir">https://www.consumidor.gov.br/pages/indicador/relatos/abrir</a></p> <p><b>Acesso aos dados do Consumidor.gov.br em formato aberto:</b>  <a href="https://www.consumidor.gov.br/pages/dadosabertos/externo/">https://www.consumidor.gov.br/pages/dadosabertos/externo/</a></p> <p><b>Acesso aos infográficos do Consumidor.gov.br</b>  <a href="https://www.consumidor.gov.br/pages/indicador/infografico/abrir">https://www.consumidor.gov.br/pages/indicador/infografico/abrir</a></p>
Implementação até	Dezembro/2014

<b>Compromisso: (2.10) IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NO GOVERNO FEDERAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Justiça
<b>Nome do responsável</b>	Vera Lúcia Hess de Mello Lopes
<b>Departamento</b>	Arquivo Nacional / Coordenação-Geral de Gestão de Documentos
<b>E-mail</b>	vhess@arquivonacional.gov.br
<b>Telefone</b>	(21) 2179-1248 e 2179-1301
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar o número de reuniões técnicas entre o órgão central e os setoriais e seccionais do SIGA;</li> <li>✓ Capacitar servidores dos órgãos e entidades da administração pública federal para identificar, classificar e avaliar os documentos produzidos e recebidos em fase corrente e intermediária, tornando-os acessíveis à Administração e aos cidadãos;</li> <li>✓ Dotar o órgão central do SIGA de mecanismos legais para fiscalização do cumprimento das normas e legislação vigentes nos órgãos setoriais e seccionais do Sistema.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Fortalecer os serviços arquivísticos governamentais, por meio da capacitação dos servidores que atuam na área de gestão de documentos, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). Também haverá uma ampliação no número de reuniões técnicas entre o órgão central, os setoriais e os seccionais do SIGA.
<b>Relevância</b>	Incremento da transparência
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 Decreto de reformulação do SIGAQ sancionado pela Presidenta da República;</li> <li>✓ 06 cursos de gestão de documentos, Rio de Janeiro e Brasília, para capacitação de servidores em 2013;</li> <li>✓ 20 órgãos setoriais do Sistema (Ministérios e órgãos equivalentes);</li> <li>✓ 50 órgãos seccionais do Sistema;</li> <li>✓ 40 listagens de eliminação de documentos de órgãos e entidades do SIGA aprovadas em 2013.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso de implementação da Política de Gestão de Documentos no Governo Federal, assumido pelo Ministério da Justiça por meio do Arquivo Nacional, tem sido contemplado com o devido fortalecimento dos serviços arquivísticos governamentais, visando dar maior eficiência e eficácia aos serviços prestados à Administração e ao cidadão.</p> <p>Em 2013, o Arquivo Nacional capacitou 182 servidores de 65 órgãos e</p>

entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo – SIGA, por meio da realização de 06 Cursos de Capacitação em Gestão de Documentos, sendo 03 ministrados no Rio de Janeiro e 03, em Brasília. Além destes, foram ministrados, ainda, mais 05 Cursos de Capacitação em Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais e Recursos Computacionais para 107 servidores do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (sede) e em Brasília (Coordenação Regional).

Quanto à ampliação no número de reuniões técnicas entre o órgão central, os setoriais e os seccionais do SIGA, no ano de 2013 foram atendidos 150 órgãos e entidades do Sistema, da administração pública federal, tendo ocorrido um total de 697 reuniões, um trabalho de orientação técnica que ensejou a aprovação de 81 listagens de eliminação de documentos e a publicação de 34 editais de ciência de eliminação de documentos.

Por fim, em relação à proposta de dotar o órgão central do SIGA de mecanismos legais para fiscalização do cumprimento das normas e legislação vigentes nos órgãos setoriais e seccionais do Sistema, está em processo de elaboração Decreto revendo, complementando e ampliando as ações do SIGA de maneira a sanar pontos conflitantes e superposições de ações.

Além disso, o Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal vem trabalhando, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na revisão e atualização de portarias existentes, que regulam atividades de protocolo no âmbito da APF.

Com o advento da Lei de Acesso a Informação, o Arquivo Nacional vê como estratégico, para o aumento da eficácia dos serviços arquivísticos governamentais, uma melhor instrumentalização dos seus arquivos correntes, dotando, de mecanismos de interoperabilidade, os variados sistemas de protocolo e arquivo em uso nos órgãos e entidades da APF, assim como a implementação de normas que regulem o desenvolvimento destas atividades técnicas no Poder Executivo Federal.

Neste sentido foram concebidas três portarias interministeriais que: 1) Aprova os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo – NUP no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; 2) Aprova os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; 3) Institui o Sistema Protocolo Integrado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências.

	<p>Os três documentos basilares da gestão de documentos estão em fase final de análise jurídica para serem firmados pelos Ministros de Estado da Justiça, que subordina o Arquivo Nacional, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, que subordina a Secretaria de Tecnologia da Informação – SLTI, de uso obrigatório por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, 180 dias após a publicação dos mesmos no Diário Oficial da União.</p>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>julho/2015 (prazo anterior: dezembro/2013)</b></p>

<b>Compromisso: (2.11) ABERTURA DOS DADOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO E DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>Nome do responsável</b>	Eliomar Wesley Rios
<b>Departamento</b>	Secretaria de Orçamento Federal
<b>E-mail</b>	eliomar.rios@planejamento.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-2480
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de uma ontologia do orçamento;</li> <li>• Publicação dos dados seguindo a metodologia de Dados Ligados (RDF);</li> <li>• Disponibilização de uma interface de banco de dados para consultas complexas através da web e em diversos formatos;</li> <li>• Disponibilização de uma API de Dados Ligados para navegação e visualização desses dados através de controles e telas intuitivas. A API também possibilitará a leitura por máquina desses dados em diversos formatos;</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	<p>Realizar a abertura dos dados da Lei Orçamentária Anual (LOA), da execução orçamentária e das informações sobre compras governamentais seguindo os princípios dos dados abertos. Também serão abertos dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG). O objetivo é disponibilizar plataformas para que os cidadãos tenham acesso às informações atualizadas sobre a execução orçamentária e a respeito de compras, licitações, atas de registro de preços e outros dados do processo de compras do governo federal. A plataforma também visa a beneficiar os interessados em desenvolver novas visões, aplicativos, e serviços a partir dos dados do orçamento e das compras públicas.</p> <p>A ação facilitará a integração dos dados orçamentários e das compras governamentais em sistemas de informação estruturantes e setoriais, ampliando a possibilidade de implementar mecanismos que garantam a integridade dos dados dos referidos sistemas e permitindo a construção de análises e relatórios gerenciais. Os dados desses sistemas, por sua vez, quando divulgados como dados abertos, permitirão análises mais profundas, proporcionando um controle social mais efetivo.</p>
<b>Relevância</b>	<p>A disponibilização dessa plataforma ao cidadão proporcionará a prestação de contas de uma maneira mais efetiva, uma vez que o cidadão poderá, com facilidade, promover e compartilhar suas próprias análises e visualizações sobre os dados da execução orçamentária.</p> <p>As análises e visualizações produzidas pelo cidadão sobre esses dados aumentam a integridade e a transparência na medida em que as possíveis irregularidades são colocadas em evidência.</p> <p>A ação visa possibilitar a futura integração dos dados orçamentários atualizados em sistemas de informação estruturantes e setoriais, o que proporcionará um maior detalhamento da despesa pública. Os dados</p>

	desse sistemas, por sua vez, quando divulgados como dados abertos, permitirão análises mais profundas, o que empodera o controle social.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior envolvimento social no acompanhamento e controle do orçamento da união;</li> <li>• Desenvolvimento de novos serviços para possibilitar o acompanhamento e planejamento na gestão governamental;</li> <li>• Novos casos de interoperabilidade intragovernamental, incluindo de outras esferas e poderes.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O projeto está sendo cumprido, no entanto, algumas etapas ainda estão em andamento. Abaixo está um resumo do que já foi cumprido e do que ainda está sendo desenvolvido:</p> <p>Os dados do orçamento e da execução orçamentária, em formato aberto, estão publicados nos endereços:  <a href="https://www1.siof.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico">https://www1.siof.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico</a> e  <a href="http://vocab.e.gov.br/2013/09/loa">http://vocab.e.gov.br/2013/09/loa</a>, com atualização diária.</p> <p>A ontologia do Orçamento está disponível, desde 30/08/2012, com os dados do Orçamento de 2012 e, desde junho de 2013, com dados de orçamento e execução orçamentária referentes aos exercícios de 2000 até o exercício atual, na época, 2013 e hoje, 2014. Também foi disponibilizado, desde agosto de 2012, um Manual de Referência e uma Carta de Serviço (<a href="https://www1.siof.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico">https://www1.siof.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico</a>), voltados para o público especializado, com informações sobre o uso da ontologia e da respectiva base de dados.</p> <p>Está publicado ainda, um <i>endpoint</i> para consultas da web semântica (SPARQL) sobre os mesmos dados, o qual também é atualizado diariamente, no endereço <a href="http://orcamento.dados.gov.br/sparql">http://orcamento.dados.gov.br/sparql</a>. A disponibilização de API <i>linked data</i> como uma outra forma de acesso aos mesmos dados, bem como a catalogação de todos esses recursos no portal <a href="http://dados.gov.br">dados.gov.br</a> estão em andamento.</p> <p>Compras: Os dados das compras governamentais estão sendo abertos por meio da API do SIASG, atualmente em fase de homologação.</p> <p>Orçamento: Junho de 2013 – Entrega da plataforma contendo dados relacionados à LOA:</p> <p>Esta etapa foi cumprida integralmente com a disponibilização, em junho de 2013, da ontologia e dos dados de orçamento e da execução orçamentário do período de 2000 a 2013, hoje disponível até 2014, com atualização diária.</p> <p>Setembro de 2013 – Inclusão dos dados relacionados à execução orçamentária com alimentação diária (diária/semanal):</p>

	<p>Em funcionamento, implantado em junho de 2013.</p> <p>Compras: setembro de 2013 – Implementação do primeiro módulo [da API do SIASG]. Publicação do catálogo de materiais e catálogo de serviços. Evolução da API do SICAF;</p> <p>Desenvolvimento da API do SICAF concluído em novembro de 2013. Desenvolvimento dos Catálogos de materiais e serviços concluído em dezembro de 2013.</p> <p>Abril de 2014 – Implementação do segundo módulo [da API do SIASG]. Publicação dos dados relativos aos Contratos, Licitações e Atas de Registro de Preços.</p> <p>Desenvolvimento dos módulos de publicação de contratos, licitações e Atas de Registro de Preços foi concluído em março de 2013.</p> <p>Orçamento: quanto à disponibilização da API <i>linked data</i> do orçamento, o Ministério do Planejamento está trabalhando para disponibilizar até o mês de setembro de 2014.</p> <p>Compras: o atraso na publicação dos dados ocorreu devido a dificuldades técnicas na disponibilização dos dados a partir de sua origem e na implantação da infraestrutura em ambiente de produção aberto ao público. A API do SIASG está desenvolvida e homologada contemplando a publicação de dados sobre Contratos, Licitações, Fornecedores, Materiais e Serviços. A implantação ocorrerá em setembro/2014. Neste momento a periodicidade de atualização dos dados é mensal. Está em desenvolvimento o barramento de dados para que a atualização das informações seja diária. Esse projeto será integrado com os dados do SIASG até setembro de 2015.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Setembro/2015 (prazo anterior: abril/2014)</b>

<b>Compromisso: (2.12) DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE ABERTURA DE DADOS PÚBLICOS JUNTO A GOVERNOS LOCAIS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>Nome do responsável</b>	Luís Felipe Coimbra Costa
<b>Departamento</b>	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
<b>E-mail</b>	luis.f.costa@planejamento.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-1113
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de experiências entre as esferas governamentais sobre práticas de governo aberto, no âmbito dos processos de abertura de dados públicos</li> <li>• Estímulo à participação social na solicitação, na priorização e na utilização de dados abertos governamentais</li> <li>• Inserção de conteúdos de outras esferas governamentais no Portal dados.gov.br relacionados às experiências técnicas, boas práticas e resultados concretos</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Sensibilizar gestores estaduais e municipais, além de representantes do legislativo, do judiciário e do ministério público para que eles atentem para a importância da sedimentação de uma cultura de dados abertos. Além disso, os gestores federais deverão compartilhar boas práticas, disseminar padrões e trocar experiências com outras esferas e poderes de governo no Brasil. Pretende-se, a partir do desenvolvimento desses processos colaborativos, que haja a inserção de conteúdos de outras esferas governamentais no Portal dados.gov.br.
<b>Relevância</b>	O aumento do volume e da qualidade dos dados abertos governamentais disponíveis contribui para o aumento do reuso dos dados, da confiabilidade da informação, da transparência das atividades e do uso dos recursos utilizados pelas várias instâncias de governo e da sociedade.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior envolvimento, familiaridade, investimentos de recursos e atuação, por parte dos governos locais (estaduais, municipais e do Distrito Federal) em relação ao tema dados abertos governamentais;</li> <li>• Maior volume de dados abertos governamentais de todas as esferas disponíveis na internet;</li> <li>• Melhor qualidade de dados abertos governamentais de todas as esferas disponíveis na internet;</li> <li>• Maior quantidade de aplicativos produzidos pela sociedade civil que utilizem os dados abertos governamentais.</li> <li>• todos os conteúdos acima estarão devidamente estruturados no novo Portal de Dados Abertos previsto para inserção de dados a partir de setembro de 2013.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<b>Novembro de 2013</b> – Realização do II Encontro Nacional de Dados Abertos. Evento realizado, informações podem ser verificadas em seu sítio: <a href="http://2.encontro.dados.gov.br/">http://2.encontro.dados.gov.br/</a>



	<p><b>Novembro de 2013</b> – Promoção de concurso de aplicativos que utilizem dados abertos governamentais. Concurso realizado, lista de vencedores no dados.gov.br:  <a href="http://dados.gov.br/noticia/conheca-os-vencedores-do-concurso-nacional-de-dados-abertos/">http://dados.gov.br/noticia/conheca-os-vencedores-do-concurso-nacional-de-dados-abertos/</a></p> <p><b>Outubro de 2013</b> – Divulgação do novo ambiente do Portal de Dados Abertos para inserção de conteúdos de outras esferas governamentais. O ambiente do Portal dados.gov.br foi estruturado para receber as outras experiências de governo.  <a href="http://dados.gov.br/harvest">http://dados.gov.br/harvest</a></p> <p><b>Mai de 2014</b> – Publicação do Manual para Elaboração de Planos de Dados Abertos.  <a href="http://www.planejamento.gov.br/editoria.asp?p=editoria&amp;index=115&amp;ler=c820">http://www.planejamento.gov.br/editoria.asp?p=editoria&amp;index=115&amp;ler=c820</a></p> <p><b>Junho de 2014</b> – Palestra na Trilha de Dados Abertos do Comitê Gaúcho de Dados Abertos;                  Palestra em evento "Diálogo sobre políticas para abertura de dados governamentais" promovido pela Secretaria de Transparência e Controle do governo do DF</p> <p><b>Agosto de 2014</b> – Palestra no Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública (CONIP) - São Paulo</p> <p><b>Setembro de 2014</b> – Publicação da primeira versão do Kit para Dados Abertos. <a href="http://kit.dados.gov.br">Http://kit.dados.gov.br</a>;                  Participação no WebBr</p> <p><b>Outubro de 2014</b> – Palestra no Simpósio Brasileiro de Tecnologia da Informação (SBTI) 2014 – Alagoas;                  Apoio à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) do governo de Alagoas na elaboração do concurso de dados abertos Apps.Gov – SBTI 2014</p> <p><b>Novembro de 2014</b> – Palestra e curso no Encontro Anual de Tecnologia da Informação (EATI) - Rio Grande do Sul;                  Palestra e painel no Linked Open Data Brasil (LODBrasil) 2014 – Santa Catarina.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Novembro/2014</b>

<b>Compromisso: (2.13) TECNOLOGIAS DE SUPORTE E MODELOS DE LICENCIAMENTO PARA A PUBLICAÇÃO DE DADOS ABERTOS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>Nome do responsável</b>	Luis Felipe Coimbra Costa
<b>Departamento</b>	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
<b>E-mail</b>	luis.f.costa@planejamento.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-1113
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Produzir uma lista de ferramentas e soluções para serem utilizadas na implementação de dados abertos;</li> <li>2. Potencializar e alavancar a publicação de dados abertos pelo governo federal;</li> <li>3. Aumentar o arcabouço de ferramentas e possibilidades para os órgãos abrirem seus dados;</li> <li>4. Disponibilizar em ambiente centralizado os conteúdos técnicos necessários para acelerar o processo de abertura de dados.</li> </ol>
<b>Descrição do compromisso</b>	Pesquisar, desenvolver e disponibilizar tecnologias para facilitar a extração, transformação e publicação de dados pelas organizações públicas seguindo os princípios de dados abertos, bem como os modelos de licenças existentes para Dados Abertos sob o ordenamento jurídico brasileiro, de tal forma a avaliar a necessidade de adotar um modelo de licenciamento próprio. Os documentos de compilação das soluções tecnológicas e das conclusões sobre o licenciamento serão desenvolvidos com a participação da sociedade, da Academia, de comunidades de desenvolvedores e do terceiro setor, e serão publicados no Portal Brasileiro de Dados Abertos.
<b>Relevância</b>	A disseminação das tecnologias digitais e da web, bem como de ferramentas que agilizem o processo de abertura de dados pelo poder público contribui para a transparência na medida em que proporciona ao cidadão uma maior quantidade e melhor qualidade de dados abertos governamentais na internet.
<b>Ambição</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definição de padrões tecnológicos para a abertura de dados;</li> <li>2. Crescimento dos casos de abertura de dados, principalmente a nível estadual e municipal;</li> <li>3. Aumento na qualidade dos dados abertos disponibilizados;</li> <li>4. Fortalecimento da comunidade da INDA considerando a expansão interna no governo federal e a maior participação de governos de outras unidades da federação.</li> </ol>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O andamento do projeto pode ser acompanhado em sua página na wiki da INDA, onde está feito um primeiro levantamento sobre licenciamento de dados abertos em outros países e o contexto jurídico legal em relação ao tema no Brasil: <a href="http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/Produto-GT1-Levntamento-Juridico-Licenciamento-Dados-Abertos.ashx">http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/Produto-GT1-Levntamento-Juridico-Licenciamento-Dados-Abertos.ashx</a>

	<p>Quanto às tecnologias de suporte para publicação de dados abertos, duas iniciativas foram cumpridas pelo Ministério do Planejamento. A primeira refere-se a atualização do portal do CKAN versão 1.7 que facilita a promoção de ações como a federação com outros portais, a catalogação de novos conjuntos de dados e a utilização do integrador de notícias.</p> <p>A segunda iniciativa refere-se a um conjunto de documentos e ferramentas, denominado Kit de Publicação de Dados Abertos, que descreve o processo, métodos e técnicas para a implementação de uma política de dados abertos no âmbito de uma instituição. O foco inicial foi em órgãos e entidades da administração pública federal para a criação e implementação de seus respectivos (<a href="http://kit.dados.gov.br/Glossário">http://kit.dados.gov.br/Glossário</a>) (PDAs), mas o instrumento procura ser genérico o suficiente para que possa ser aproveitado em outras instituições. O kit será avaliado pelo Comitê Gestor da INDA no mês de setembro de 2014. As ferramentas que compõem o kit são baseadas em tecnologias livres e de código aberto relacionadas pelo projeto Project Open Data, do governo dos Estados Unidos (disponível em <a href="http://project-open-data.github.io/#tools">http://project-open-data.github.io/#tools</a>), bem como no Open Data Tech Review, do Open Data Institute.</p> <p>Quanto a Licença de Dados Abertos, o projeto está sendo cumprido, mas ainda não foi finalizado. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação realizou um estudo que foi registrado em nota técnica e será submetida, em setembro de 2014, à apreciação da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento e do Comitê Gestor da INDA.</p> <p>Muitas das informações constantes do estudo, entretanto, já podem ser consultadas pelos cidadãos na página específica, na wiki da INDA, onde está feito um primeiro levantamento sobre licenciamento de dados abertos em outros países e o contexto jurídico legal em relação ao tema no Brasil: <a href="http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/Produto-GT1-Levantamento-Juridico-Licenciamento-Dados-Abertos.ashx">http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/Produto-GT1-Levantamento-Juridico-Licenciamento-Dados-Abertos.ashx</a>.</p> <p>- Metas intermediárias:</p> <p>Junho de 2013 – Elaboração do termo de referência da consultoria [ref. modelos de licenciamento]. Termo de cooperação com a UnB, incluído no escopo este item, concluído em setembro de 2013.</p> <p>Julho de 2013 – Contratação de consultoria para realização do estudo [ref. modelos de licenciamento]. Celebração do termo de cooperação com a UnB, com publicação no D.O.U., em novembro de 2013.</p> <p>Dezembro de 2013 – mapeamento das ferramentas concluído [ref.: tecnologias de suporte]. Concluído: <a href="https://github.com/dadosgovbr/open-data-">https://github.com/dadosgovbr/open-data-</a></p>
--	--

	<p>tech-review/wiki e <a href="http://project-open-data.github.io/#tools">http://project-open-data.github.io/#tools</a></p> <p>Dezembro de 2013 – softwares livres traduzidos [ref.: tecnologias de suporte]. Concluído: Tradução do CKAN versão 1.7</p> <p>Junho de 2014 – ações de disseminação realizadas [ref.: tecnologias de suporte]. Foi deliberado pelo Comitê Gestor da INDA que essas ações seriam feitas mais adiante, conforme aumento da demanda das organizações publicando dados abertos, após implementação da política de dados abertos (criação de Planos de Dados Abertos para os órgãos).</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Julho/2015 (prazo anterior: agosto/2014)</b>

<b>Compromisso: (2.14) PROPOSTA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS SISTEMAS GOVERNAMENTAIS EM FORMATOS DE DADOS ABERTOS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>Nome do responsável</b>	Corinto Meffe
<b>Departamento</b>	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI)
<b>E-mail</b>	corinto.meffe@planejamento.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2020-1113
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Disponibilizar maciçamente, em formato aberto, seguindo os padrões da INDA, os dados dos órgãos do Poder Executivo federal com um padrão mínimo de qualidade, necessário para facilitar o entendimento e simplificar a reutilização dos dados pelo governo e sociedade. O plano visa programar as ações futuras da organização em relação à abertura de seus dados públicos. Terá periodicidade bienal e deve ser apresentado ao Comitê Gestor da INDA para conhecimento, acompanhamento e priorização e publicado no Portal Brasileiro de Dados Abertos de forma a dar amplo conhecimento ao cidadão.
<b>Descrição do compromisso</b>	Estimular o aumento da quantidade de informação em dados abertos ofertadas pelos órgãos públicos, por meio da implementação de Planos de Dados Abertos (PDA), com acompanhamento e priorização do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), como descrito no Plano de Ação da INDA.
<b>Relevância</b>	O aumento do volume e da qualidade dos dados abertos governamentais disponíveis contribui para o aumento da transparência das atividades e dos recursos utilizados pelas várias instâncias de governo e da sociedade. As informações sobre processos, constantes nos dados públicos, quando expostas como dados abertos, tendem a promover a prestação de contas e inibir que se pratiquem irregularidades.
<b>Ambição</b>	Os resultados serão detalhados pelos Planos Institucionais de Abertura de Dados aprovados e acompanhados pelo Comitê Gestor da INDA. Está previsto um balanço anual do plano de ação da INDA, com a identificação dos órgãos que apresentarem seus Planos Institucionais.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O compromisso foi regularmente cumprido. O Ministério do Planejamento publicou seu <u>Plano de dados Abertos</u> . O Ministério da Justiça publicou seu <u>Plano de Dados Abertos</u> , aprovado pela <u>Portaria nº 1.370, de 20 de agosto de 2014</u> , após realizar <u>consulta pública</u> no Participa.br. O Ministério do Planejamento realizou em 2014, em conjunto com a Presidência da República, reunião em conjunto com algumas Secretarias-Executivas de Ministérios para tratar a respeito da política de dados abertos do executivo federal e da produção de Planos de

	<p>Dados Abertos nessas organizações.</p> <p>Além disso, o Ministério do Planejamento disponibilizou também <u>manual para criação de Plano de Dados Abertos</u>.</p> <p>Realizou, ainda, em setembro de 2014, <u>Seminário e Oficina Planos de Dados Abertos e Política de Governo para a Abertura de Dados</u>.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>

<b>Compromisso: (2.15) GESTÃO DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL (E-GOVERNANÇA)</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Previdência Social
<b>Nome do responsável</b>	Nicir Maria Gomes Chaves
<b>Departamento</b>	Secretaria-Executiva - SE
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:nicir.chaves@previdencia.gov.br">nicir.chaves@previdencia.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61 2021 5072
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar a política de gestão da informação de documentação;</li> <li>• Promover iniciativas de preservação da memória institucional;</li> <li>• Promover a adequação da infraestrutura tecnológica;</li> <li>• Desenvolver Serviços de Gestão da Informação e Documentação (Sistema);</li> <li>• Disseminar a cultura de Gestão da Informação Corporativa.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Implementar a política de Gestão da Informação na Previdência Social (e-Governança), no âmbito do Ministério da Previdência Social e suas entidades vinculadas. Isso deve ocorrer por meio das seguintes iniciativas: (i) Implementar a política de gestão da informação e documentação; (ii) Promover iniciativas de preservação da memória institucional; (iii) Promover a adequação da infraestrutura tecnológica; (iv) Desenvolver Serviços de Gestão da Informação e Documentação (Sistema); e (v) Disseminar a cultura da Informação Corporativa.
<b>Relevância</b>	<p>Dentre os objetivos do Mapa Estratégico da Previdência Social está o "Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários" que tem a finalidade de: (i) assegurar clareza e objetividade nas normas institucionais; (ii) promover a simplificação de procedimentos e garantir a uniformidade de decisões em todas as unidades e instâncias; (iii) efetivar o Gerenciamento de Processo de Negócio - BPM na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o "foco do cidadão", por meio da realização da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos.</p> <p>Outro objetivo estratégico de relevância, dentre os conceitos de gestão de processos e gerenciamento da informação, é o "Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva" com a finalidade de: (i) fortalecer os mecanismos de acesso à informação com foco do cidadão, ampliando a oferta de serviços de informações ao cidadão por meio de diversos canais de relacionamento, intensificando a utilização de canais remotos na prestação de serviços; (ii) fortalecer o Canal 135 e os mecanismos da Ouvidoria-Geral da Previdência Social; (iii) estabelecer a política de gestão da informação e documentação que propicie e agilize o acesso à informação por diversos meios, com vista implementação de processo digital e; (iv) garantir uma comunicação clara, objetiva, tempestiva, ágil, oportuna, consistente e acessível ao público interno e externo.</p>

	<p>Entre os princípios de Governo Aberto, a Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social reflete no incremento da transparência ao recuperar os documentos com segurança, possibilita alta velocidade e precisão na localização das informações, reduz custos com cópias, utilizando a disponibilização dos documentos em rede, contribuindo na melhoria do atendimento ao cidadão, conforme Lei de Acesso à Informação 12.527/2012. Há uma redução significativa da possibilidade de fraudes, redução no extravio ou falsificação de documentos, alicerçada em uma política de segurança documental. Fortalecer a implantação da política de gestão da informação e documentação e promover a modelagem dos processos organizacionais com foco na automação e sistematização e viabilizar os mecanismos de transformação de informação passiva em ativa, com foco do cidadão. Os mecanismos de inovação institucional está presente no contexto desta ação e descrita no <b>Decreto nº 6.944, de 21</b> de agosto de 2009, <i>in verbis, grifo</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• constituir rede colaborativa voltada à <b>melhoria da gestão pública</b>;</li> <li>• desenvolver padrões de <b>qualidade e de racionalidade</b>;</li> <li>• proporcionar meios para melhorar o <b>desempenho institucional</b> e otimizar a utilização dos recursos disponíveis; e</li> <li>• reduzir custos operacionais e assegurar a continuidade dos processos de <b>organização e inovação institucional</b>.</li> <li>• geração, adaptação e disseminação de <b>tecnologias de inovação</b>;</li> <li>• <b>racionalização de métodos</b> e processos administrativos;</li> </ul> <p><b>disseminação de informações</b> organizacionais e de <b>desempenho da gestão</b> administrativa.</p>
<p><b>Ambição</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à modernização da organização;</li> <li>• Melhoria da qualidade de gestão;</li> <li>• Otimização da gestão da informação nos processos de trabalho;</li> <li>• Promover o acesso a informação de forma transparente e tempestiva;</li> <li>• Redução da burocracia;</li> <li>• Auxilia a gestão do conhecimento organizacional;</li> <li>• Evita desperdício de recursos;</li> <li>• Beneficia a organização de flexibilidade organizacional;</li> <li>• Otimização considerável de índice de recuperação dos documentos;</li> <li>• Aumento da eficiência e efetividade na execução das rotinas de trabalho de gestão documental;</li> <li>• Garantia de total segurança à integridade dos documentos produzidos, digitalizados, além de agilidade na sua recuperação;</li> <li>• Criação de ambiente para gestão documental;</li> <li>• Profissionalização dos servidores em gestão da informação e documentos;</li> <li>• Proporciona aos clientes o domínio da informação, completando todos os registros computacionais com os documentos e registros efetuados no papel;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atende, no prazo mínimo, as requisições de processos custodiados;</li> <li>• Contribui com a responsabilidade socioambiental;</li> </ul> <p>Preservação da memória da organização.</p>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p><b><u>Atividades/etapas realizadas para a implementação do compromisso</u></b></p> <p>Do escopo do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar a política de gestão da informação e documentação: 3% para conclusão.</li> <li>• Promover a adequação da infraestrutura Tecnológica: 2% para conclusão.</li> <li>• Desenvolver Serviços de gestão de informação e documentação (e-DOC): 15% para conclusão.</li> <li>• Disseminar a cultura de Gestão da Informação Corporativa: 10% para conclusão.</li> </ul> <p><b><u>Resultados já obtidos até fevereiro de 2015</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• otimização da gestão da informação e documentação na definição da política por meio dos processos de trabalho: planejar a gestão da informação e documentação; gerenciar documentos arquivísticos; gerenciar o acesso à informação (implantação do e-SIC da Previdência digital);</li> <li>• redução da burocracia;</li> <li>• aumento da eficiência e efetividade na execução das rotinas de trabalho de gestão da informação e documentação;</li> <li>• evolução na criação de ambiente para gestão da informação e documentação e integração com sistema corporativos internos e externos;</li> <li>• profissionalização dos servidores em gestão da informação e documentação;</li> <li>• contribuição com a responsabilidade socioambiental.</li> </ul> <p><b><u>Justificativa para a alteração do prazo de implementação</u></b></p> <p>O compromisso não foi cumprido no prazo de dezembro/2014, mas foi executado 70% do estipulado. O prazo foi reformulado na versão 3 do Plano de Projeto de Implementação da Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social, em 08/08/2014.</p> <p>Registramos nesta Versão 3 do Plano de Projeto de Implementação da Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social, <b>em 08/08/2014</b>, que o objetivo específico na qual trata o escopo Promover iniciativas de preservação da memória institucional, será desenvolvido em projeto a parte em 2016, tem em vista a necessidade de estabelecer primeiramente as políticas e ferramentas para suportar este escopo e</p>

	<p>por ser relevante quanto ao seu objeto. A reformulação do projeto concentra-se na conclusão da definição das políticas de gestão de informação e documentação e, principalmente, no desenvolvimento do Sistema e-DOC e na implantação do projeto neste contexto.</p> <p><b>O prazo do projeto foi reformulado quanto ao prazo de entrega, considerando prioritariamente o escopo</b> Desenvolver Serviços de gestão de informação e documentação (Sistema e-DOC): Fase 01: documentos não processuais; Fase 02: documentos processuais; e Fase 03: melhorias do sistema. Estas atividades tiveram seu processo comprometido devido a reformulação de recursos de pessoal, logístico e financeiro da Dataprev no desenvolvimento do sistema. Esse escopo apresentado pelo projeto foge da governabilidade da Coordenadora da Ação e implica na reformulação do prazo que ficou estipulado para dez/2015.</p> <p>Outro aspecto relevante na reformulação do escopo inicial do projeto é quanto à implantação do Sistema e-DOC, considerando o atraso em seu desenvolvimento e os estudos a serem elaborado quando a migração das informações do sistema atual Sistema de Protocolo da Previdência Social - SIPPS, que torna-se necessário e prudente um projeto separado deste em curso, por se tratar de escopo mais específico de implantação do e-DOC.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

<b>Compromisso: (2.16) APRIMORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA E DA OUVIDORIA DO SUS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Saúde
<b>Nome do responsável</b>	Vanilda Aparecida Alves
<b>Departamento</b>	Departamento de Ouvidoria Geral do SUS
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:vanilda.alves@saude.gov.br">vanilda.alves@saude.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	(61) 3315-8860
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Tem o objetivo de estabelecer a mediação entre o poder público e os cidadãos, conforme a Lei 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7.508/2011 e o acesso à informação, conforme estabelecido pela Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso visa estabelecer a mediação entre o poder público e os cidadãos - conforme prevê a Lei 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7.508/2011-, e o acesso à informação, conforme estabelecido pela Lei 12.527/2011. Pretende-se, para tanto, aprimorar o portal do Ministério da Saúde trabalhando sobre as informações mais frequentes e demandadas ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e ampliar o Sistema Nacional de Ouvidorias conforme o Contrato Organizativo de Ação Pública, de tal forma a permitir o aumento da capacidade dos cidadãos de contribuir para a melhoria das políticas públicas de saúde.
<b>Relevância</b>	A Transparência Ativa e Ouvidoria do SUS disponibilizam informações aos cidadãos, por meio do Serviço de Informações, pelo Disque 136 utilizando o Banco de Informações Técnicas em Saúde e pelo portal do Ministério da Saúde, promovendo alterações nas informações disponíveis no portal do Ministério da Saúde, tanto na perspectiva de facilitar o acesso à informação, quanto ampliando as informações disponíveis no portal do Ministério da Saúde, conforme os relatórios gerenciais do Serviço de Informação ao Cidadão, do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.  Além disso, a organização das Ouvidorias do SUS permite o atendimento ao cidadão e mediação com a gestão do SUS. Os dados das demandas são sistematizados em relatórios gerenciais para melhor gestão da informação e tomada de decisão da gestão do SUS e do controle social (conselhos de saúde) para melhor utilização e gestão dos recursos públicos e garantido a saúde como direito de todos e dever do Estado.
<b>Ambição</b>	Dar maior transparência na utilização dos recursos públicos de saúde, efetivar o controle social, ampliar o acesso à informação, aproximar o cidadão da Gestão, detectar irregularidades no atendimento pelo SUS e contribuir para a melhoria dos serviços públicos de saúde.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	No que tange ao Aprimoramento da Ouvidoria do SUS a meta foi cumprida, conforme estabelecido no 2º Plano de Ação, porém dilataremos o prazo para consolidar a organização do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS. Em relação ao Aprimoramento da Transparência

	<p>Ativa prorrogaremos essa meta para dezembro de 2015.</p> <p><b><u>Justificativa para o adiamento do prazo:</u></b></p> <p>Consolidar a organização das Ouvidorias do SUS em um Sistema Nacional de Ouvidoria e, em relação ao Aprimoramento da Transparência Ativa, incorporamos os assuntos mais frequentes, porém cabe nova revisão sobre as demandas registradas no Serviço de Informação ao Cidadão.</p> <p><b><u>Atividades realizadas:</u></b></p> <p>Para o <b>Aprimoramento da Ouvidoria do SUS</b>, o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS (Doges), da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, do Ministério da Saúde estimulou e apoiou a implantação de Ouvidorias do SUS nos diversos órgãos da saúde, nas três esferas de governo, por meio de aporte de recursos financeiros aos Estados (Portaria nº 2807/2013), o desenvolvimento de cursos e capacitações para as equipes das ouvidorias do SUS, em consonância com as ações da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Saúde. Também foi disponibilizado o Sistema OuvidorSUS, para registro, tratamento, acompanhamento das manifestações dos cidadãos e disseminação de informações em saúde. Além dessas capacitações, o Doges realizou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) reuniões com Ouvidores do SUS para planejamento estratégico das ações do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS (SNO/SUS),</li> <li>b) a premiação de experiências exitosas através do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria SUS; e</li> <li>c) o Curso Nacional de Qualificação em Auditoria e Ouvidoria do SUS.</li> </ul> <p>A Portaria GM nº 2416 de 07 de novembro de 2014 estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos serviços de ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e suas atribuições. Como resultado do trabalho desenvolvido, até 2014, são 1524 Ouvidorias do SUS implantadas.</p> <p>No que tange ao <b>aprimoramento da Transparência Ativa</b>, a partir das demandas recebidas pelo Serviço de Informações do Ministério da Saúde, faz-se necessário fazer o levantamento das perguntas mais frequentes recebidas no SIC e apresentá-las no endereço <a href="http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=6751">http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=6751</a></p> <p>Foram incorporados os assuntos mais frequentes, que podem ser visualizados em: <a href="http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=category&amp;layout=faq&amp;id=285&amp;Itemid=465">http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=category&amp;layout=faq&amp;id=285&amp;Itemid=465</a></p> <p>Porém, cabe nova revisão sobre as demandas registradas no Serviço de Informação ao Cidadão.</p>
Implementação até	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

<b>Compromisso: (2.17) FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Saúde
<b>Nome do responsável</b>	Adelina Maria Melo Feijão
<b>Departamento</b>	Departamento de Auditoria do SUS
<b>E-mail</b>	adelina.feijao@saude.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3315-7937
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Conferir fortalecimento, autonomia e independência do controle interno do SUS.
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso objetiva revisar os principais normativos que ordenam o Sistema Nacional de Auditoria do SUS. Além disso, a proposta prevê o encaminhamento do Plano Anual de Atividades de Auditoria para a Controladoria-Geral da União, para que seja acompanhado e visa a garantir o dispêndio dos recursos da saúde pública conforme os objetivos propostos, assegurando qualidade no atendimento prestado aos usuários do SUS.
<b>Relevância</b>	O compromisso contribui com o incremento da responsabilização e prestação de contas dos recursos aplicados no SUS, ao atualizar os normativos que ordenam as ações de controle e auditoria às determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2012, em permanente interface e integração com os órgãos de controle interno e externo.
<b>Ambição</b>	Maior controle e transparência da utilização dos recursos do SUS e a consequente melhoria na qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso foi totalmente cumprido no que diz respeito à elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria e, parcialmente cumprido quanto à revisão dos normativos.</p> <p><b>1.1. Plano Anual de Atividades de Auditoria:</b></p> <p>Foi elaborado e enviado à Controladoria Geral da União (CGU) o Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2014, cujo relatório de execução está sendo finalizado para posterior encaminhamento à CGU;</p> <p>Foram realizados encontros regionais do Sistema Nacional de Auditoria para alinhamento conceitual e de processos de trabalho e, definição de atividades que podem ser realizadas de forma integrada.</p> <p><b>1.2. Revisão dos normativos:</b></p> <p>Revisão do Decreto 1.651/1995 – Regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria – SNA. Em julho de 2013 foi concluída uma minuta de proposta. Ainda em reunião com a Comissão Corregedora Tripartite -</p>

	<p>CCT foi discutido a necessidade de uma nova revisão da proposta visto que ainda existem pontos não pactuados entre as três instâncias de gestão do SUS. Etapas realizadas e a serem realizadas:</p> <p>Elaboração de uma proposta de Minuta de Revisão do Decreto 1.651/1995;</p> <p>Seminário com representantes dos três componentes do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal) para apresentação da proposta;</p> <p>Reunião com representação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) para adequação da proposta após seminário;</p> <p>Reunião com a Comissão Corregedora Tripartite - CCT para discussão de pontos polêmicos.</p> <p><b>Alteração do prazo de implementação do compromisso:</b> o novo prazo de implementação é dezembro/2015, uma vez que o processo requer varias discussões para consenso e pactuação.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2013)</b>

<b>Compromisso: (2.18) MELHORAR A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>Nome do responsável</b>	Paulo Gustavo de Araújo Paiva
<b>Departamento</b>	Secretaria de Relações do Trabalho
<b>E-mail</b>	paulo.g.paiva@mte.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2031-6304
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Dar maior transparência as Notas Técnicas e as Notas Informativas exaradas pela Secretaria de Relações do Trabalho, bem como a relação dos processos relativos ao registro sindical em andamento com a respectiva ordem prevista para a análise no âmbito desse órgão.
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso buscará aumentar a transparência pública da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), publicando, na página do MTE na internet, as Notas Técnicas e as Notas Informativas exaradas pela Secretaria de Relações do Trabalho, bem como a relação dos processos relativos ao registro sindical em andamento com a respectiva ordem prevista para a análise no âmbito desse órgão. Assim, busca ofertar à sociedade informações claras e transparentes, visando demonstrar a lisura do procedimento de registro sindical e da análise dos processos, bem como de outras informações disponibilizadas por este órgão.
<b>Relevância</b>	Este compromisso reflete os princípios do governo aberto por permitir um incremento na transparência e uma maior responsabilização e prestação de contas ( <i>accountability</i> ) pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego,, pois possibilita que toda a sociedade tenha acesso as Notas Técnicas e as Notas Informativas exaradas pela Secretaria de Relações do Trabalho, bem como a relação dos processos relativos ao registro sindical em andamento com a respectiva ordem prevista para a análise no âmbito desse órgão por intermédio da Rede Mundial de Computadores ( Internet).
<b>Ambição</b>	Espera-se que a sociedade seja servida de informações claras e transparentes, visando demonstrar a lisura do procedimento de registro sindical e da análise dos processos, um maior e melhor acesso do cidadão aos dados e as informações desta Secretaria de Relações do Trabalho e a melhoria contínua na gestão desse órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O projeto continua em andamento. Descrição das atividades que já foram realizadas:  <b>1ª.</b> Tornar pública na página do Ministério do Trabalho e Emprego na internet a relação dos processos relativos ao registro sindical em andamento na Secretaria de Relações do Trabalho com a respectiva ordem prevista para a análise:

	<p>- Esta meta foi <b>cumprida</b> com a implementação do Sistema de Distribuição de Processos – SDP, disponível na internet, na página <a href="http://www.mte.gov.br">www.mte.gov.br</a>, que tornou pública a relação dos processos relativos ao registro sindical em andamento na Secretaria de Relações do Trabalho com a respectiva ordem prevista para a análise.</p> <p>Em dezembro de 2014 essa ferramenta (SDP) foi aperfeiçoada com agregação de um link para que o usuário possa acompanhar toda a tramitação do processo, desde o seu cadastramento no CNES.</p> <p><b>2ª.</b> Constar na página do Ministério do Trabalho e Emprego na internet as Notas Técnicas elaboradas pela Coordenação-Geral de Relações do Trabalho que fixam entendimentos técnicos da Secretaria de Relações do Trabalho acerca dos assuntos de sua competência:</p> <p>- Esta meta foi parcialmente cumprida com a elaboração, publicação no DOU e disponibilização na página <a href="http://www.mte.gov.br">www.mte.gov.br</a> - <a href="#">Página Inicial</a> &gt; <a href="#">Relações de Trabalho</a> &gt; <a href="#">Cadastro Nacional de Entidades Sindicais</a> da Portaria nº. 04, de 2014, que aprova, revisa e revoga enunciados da Secretaria de Relações do Trabalho; e da Portaria nº. 07, de 2014, que aprova o Enunciado nº. 61 que trata sobre os procedimentos da mediação para resolução de conflitos de representação sindical.</p> <p>São 61 (sessenta e um) enunciados relativos aos temas tratados na SRT. Dentre os principais pontos tratados nos enunciados, vale destacar: homologação (assistência ao TRCT), aviso prévio e registro sindical.</p> <p>Para cumprimento integral da meta, com publicação das Notas Técnicas que fixam entendimentos técnicos da Secretaria de Relações do Trabalho - SRT acerca dos assuntos de sua competência, <b>a SRT solicita</b> à Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União <b>o prazo de 90 (noventa) dias.</b></p> <p><b>3ª.</b> Constar na página do Ministério do Trabalho e Emprego na internet as Notas Técnicas elaboradas pela Coordenação-Geral de Registro Sindical relativas à análise de processos de registro sindical em que é apresentado entendimento quanto à caracterização da representação da entidade como categoria em conformidade com a legislação vigente:</p> <p>A Secretaria de Relações do Trabalho depende da Coordenação-Geral de Informática do MTE (CGI) para cumprimento do compromisso estabelecido no item “3”, pois é necessário que seja feita uma alteração no Sistema CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, de modo que as Notas Técnicas elaboradas nos processos de registro sindical sejam disponibilizadas ao usuário externo que, ao entrar no cadastro de determinada entidade e clicar em cima da nota ela lhe seja aberta para visualização e impressão.</p> <p>A coordenação responsável solicitou novo prazo para cumprimento do</p>
--	--



	compromisso: 31/12/2015.
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014 (prazo anterior: julho/2014)</b>

<b>Compromisso: (2.19) PUBLICAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO REFERÊNCIA PARA O GOVERNO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Pedro de Carvalho Pontual
<b>Departamento</b>	Departamento de Participação Social
<b>E-mail</b>	pedro.pontual@presidencia.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3411-4384
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Melhorar o entendimento geral para a realização de audiências públicas no âmbito do Governo, melhorando a qualidade dessas audiências
<b>Descrição do compromisso</b>	Publicar recomendações sobre a realização de audiências públicas a serem utilizadas como referência para o Governo, de forma a melhorar o entendimento geral a respeito da utilização desse instrumento, bem como a sua própria qualidade.
<b>Relevância</b>	A publicação de recomendações gerais em relação aos instrumentos de participação social fomenta e qualifica o exercício da participação; o uso da internet para a realização desse diálogo com a sociedade civil introduz o uso das novas tecnologias e linguagens no debate da participação social. A realização de melhores audiências públicas traz incrementos tanto na transparência dos atos governamentais quanto na responsabilização e prestação de contas.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e debate da sociedade civil para construção da norma técnica, fortalecendo a fiscalização social do atendimento dos critérios versados por ela;</li> <li>• Reforço das boas práticas para a realização de audiências públicas;</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>A escuta relativa às recomendações sobre a realização das audiências públicas foi realizada no contexto da consulta online sobre as minutas dos decretos da Política Nacional de Participação Social e do Compromisso Nacional pela Participação Social. A iniciativa foi desenhada de maneira colaborativa, viabilizando a inclusão de sugestões aos textos-base.</p> <p>As minutas do decreto que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS) ficaram disponíveis para receber contribuições da população no período de 18 de julho a 06 de setembro de 2013 no Portal Federal da Participação Social, o Participa.br (<a href="http://www.participa.br/participacaosocial/consulta-publica">http://www.participa.br/participacaosocial/consulta-publica</a>).</p> <p>Foi publicada uma Nota Técnica em maio de 2013, que aborda quais são, no âmbito do Poder Executivo federal, os principais fatores que influenciam o potencial de efetividade das audiências públicas como mecanismo de participação social no processo de gestão das políticas</p>

	<p>públicas (<a href="http://www.ipea.gov.br/participacao/images/notatecnicadiest04.pdf">http://www.ipea.gov.br/participacao/images/notatecnicadiest04.pdf</a>).</p> <p>O Decreto 8.423/2014, que institucionalizou a Política Nacional de Participação Social (PNPS), explicitou os princípios e diretrizes a serem observados pelos órgãos do governo federal na realização de Audiências Públicas.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Fevereiro/2014</b>

<b>Compromisso: (2.20) AUDITORIAS PARTICIPATIVAS NAS OBRAS DAS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO FIFA 2014</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Raildy Azevêdo Costa Martins
<b>Departamento</b>	Secretaria de Controle Interno
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:railydy.martins@presidencia.gov.br">railydy.martins@presidencia.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	(61) 3411-2681
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Interagir de forma direta com a sociedade, incluindo-a no trabalho de controle, permitindo ao auditor identificar nuances não detectáveis no trabalho técnico tradicional, abrangendo prioritariamente as obras em portos e aeroportos. Neste tipo de auditoria é a sociedade quem indica quais são os fatos críticos em relação ao objeto auditado e quais seriam as melhores soluções. O auditor evidencia as percepções e as avalia tecnicamente, indicando caminhos.
<b>Descrição do compromisso</b>	Realização de auditorias participativas em todas as cidades-sede da Copa com foco nas obras de portos e aeroportos, de maneira a atender aos requisitos de respeito aos direitos humanos e negociações e acordos com os movimentos sociais e trabalhistas. O trabalho, realizado em conjunto com a Sociedade Civil, consiste em identificar, aplicando técnicas de auditoria, pontos críticos em projetos, licenças ambientais, desapropriações e em outros aspectos técnicos e sociais que possam representar entraves aos empreendimentos e riscos às populações atingidas pelos mesmos.
<b>Relevância</b>	O trabalho, realizado pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República em conjunto com a Sociedade Civil, consiste em identificar, aplicando técnicas de auditoria tais como a inspeção física, a entrevista e o exame documental, pontos críticos nos projetos, nas licenças ambientais, nas desapropriações e em outros aspectos técnicos e sociais que possam representar entraves aos empreendimentos e riscos às populações atingidas pelos mesmos.
<b>Ambição</b>	Reforçar o interesse da sociedade pelas ações de políticas públicas de em prol de sua execução mais adequada e do melhor atendimento à sociedade.
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	Foram cumpridas as atividades relativas à realização de Auditorias Participativas focadas em portos e aeroportos nas cidades-sede da Copa 2014, tendo sido realizadas as visitas às 12 cidades-sede e produzidos os respectivos relatórios, que foram encaminhados aos dirigentes da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) e disponibilizados na página da SG-PR.
<b>Implementação até</b>	<b>Outubro/2014</b>

<b>Compromisso: (2.21) INDICADORES MUNICIPAIS DE CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DIREITOS HUMANOS – FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL PARTICIPATIVA</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria de Direitos Humanos
<b>Nome do responsável</b>	Andrei Suárez Dillon Soares
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Indicadores e Informações em Direitos Humanos
<b>E-mail</b>	andrei.soares@sdh.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2025-9376
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agregar inteligência sobre o acesso efetivo do cidadão aos serviços públicos nos municípios brasileiros;</li> <li>• Identificar as principais lacunas que precisam ser abordadas pra melhorar a qualidade dos serviços públicos;</li> <li>• Ampliar o acesso à informação sobre gestão municipal;</li> <li>• Aumentar a percepção e o conhecimento de gestores municipais a respeito do uso de informações empíricas em sistemas municipais.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso envolve o levantamento de informações e o desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar e promover a adoção de uma perspectiva participativa e de direitos na gestão pública municipal. A ideia é que sejam levantadas informações sobre o grau de abertura das administrações municipais à participação e ao controle social; seja ampliado o acesso à informação sobre a gestão municipal; e aumentado o conhecimento de representantes da sociedade civil sobre indicadores municipais e de gestores municipais sobre a adoção de uma perspectiva de direitos em políticas sociais.
<b>Relevância</b>	O projeto teria como objetivos tanto informar gestores municipais na tomada de decisão com base em informações empíricas (o que é fundamental para accountability), quando informar a população em geral sobre a relação entre capacidades e demandas demográficas por município – relação, por sinal, que pode ser utilizada pela própria Administração Pública Federal para agregar inteligência ao processo de tomada de decisão sobre investimentos em infraestrutura municipal de direitos humanos.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratação de bloco de direitos humanos na Munic de 2014 com questões especificamente destinadas a avaliar a qualidade dos serviços públicos ofertados ao cidadão.</li> <li>• O mapeamento setorial da infraestrutura de municípios na oferta de serviços básicos a partir de dados da Munic, de registros administrativos e de pesquisas setoriais;</li> <li>• Cruzamento das informações existentes sobre infraestrutura com informações demográficas sobre as necessidades da população atendida por município;</li> <li>• Uso de dados georreferenciados para relacionar infraestrutura existente e realidade social por município;</li> </ul>

Situação	em andamento
<p><b>Descrição dos resultados</b></p>	<p>O compromisso está em andamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A contratação de bloco de direitos humanos na Munic de 2014 com questões especificamente destinadas a avaliar a qualidade dos serviços públicos ofertados ao cidadão. O questionário foi elaborado em junho e junho de 2013 de forma colaborativa com diversos órgãos, inclusive MDA, SPM, CGU e SEPPIR. Em 31 de dezembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial extrato do Termo de Cooperação nº 012/2013, prevendo a inclusão, na MUNIC e na ESTADIC de 2014, de um bloco especificamente sobre direitos humanos e cidadania – bloco este com 65 questões com até dez itens cada. Em 14/04/14, a SDH/PR efetuou o último repasse do valor financeiro referente à pesquisa, que atualmente está em campo.</li> <li>2. O mapeamento setorial da infraestrutura de municípios na oferta de serviços básicos a partir de dados da Munic, de registros administrativos e de pesquisas setoriais; A SDH/PR já elaborou, por consultoria de cooperação internacional, uma matriz de indicadores sobre serviços de direitos humanos e estruturas participativas mantidas por municípios, conforme indicadores em anexo.</li> <li>3. Cruzamento das informações existentes sobre infraestrutura com informações demográficas sobre as necessidades da população atendida por município; Os indicadores previstos em 2 já preveem cruzamentos de população e infraestrutura, cruzamentos que serão atualizados com as bases da Munic 2014.</li> <li>4. Uso de dados georreferenciados para relacionar infraestrutura existente e realidade social por município; Os dados de infraestrutura já estão georreferenciados para 2011. Com a conclusão do campo da MUNIC 2014, será possível lançar publicação entregando os produtos prometidos.</li> </ol>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Julho/2015</b></p>

<b>Compromisso: (2.22) CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>Nome do responsável</b>	Antonio Lassance
<b>Departamento</b>	Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:antonio.lassance@ipea.gov.br">antonio.lassance@ipea.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	(61)3315-5696
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Oferecer informações aos gestores públicos e aos cidadãos que possam servir de base comparativa sobre os avanços e desafios básicos da gestão municipal.
<b>Descrição do compromisso</b>	<p>O compromisso envolve a construção de uma proposta de indicadores de transparência do desempenho institucional dos municípios brasileiros. O objetivo é oferecer informações aos gestores públicos e aos cidadãos que possam servir de base comparativa sobre os avanços e desafios básicos da gestão municipal.</p> <p>A proposta envolve:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Discussão entre as três diretorias do IPEA (Diest, Disoc e Dirur) e formulação de uma proposta conjunta com vistas ao plano de trabalho IPEA 2014</li> <li>2) Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica e plano de trabalho entre IPEA e CGU</li> <li>3) Inclusão da proposta no plano de trabalho das diretorias, com a definição dos pesquisadores encarregados de detalhar a proposta e executar as demais etapas, além da definição dos produtos e cronogramas de realização</li> <li>4) Apresentação da proposta a órgãos de governo e à sociedade e reformulação, diante de alternativas eventualmente aventadas</li> <li>5) Formação de um grupo de trabalho interdiretorias para a coordenação dos trabalhos, definição de cronograma de atividades conjuntas e acompanhamento da execução</li> <li>6) Elaboração de uma proposta preliminar que balize a construção de indicadores</li> <li>7) Produção e publicização da proposta de indicadores pactuados entre os órgãos envolvidos e representantes da sociedade civil participantes do processo e pactuação do processo de coleta de dados.</li> </ol>
<b>Relevância</b>	Permitirá contribuir para o diálogo com a sociedade no sentido de apresentar uma proposta que contribua para orientar o fornecimento de informações, por órgãos de governo, que congreguem alguns dos requisitos mais elementares a uma gestão pública habilitada à execução de políticas e programas federais. Com isso seria possível, tanto ao cidadão quanto a órgãos governamentais, verificar a situação dos municípios de forma comparada.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição do conceito de transparência do desempenho institucional</li> </ul>

	<p>que oriente a construção de indicadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição de variáveis-chave cabíveis aos municípios (com base naquelas obrigações institucionalmente atribuídas aos municípios e aos procedimentos que devem ser adotados pelos municípios visando torná-los aptos ao recebimento dos recursos e programas do governo federal) e que sejam indicados os órgãos capazes de provê-las de forma robusta (com métodos qualificados, trabalho sistemático e de modo organizado, na forma de quadros de indivíduos e variáveis), com regularidade de coleta e capazes de abranger todos os municípios, para que as informações possam propiciar análises comparativas.</li> <li>▪ Orientações para a formação de uma base de dados aberta e disponível aos gestores federais, estaduais, municipais e aos cidadãos, apta à futura realização de pesquisas e análises de dados.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>Conforme o compromisso encaminhado, a proposta envolveria:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Discussão entre as três diretorias do IPEA (Diest, Disoc e Dirur) e formulação de uma proposta conjunta com vistas ao plano de trabalho IPEA 2014</li> <li>2) Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica e plano de trabalho entre IPEA e CGU</li> <li>3) Inclusão da proposta no plano de trabalho das diretorias, com a definição dos pesquisadores encarregados de detalhar a proposta e executar as demais etapas, além da definição dos produtos e cronogramas de realização</li> <li>4) Apresentação da proposta a órgãos de governo e à sociedade e reformulação, diante de alternativas eventualmente aventadas</li> <li>5) Formação de um grupo de trabalho interdiretorias para a coordenação dos trabalhos, definição de cronograma de atividades conjuntas e acompanhamento da execução</li> <li>6) Elaboração de uma proposta preliminar que balize a construção de indicadores</li> <li>7) Produção e publicização da proposta de indicadores pactuados entre os órgãos envolvidos e representantes da sociedade civil participantes do processo e pactuação do processo de coleta de dados.</li> </ol> <p>Os itens 1 a 6 foram concluídos, restando apenas o item 7 (“Produção e publicização da proposta de indicadores pactuados entre os órgãos envolvidos e representantes da sociedade civil participantes do processo e pactuação do processo de coleta de dados.”)</p> <p>O compromisso de Construção de uma proposta de indicadores de transparência do desempenho institucional dos municípios brasileiros está em fase de conclusão. O planejamento foi afetado pela incidência de cortes orçamentários de 20%, em 2014, que se aprofundaram, em</p>



	<p>2015, e levaram a um corte de bolsas de pesquisa que eram imprescindíveis ao auxílio aos trabalhos a serem realizados no cronograma inicialmente proposto.</p> <p>Além disso, das três diretorias inicialmente previstas para tratar do assunto, apenas uma delas permaneceu desenvolvendo trabalhos a respeito e ficará com o encargo de finalizar a proposta.</p> <p><b>Justificativa para alteração do prazo</b></p> <p>Todo o trabalho de pesquisa do IPEA inicia-se com a formulação de estudos e pesquisas que passam por processos internos de validação.</p> <p>Como a proposta preliminar foi concluída por volta do mês de dezembro de 2014, não houve como realizar as etapas de validação durante os meses de janeiro e fevereiro.</p> <p>O processo de validação interna depende da realização de seminários que estão previstos para ocorrer a partir do mês de abril.</p> <p>Assim que a proposta tiver sido submetida a seminário interno de validação, se houver eventuais propostas de alteração, as mesmas podem ser realizadas até o final do mês de maio, com sua publicação, na forma de nota técnica ou texto de discussão pelo IPEA, até agosto de 2015. A ideia é que, no processo de discussão interna ao IPEA, haja o participação da CGU nessas discussões, confluindo para um único trabalho de validação interna e externa e revisão da proposta.</p> <p>Após a a publicação, a proposta estaria pronta para cumprir o último item restante do compromisso do IPEA, qual seja, o de “Produção e publicização da proposta de indicadores pactuados entre os órgãos envolvidos e representantes da sociedade civil participantes do processo e pactuação do processo de coleta de dados”, que poderia ser realizada entre os meses de setembro até dezembro .</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

**Eixo 3: Melhoria dos Serviços Públicos**

<b>Compromisso: (3.1) REESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Otávio Moreira de Castro Neves
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência
<b>E-mail</b>	Otavio.neves@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	061 2020 6848
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a usabilidade e a experiência do usuário ao utilizar o Portal.</li> <li>- Fortalecer o Portal da Transparência como ponto central de uma rede de informações sobre transparência pública ativa.</li> <li>- Permitir maior interação e ação de cidadãos e organizações que circulem informações e criem iniciativas voltadas para o controle social.</li> <li>- Possibilitar o uso dos dados do portal em análises e estudos, construção de aplicativos ou outras iniciativas;</li> <li>- Permitir uma melhor compreensão sobre os dados e informações do Portal e suas origens.</li> <li>- Criar um leiaute mais funcional, que facilite futuramente a entrada de novos dados e informações no Portal;</li> <li>- Reestruturação e incremento das bases de dados do Portal.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Aperfeiçoar o Portal da Transparência, melhorando sua usabilidade, adequando-o aos princípios de dados abertos e tornando-o mais interativo e acessível, de modo a facilitar a navegação para seus diferentes públicos. Todas as informações que hoje fazem parte do escopo do sítio devem ser mantidas e serão criadas ferramentas para tornar mais intuitiva a busca por quaisquer desses dados. O novo Portal deve também ser capaz de incorporar tecnologias inovadoras e responder às crescentes expectativas da sociedade. Haverá, ainda, reestruturação das bases de dados do Portal, integrando-as de modo a garantir a manipulação de grandes volumes de dados de forma mais dinâmica e eficiente.
<b>Relevância</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O compromisso incrementa a transparência, a partir do momento em que disponibiliza um grande leque de informações públicas, com as quais é possível entender melhor os gastos do Governo Federal.</li> <li>- Conta com a participação cidadã, tanto na sua construção quanto no seu uso.</li> <li>- A reestruturação do site trará maior possibilidade de responsabilização dos agentes públicos, em relação a um eventual mau emprego do dinheiro público, assim como aumentará a necessidade de prestação de contas por parte de entidades, empresas e órgãos públicos.</li> <li>- A ideia é incorporar tecnologias inovadoras e oferecer possibilidades de interação, além de oferecer todos os dados do novo portal em formato</li> </ul>

	aberto.
<b>Ambição</b>	<p>1 – Utilização do Portal como uma ferramenta efetiva no monitoramento da aplicação do dinheiro público, pelos diversos públicos-alvo.</p> <p>2 - Aumento da participação e controle social, por meio do Portal.</p> <p>3 – Tornar o Portal da Transparência referência mundial em relação à transparência ativa.</p>
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso está em andamento, mas o prazo proposto não poderá ser atingido, devido aos motivos a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Mudanças na estrutura do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) – tais mudanças implicaram em revisão dos trabalhos de construção do armazém de dados (<i>data warehouse</i>) que irá ser utilizado no Portal da Transparência.</li> <li>2) Atraso na contratação da empresa de comunicação: o processo de contratação da empresa está sendo realizado pela UNESCO. Em processo realizado no primeiro semestre, não foi atingido o número mínimo recomendado de empresas habilitadas. O edital foi revisto e um novo edital foi publicado no início do segundo semestre de 2014. Assim, também houve atraso para o início dos trabalhos de redesenho do Portal.</li> <li>3) Inclusão de novas etapas para maior participação social: o processo foi revisto e contou com testes de usabilidade com cidadãos voluntários, reunião com organizações da sociedade civil (OSCs) e uma pesquisa <i>online</i> em parceria com a Universidade de Brasília e a revisão das perguntas e sugestões do “Fale Conosco”. Ainda está previsto uma pesquisa de agrupamento de informações (<i>card sorting</i>), novas reuniões com OSCs e etapas para discussão de protótipos.</li> <li>4) Revisões orçamentárias: atrasos e limitações nos recursos empregados para a reestruturação do Portal não irão comprometer o resultado final, mas impactaram na execução de algumas etapas do processo.</li> </ol> <p>Em paralelo a esses desafios, diversas etapas avançaram, como as pesquisas e diálogos com a sociedade mencionados (inclusive análises), construção de conceitos de elementos de informação, identificação de referências (<i>benchmarking</i>), e a conclusão de etapas importantes do <i>data warehouse</i> (referentes à receitas, empenhos, liquidações, transferências constitucionais, royalties, execução orçamentária, imóveis funcionais, CPF, CNPJ, servidores civis e militares, convênios e transferências cadastradas no SIAFI e os cartões de pagamento do</p>

	Governo Federal e da Defesa Civil. A nova previsão para o projeto é dezembro de 2015.
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

<b>Compromisso: (3.2) CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	José Eduardo Romão
<b>Departamento</b>	Ouvidoria-Geral da União
<b>E-mail</b>	jose.romao@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2020-7249
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	O objetivo final do projeto é o envio, à Casa Civil da Presidência da República, de minuta de Decreto que criará o Sistema Federal de Ouvidorias, o qual consistirá na primeira etapa da normatização desta importante instituição de controle social, e que se tornará elemento fundamental para incrementar a transparência pública e a melhoria do sistema de governança das instituições públicas.
<b>Descrição do compromisso</b>	Promover a elaboração participativa de minuta de normativo que estabelecerá princípios básicos e mecanismos de funcionamento de um Sistema Federal de Ouvidorias.
<b>Relevância</b>	O projeto contempla quatro princípios de governo aberto: (i) participação social, por conter a audiência pública para a coleta de sugestões e críticas com relação à minuta do ato normativo que será elaborado; (ii) transparência, levando-se em conta a previsão de ampliação da divulgação das informações recebidas e produzidas pelas ouvidorias públicas; (iii) accountability, principalmente pela possibilidade de controle social e escrutínio da minuta por parte da sociedade interessada; (iv) tecnologia e inovação, levando-se em consideração o desenvolvimento do projeto em formato eletrônico e a circunstância de a criação de um sistema de ouvidorias ser fato novo na administração pública federal brasileira
<b>Ambição</b>	A criação do Sistema de Ouvidorias aclarará quais serão as funções e prerrogativas da Ouvidoria-Geral da União, bem como das ouvidorias setoriais e seccionais do Poder Executivo Federal; estabelecerá atribuições obrigatórias mínimas para todas as unidades do sistema, que, caso descumpridas, poderão ensejar responsabilização do gestor responsável; imporá às instituições a que se vinculam o dever de respeitar e autonomia de suas ouvidorias; estabelecerá mecanismos de articulação que permitirão a troca de experiências e o fortalecimento mútuo entre as unidades de ouvidoria.  Especificamente, espera-se que ao final de sua realização, o projeto permita (i) aferir o número de ouvidorias que participou do Encontro Geral de Ouvidorias; (ii) contabilizar o número de ouvidorias que encaminhou informações relativas ao seu funcionamento à Ouvidoria-Geral da União; (iii) verificar e sistematizar as contribuições da sociedade civil e das ouvidorias públicas com relação à minuta apresentada e disponibilizada; (iv) sistematizar e captar subsídios para enfrentamento dos principais temas controversos para elaboração de um sistema de

	ouvidorias.
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso foi concluído em 100%, pois a minuta foi elaborada e concluída, embora o decreto não tenha sido assinado. As fases, numa descrição sucinta, foram as seguintes:</p> <p><b>Etapa 1:</b> Nessa etapa foram coletados dados e informações a respeito das ouvidorias públicas brasileiras, bem como de institutos congêneres, a exemplo dos ombudsmen europeus, por meio do resultado de consultoria do Projeto Diálogos Setoriais - União Europeia-Brasil, em parceria com o MP. Os resultados desse trabalho foram discutidos em oficina técnica, realizada em 20 de março de 2013, com a presença de cerca de 30 ouvidores públicos.</p> <p><b>Etapa 2:</b> A 3ª Reunião Geral de Ouvidorias Públicas, realizada nos dias 21 e 22 de março de 2013, dedicou-se ao debate em torno da normatização do Sistema de Ouvidorias Públicas Federais, prioridade para a Ouvidoria-Geral da União no ano de 2013. O encontro promoveu a integração de gestores envolvidos com ouvidorias do Poder Executivo Federal, acadêmicos dedicados ao tema, bem como demais interessados em contribuir para a construção participativa de um Sistema de Ouvidorias democrático e transparente.</p> <p><b>Etapa 3:</b> Entre os dias 16 de maio e 16 de julho de 2013, a sociedade pôde compartilhar ideias e enviar sugestões, por meio da Internet, para a redação final do Decreto que vai criar e regulamentar o Sistema de Ouvidorias Públicas Federais. A Ouvidoria-Geral da União (OGU) mediou a discussão, com a sugestão de tópicos, questões relevantes e, eventualmente, na formulação de novas propostas aos participantes. A nova minuta de Decreto levou em consideração as opiniões manifestadas durante a consulta. A consulta pública foi realizada pela CGU, em parceria com o Ministério da Justiça (MJ). Foi produzido também novo conteúdo pela consultoria do Projeto Diálogos Setoriais - União Europeia-Brasil, em parceria com o MP. Os resultados estão disponíveis em <a href="http://www.cgu.gov.br/Ouvidoria/consulta-publica.asp">http://www.cgu.gov.br/Ouvidoria/consulta-publica.asp</a></p> <p><b>Etapa 4:</b> Nesta etapa, a OGU se dedicou à condução do projeto Caravanas das Ouvidorias: Rumo ao Sistema Participativo. O projeto teve o objetivo de disseminar informações sobre a atuação sistêmica dos institutos de participação social, trocar experiências e vivências sobre a realidade regional das ouvidorias públicas brasileiras, e discutir as bases de construção do Sistema Federal de Ouvidorias. Foram cinco encontros regionais voltados à participação de ouvidores e trabalhadores de ouvidorias públicas, conselhos, além de representantes dos movimentos e organizações da sociedade civil. Além disso, em decorrência de manifestações de associações e segmentos das ouvidorias, a OGU</p>

	<p>promoveu rodadas de discussão sobre o sistema e constituiu comissão para sistematização dos resultados obtidos até esta etapa. O principal encontro ocorreu em 8 de novembro de 2013, oportunidade na qual foi realizada uma oficina de trabalho para identificar consensos, divergências e oportunidades de melhoria.</p> <p><b>Etapa 5:</b> Em decorrência das contribuições ocorridas nas Etapas 3 e 4, foi possível à Ouvidoria-Geral da União preparar uma nova proposta para a constituição do Sistema de Ouvidorias Públicas Federais, fruto do processo participativo iniciado em março de 2013. Essa versão mais madura da minuta de decreto foi posta em consulta popular novamente no ambiente Participa.BR, de 16 de dezembro de 2013 a 5 de janeiro de 2014. Ao fim do processo de participação, a minuta foi encaminhada às áreas competentes da CGU e, posteriormente, à Secretaria-Geral da Presidência da República, à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento, onde atualmente se encontra aguardando ajustes finais para assinatura.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Setembro/2014</b>

<b>Compromisso: (3.3) PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Edward Lúcio Vieira Borba
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social (CFECS)
<b>E-mail</b>	edward.borba@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020-6516
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a adoção de medidas para a implementação da Lei de Acesso à Informação e de outros diplomas legais sobre transparência conscientizar e capacitar servidores públicos para que atuem como agentes de mudança na implementação de uma cultura de acesso à informação;</li> <li>- Disseminar a Lei de Acesso à Informação e estimular o seu uso pelos cidadãos.</li> <li>- Promover o intercâmbio de informações e experiências relevantes para o desenvolvimento e a promoção da transparência pública e do acesso à informação.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Apoiar a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e conjugar esforços para o incremento da transparência pública e da adoção de medidas de governo aberto nos Estados e Municípios. Para tal, serão desenvolvidos tanto seminários, cursos e treinamentos quanto materiais técnicos e orientativos sobre os temas em questão. Além disso, serão realizadas campanhas e ações de disseminação sobre a LAI, bem como atividades de instrução a respeito do desenvolvimento de Portais da Transparência e de sistemas de informação ao cidadão (e-SICs) em nível subnacional.
<b>Relevância</b>	Esse compromisso promove a transparência e controle social na Administração Pública, promove o uso de novas tecnologias e soluções inovadoras par a abertura de governos.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>I – Multiplicadores da metodologia treinados;</li> <li>II – Lei de Acesso regulamentada nos Estados e Municípios;</li> <li>III – Divulgação na Internet, por Estados e Municípios, do rol mínimo de informações definidas na Lei de Acesso;</li> <li>IV – Serviços de Informação ao Cidadão implantados.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>Etapas realizadas/resultados obtidos:</p> <p><b>I - realização de seminários, cursos e treinamentos sobre Transparência e Acesso à Informação, presenciais e virtuais, voltados a agentes públicos:</b> até dezembro de 2014, aproximadamente <b>9.000</b> agentes públicos, distribuídos em 929 municípios, foram alcançados pelas capacitações presenciais do programa. Além disso, <b>9.987</b> pessoas, entre cidadãos e agentes públicos, realizaram curso virtual sobre a Lei de Acesso a Informação (LAI);</p>



	<p><b>II - disseminação do sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC):</b> a cessão do código fonte do e-SIC aos entes interessados é uma das ações previstas pelo programa. Até dezembro de 2014, <b>127</b> entes públicos solicitaram o código fonte para disponibilizar o sistema eletrônico em sua localidade. Em 2014 também houve o lançamento do <b>e-SIC Livre</b>, sistema desenvolvido em software livre (de código aberto) e que permite adaptações pelos gestores municipais, de maneira a atender às peculiaridades de cada município. A tecnologia está disponibilizada para download no portal Software Público Brasileiro (SPB). A ferramenta foi desenvolvida pela prefeitura de Natal (RN), ente que aderiu ao programa Brasil Transparente, em parceria com a Secretaria de Planejamento (Sempla), a partir do código fonte do e-SIC da CGU.</p> <p><b>III - elaboração e distribuição de material técnico e orientativo sobre a Lei de Acesso à Informação e outros diplomas legais sobre transparência:</b> <b>4</b> (quatro) materiais de orientação sobre a LAI e outros mecanismos de transparência foram disponibilizados na página internet do programa. São eles: Guia para criação da seção de acesso à informação nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades estaduais e municipais; Guia de implantação de Portal da Transparência; Guia técnico de regulamentação da LAI em municípios e check list; Manual da LAI para estados e municípios;</p> <p><b>IV - promoção de campanhas e ações de disseminação da Lei de Acesso à Informação junto à sociedade:</b> como mecanismos de disseminação da LAI junto à sociedade foram desenvolvidos e disponibilizados na internet o <b>Mapa da Transparência</b>, que apresenta o panorama atual da regulamentação da LAI nos 26 estados e 26 capitais, Distrito Federal e municípios com população superior a 100 mil habitantes, o <b>Mapa das Adesões</b>, que divulga a relação de todos os entes que aderiram ao programa e a <b>comunidade do Brasil Transparente</b> no ambiente e-Democracia, que é um espaço que objetiva promover o intercâmbio de informações e experiências sobre acesso a informação e transparência pública entre agentes públicos e a sociedade civil;</p> <p><b>V - orientação sobre os requisitos para o desenvolvimento de Portais de Transparência na Internet:</b> orientações sobre a implantação de portais de transparência estão presentes no <b>Guia de implantação de Portal da Transparência</b>, material técnico disponibilizado na página internet do programa.</p>
Implementação até	<b>Dezembro/2014</b>

<b>Compromisso: (3.4) CARTA SUS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Saúde
<b>Nome do responsável</b>	Vanilda Aparecida Alves
<b>Departamento</b>	Departamento de Ouvidoria Geral do SUS
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:vanilda.alves@saude.gov.br">vanilda.alves@saude.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	(61) 3315-8860
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Estabelecer uma relação direta dos gestores do sistema de saúde com os cidadãos, buscando obter a adesão da sociedade na defesa do SUS, bem como identificar a percepção dos usuários em relação à qualidade do atendimento.
<b>Descrição do compromisso</b>	A CartaSUS constitui-se de uma pesquisa de avaliação (cartão-resposta) em que são feitas breves perguntas sobre o atendimento que o cidadão realizou pelo Sistema único de Saúde. Através dessa pesquisa pode-se identificar a qualidade dos profissionais e prestadores dos serviços públicos de saúde sob a ótica do cidadão que utiliza esses serviços. A carta também possui dados do atendimento que o cidadão realizou, incluindo o valor que o Ministério da Saúde pagou por esse atendimento.
<b>Relevância</b>	A CartaSUS se caracteriza como um grande mecanismo de transparência e prestação de contas, pois leva até o cidadão informações sobre o atendimento que o mesmo realizou pelo SUS, o que inclui período, local, motivo do tratamento e valor que o Ministério da Saúde pagou por isso. O acesso a essas informações permite que o cidadão monitore e controle os serviços públicos, participando e contribuindo com as políticas públicas de saúde.
<b>Ambição</b>	Detectar, principalmente, aqueles procedimentos que o cidadão não realizou, mas que houve o repasse de recurso, e as cobranças que prestadores fizeram ao cidadão, sendo que o tratamento foi feito pelo SUS.
<b>Situação</b>	<b>em andamento</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>A ação Carta SUS está em andamento. No período de Janeiro/2012 até Abril/2014 foram enviadas 28.362.979 cartas, divididas em 22.431.605 do tipo AIH (referentes a internações hospitalares) e 5.931.374 do tipo APAC (relacionadas a procedimentos de alta complexidade). O Ministério da Saúde - MS recebeu o retorno de 1.667.527 cartões resposta da pesquisa de satisfação do usuário, sendo 1.393.114 por correio e 274.413 por internet e telefone. Além disso, 7.094 manifestações entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões foram registradas no Disque Saúde 136, onde 4.856 são denúncias.</p> <p>A Carta SUS é uma ação contínua. Ao passar por uma internação hospitalar (AIH) ou por um procedimento ambulatorial de alta complexidade (APAC), a informação é registrada em Sistemas do MS. Os prestadores têm até 6 meses para alimentar os referidos Sistemas.</p>

	<p>Recebendo essas informações e não havendo nenhuma inconsistência quanto à internação, o endereço do paciente ou ocorrência de óbito, a Carta SUS é gerada. Ao receber a carta o cidadão confirma os dados da mesma e responde a pesquisa de satisfação através do cartão resposta ou, se não concordar com as informações da carta, entra em contato com a Ouvidoria-Geral do SUS – Disque Saúde 136 para registrar sua manifestação. Registrando uma manifestação, esta é encaminhada às áreas ou órgãos responsáveis pelas providências, e a mesma será monitorada e acompanhada pela Ouvidoria-Geral do SUS.</p> <p>Estamos trabalhando para melhorar o relatório dessa ação em parceria com o Departamento de Informática do SUS – DATASUS/SGEP/MS. Para relatórios completos é necessário o progresso dos sistemas de informação que compõem a Carta SUS, de forma que consigam acolher a importação de todos os cartões resposta que chegam pelos correios e da devolução eletrônica de objeto – CEDO.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Março/2015</b>

<b>Compromisso: (3.5.) PROJETO CIDADES DIGITAIS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério das Comunicações
<b>Nome do responsável</b>	Américo Tristão Bernardes
<b>Departamento</b>	Diretor de Infraestrutura para Inclusão Digital
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:americo.bernardes@comunicacoes.gov.br">americo.bernardes@comunicacoes.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	(61) 2027-6344
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Aperfeiçoar os instrumentos de gestão nos municípios, dotando as prefeituras de aplicativos e de ferramentas que permitam a transparência e a participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital aberta voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade, de modo a estabelecer canais críticos de mediação.
<b>Descrição do compromisso</b>	o objetivo do compromisso é implantar infraestrutura de conexão à internet em municípios, interligando órgãos públicos. A proposta ainda buscará fomentar o uso de ferramentas de governo eletrônico na gestão pública municipal, além de viabilizar a formação de uma rede digital aberta voltada para a troca de experiências e de conteúdos.
<b>Relevância</b>	O Projeto Cidades Digitais está em sintonia com os princípios de governo aberto na medida em que pretende contribuir especificamente para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Democratizar o acesso à informação;</li> <li>• Construir uma política de e-gov, a partir de uma visão que tem o cidadão como centro do modelo de gestão de serviços públicos, baseado na universalização do acesso, na qualidade e na integração;</li> <li>• Ampliar a transparência das contas públicas municipais através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação;</li> <li>• Modernizar e viabilizar a qualificação da gestão pública para dinamizar a prestação de serviços públicos ao cidadão nos municípios brasileiros;</li> <li>• Estimular mecanismos participativos e colaborativos de gestão pública.</li> </ul>
<b>Ambição</b>	Espera-se que as prefeituras selecionadas tenham uma rede metropolitana de alta capacidade em funcionamento (medido pelo tráfego da rede); tenham servidores públicos capacitados para o uso da rede e para melhorar a gestão municipal com os recursos das TIC; usem aplicativos de governo eletrônico pela prefeitura para melhorar a gestão pública e aumentar a sua transparência (medido pelo uso/número de acessos dos aplicativos de governo eletrônico).
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O projeto está sendo regularmente cumprido, conforme marcos abaixo relatados: - selecionar projetos apresentados por prefeituras: realizado (2012)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- contratar empresas integradoras, responsáveis pela implantação da infraestrutura: realizado (2012)</li> <li>- implantar a rede metropolitana: em andamento (prazo: dezembro de 2014) – 16/79 cidades implantadas (Guanambi (BA), Itaberaba (BA), Itabuna (BA), Juazeiro (BA), Nilo Peçanha (BA), Pirai do Norte (BA), Uruçuca (BA), Vitória da Conquista (BA), Araripe (CE), Barreira (CE), Brejo Santo (CE), São Gonçalo do Amarante (CE), Varjota (CE), Viçosa do Ceará (CE), Jari (RS), São Miguel das Missões (RS)).</li> <li>- contratar instituição para fornecimento de cursos de capacitação para servidores públicos municipais: realizado (2013)</li> <li>- realizar cursos de capacitação nas prefeituras: em andamento (prazo: dezembro de 2014) – 27/79 prefeituras com servidores públicos capacitados.</li> <li>- contratar instituições para implantação de aplicativos de governo eletrônico nas prefeituras que tiverem interesse: em andamento (prazo: dezembro de 2014)</li> <li>- implantar aplicativos de governo eletrônico nas prefeituras que tiverem interesse: em andamento (prazo: dezembro de 2014)</li> <li>- acompanhar por três anos o desenvolvimento do projeto nos municípios: não iniciado (prazo: de 2014 a 2017)</li> </ul> <p><b>PAC:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- selecionar projetos apresentados por prefeituras: realizado (2013)</li> <li>- contratar empresas integradoras, responsáveis pela implantação da infraestrutura: em andamento (prazo: dezembro de 2014)</li> <li>- implantar a rede metropolitana: não iniciado (prazo: de 2014 a 2015)</li> <li>- contratar instituição para fornecimento de cursos de capacitação para servidores públicos municipais: não iniciado (prazo: de 2014 a 2015)</li> <li>- realizar cursos de capacitação nas prefeituras: não iniciado (prazo: 2015)</li> <li>- contratar instituições para implantação de aplicativos de governo eletrônico nas prefeituras que tiverem interesse: não iniciado (prazo: de 2014 a 2015)</li> <li>- implantar aplicativos de governo eletrônico nas prefeituras que tiverem interesse: não iniciado (prazo: 2015)</li> <li>- acompanhar por três anos o desenvolvimento do projeto nos municípios: não iniciado (prazo: de 2015 a 2018)</li> </ul> <p>Meta do Projeto Piloto: 80 municípios selecionados e com projetos implantados até 12/2014.</p> <p>Meta do PAC: 262 municípios selecionados e com projetos implantados até 12/2015.</p> <p>A meta aumentou, de fato, devido a inclusão do programa no PAC. Assim, mais recursos foram disponibilizados.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2015 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>



<b>Compromisso: (3.6) SINAPIR – SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial
<b>Nome do responsável</b>	Marcos Willian Bezerra de Freitas
<b>Departamento</b>	Gabinete da Ministra
<b>E-mail</b>	marcos.willian@seppir.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2025-7013
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	A institucionalização definitiva da política de igualdade racial e enfrentamento ao racismo no país. Será possível conferir maior efetividade a essa política, o que repercutirá em melhoria dos serviços públicos prestados direcionados à população negra.
<b>Descrição do compromisso</b>	O objetivo é institucionalizar definitivamente a política de igualdade racial e de enfrentamento ao racismo em todo país. Com isso, será possível conferir maior efetividade a essa política, o que poderá ocasionar uma melhoria dos serviços públicos prestados direcionados à população negra.
<b>Relevância</b>	<p>No que se refere à transparência, o SINAPIR prevê que os órgãos que o compõem devem assegurar, em seus respectivos orçamentos, recursos para a implementação das políticas de igualdade racial, bem como promover medidas de transparência no que concerne à alocação desses recursos.</p> <p>Além disso, há previsão de criação no âmbito do sistema da REDE-SINAPIR, com o fim de promover a gestão de informação e de produzir condições estruturais para o monitoramento e a avaliação do SINAPIR.</p> <p>m dos princípios básicos do sistema é garantir a participação da sociedade civil, à qual compete propor iniciativas a serem atendidas pelo sistema, assim como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas, por meio dos Conselhos – Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais - e das Conferências de Políticas de Igualdade Racial. Tanto as Conferências como os Conselhos devem integrar a estrutura do SINAPIR.</p> <p>No que se refere à prestação de contas (<i>accountability</i>), a partir da implantação do sistema, os recursos federais destinados à promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo serão repassados prioritariamente para os entes federados que tenham aderido ao SINAPIR e, portanto, contarão com maior transparência e acompanhamento por parte da sociedade civil, a partir dos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial.</p>
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Institucionalização definitiva da política de promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo no país;</li> <li>• Órgãos de Promoção da Igualdade Racial instituídos em âmbito local, com estrutura administrativa e financeira adequada;</li> <li>• Conselhos de Promoção da Igualdade Racial instituídos em âmbito local, com estrutura adequada;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituição de direito do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR, como espaço de pactuação da política no âmbito do SINAPIR;</li> <li>• Melhoria no serviço público prestado direcionado à população negra.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>Este compromisso já foi devidamente implementado. Ele previa a implementação inicial do SINAPIR, a partir da implantação do sistema e do fomento à adesão de Estados, DF e Municípios.</p> <p>A implantação ocorreu com a publicação do Decreto n.º 8.136/2013, assinado durante a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília, DF, que aprovou a regulamentação do SINAPIR.</p> <p>Já o fomento à adesão de Estados, DF e Municípios foi construído a partir da publicação da Portaria n.º 8/2014, de 11 de fevereiro de 2014, que aprovou os procedimentos para adesão dos entes federativos ao SINAPIR e as modalidades de gestão previstas para o sistema. Essa Portaria estabeleceu a priorização de acesso a recursos públicos federais por parte dos entes que aderirem ao SINAPIR, consistindo atualmente o principal fomento a essa adesão.</p> <p><b>As etapas realizadas para a implementação do compromisso foram:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Consulta Pública do documento base do SINAPIR: realizada em <b>2013</b>;</li> <li>2. Recebimento de Contribuições dos Ministérios ao documento base do SINAPIR: recebidas em <b>2013</b>;</li> <li>3. Instituição de Grupo de Trabalho: implementado em <b>2013</b>, com resultados submetidos à SEPP/PR e ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR;</li> <li>4. Elaboração de Proposta de regulamentação SINAPIR: elaborada em <b>2013</b> a partir dos subsídios do Grupo de Trabalho acima citado;</li> <li>5. Apresentação e discussão na III Conapir: implementado a partir da discussão do sistema durante a Conferência;</li> <li>6. Decreto instituído: publicado em <b>2013</b>;</li> <li>7. Implementação do SINAPIR: a implantação e implementação inicial do sistema foi concluída em 2014, com a publicação da Portaria n.º 8/2014 e com o lançamento dos primeiros editais públicos que já garantiram o acesso prioritário aos recursos federais por parte dos entes participantes do SINAPIR. Contudo, a implementação do sistema será uma atividade contínua e seguirá após dezembro de 2014, conforme previsto no compromisso.</li> </ol> <p>Em relação aos resultados, no que se refere às adesões ao SINAPIR, a Seppir já recebeu <u>33 solicitações</u> para participação no Sistema. Destas,</p>

	<p><u>11 já foram publicadas</u> no Diário Oficial da União: cinco na modalidade Gestão Básica – Nova Lima/MG, Araçatuba/SP, Botucatu/SP, Caxias do Sul/RS e Estado do Rio Grande do Sul; quatro na modalidade Gestão Intermediária – Rio Branco/AC, Itajaí/SC, Porto Alegre/RS e Estado do Espírito Santo; e duas na modalidade Gestão Plena – Guarulhos/SP e Estado da Bahia. As demais solicitações de adesão ainda estão em processo de diligenciamento.</p> <p>Em 2014, a SEPP/PR lançou a Chamada Pública nº 01 com o objetivo de apoiar os Estados, DF e Municípios na implementação do SINAPIR. Os entes subnacionais encaminharam 80 propostas para a estruturação ou fortalecimento de órgãos, conselhos, fóruns e ouvidorias de promoção da igualdade racial, das quais 34 foram habilitadas. Destas, sete foram convertidas em convênios. O atendimento das diligências para o aperfeiçoamento das propostas e a regularidade fiscal dos entes federados são condições necessárias à liberação dos recursos, a qual também obedece à ordem de classificação da Chamada Pública.</p> <p>No compromisso, foram estabelecidas algumas metas para adesão ao SINAPIR que ainda não foram atingidas, em função de que o processo de adesão envolve o cumprimento de alguns requisitos que atestam a institucionalização da política de promoção da igualdade racial em âmbito local. De qualquer forma, novas estratégias já foram desenhadas e devem ser implantadas a partir de 2015, com foco específico e direcionado para o aumento da adesão de entes federados ao SINAPIR.</p> <p>O não atingimento das metas em 2014 não é uma preocupação nesse momento, visto que os entes federativos que ainda não integram o sistema estão num processo de preparação para participação do SINAPIR. O mais importante é que estes têm compreendido a importância do sistema para a efetividade da política de promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo em todo país.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>



<b>Compromisso: (3.7) APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Pedro de Carvalho Pontual
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional de Articulação Social
<b>E-mail</b>	Pedro.pontual@presidencia.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3411-3328
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer e aperfeiçoar os mecanismos participativos, de forma que a participação social se torne um instrumento de fortalecimento da democracia, uma política de Estado e um método de governar;</li> <li>• Estimular a cultura de participação social;</li> <li>• Criar campo fértil para a articulação entre os instrumentos.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Objetiva a aperfeiçoar os instrumentos de Participação Social nas políticas públicas, por meio da criação de referências e recomendações gerais e da promoção de uma maior articulação entre os instrumentos existentes. Espera-se que as ações previstas potencializem a efetividade dos fóruns de participação e das políticas públicas.
<b>Relevância</b>	<p>A democratização dos processos de gestão pública representa um importante mecanismo que tende a reforçar os processos de melhoria institucional.</p> <p>A publicação de recomendações para aperfeiçoamento dos instrumentos de participação social e melhor articulação entre os mesmos, qualifica esses espaços e melhora a efetividade da participação e do controle social sobre as políticas.</p> <p>A ação de construir e divulgar banco de dados com resoluções das conferências nacionais contribui para o incremento da transparência. Além disso, a divulgação em formato de dados abertos permite a recombinação desses dados com outros, fomentando a inovação na participação social.</p> <p>A maior proximidade entre Estado e sociedade pode gerar estímulos e pressões para que o gestor preste contas aos cidadãos, o que facilitará a sua possível responsabilização (accountability).</p>
<b>Ambição</b>	<p>Contribuir para um maior grau de parceria entre o Estado, movimentos e organizações da sociedade civil, tanto na criação quanto no aperfeiçoamento de espaços participativos, além de proporcionar condições que fortaleçam institucionalmente esses atores e qualifiquem sua participação.</p> <p>Propiciar o uso das informações sobre as resoluções das conferências nacionais em outros espaços participativos e na priorização de políticas públicas.</p>
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	Em maio de 2014, o Decreto nº 8.243 foi publicado, instituindo a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Construída a partir de um longo

	<p>processo de diálogos e consultas, a PNPS representa um conjunto de diretrizes relativas às instâncias e mecanismos de diálogo e participação social, e tem como objetivo organizar e articular tais mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.</p> <p>As diretrizes da PNPS orientam o funcionamento das instâncias e mecanismos de participação social, existentes hoje no Governo Federal, a saber, Conselhos, Comissões de políticas públicas e Fórum Interconselhos, Conferências, Ouvidorias, Mesas de Diálogos, Audiências Públicas, Consultas Públicas e ambientes virtuais de participação, que passam, então, a se articular em um Sistema Nacional de Participação Social.</p> <p>A construção de uma Política Nacional de Participação Social surgiu da necessidade de reconhecer a participação social como direito – já previsto na Constituição Federal – e organizar os mecanismos de participação, fortalecendo a atuação conjunta entre Estado e Sociedade para o aprimoramento da gestão pública.</p> <p>A PNPS é resultado de um diálogo amplo entre gestores e servidores públicos de diversos órgãos federais, realizado, inicialmente, por meio da Sala de Situação do Fórum de Direitos e Cidadania e, posteriormente, do Fórum Governamental de Participação Social (FOGOPS), assim como em reuniões bilaterais com os órgãos do governo federal e com as organizações da sociedade civil, entre 2011 e 2013. Esse diálogo deu origem a uma minuta de Decreto que foi submetida a um processo de consulta pública na internet, em meados de 2013, cujas contribuições foram sistematizadas e incorporadas ao texto.</p> <p>A Política Nacional de Participação Social se configura como uma referência aos órgãos e entidades da administração pública federal para melhor estruturação dos mecanismos e instâncias de participação social existentes, permitindo um maior grau de aderência social ao ciclo de gestão de políticas públicas, e contribuindo para o aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública.</p> <p>Um avanço da PNPS que se destaca, ainda, é o seu caráter multiplicador em todo território nacional, já que os entes federados são estimulados a aderir ao Compromisso Nacional pela Participação Social. Até Março de 2015, haviam aderido ao Compromisso 6 estados e 29 municípios. (Fonte: Departamento de Participação Social, SG/PR, mar/2015).</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>



<b>Compromisso: (3.8) PORTAL BRASILEIRO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Pedro de Carvalho Pontual
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional de Articulação Social
<b>E-mail</b>	Pedro.pontual@presidencia.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3411-3328
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizar a internet para criar novos espaços de participação;</li> <li>• Construir uma prática de democracia, na qual os cidadãos possam intervir cotidianamente na agenda pública, no processo decisório e nos fóruns de deliberação pública;</li> <li>• Abrir canais para a população não engajada em movimentos ou organizações formais participar da elaboração e do acompanhamento de políticas públicas; e</li> <li>• Tornar visíveis as propostas e os mecanismos de participação que os movimentos organizados usam para entregar suas demandas e contribuições ao governo.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	O Portal faz parte da construção da Política Nacional de Participação Social. O portal vai agregar informações sobre oportunidades de participação social no governo federal e estimular a formação de comunidades em torno de temas ligados à participação.
<b>Relevância</b>	<p>O compromisso atende ao princípio de participação cidadã, já que o portal fornecerá informações e um espaço propício para o envolvimento da sociedade na gestão pública e em temas correlatos. Pode-se mencionar também que o compromisso incrementa a transparência, uma vez que as informações do portal poderão aperfeiçoar o conhecimento sobre os processos participativos de construção das políticas públicas.</p> <p>Ademais, a própria criação de um portal eletrônico interativo e integrado com os ambientes de redes sociais é um exemplo de atendimento ao princípio da inovação e tecnologia.</p>
<b>Ambição</b>	<p>Contribuir para um maior grau de parceria entre o Estado, movimentos e organizações da sociedade civil, quanto ao aperfeiçoamento de espaços participativos, além de proporcionar condições que fortaleçam institucionalmente esses atores e qualifiquem sua participação.</p> <p>Construir e fomentar espaço de rede social onde atores da participação social possam compartilhar práticas, agendas e outras informações.</p> <p>Construir e promover um conjunto de ferramentas para momentos participativos (transmissão de eventos com interação, consultas públicas etc.)</p>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	O Participa.br é a Plataforma Federal da Participação Social. Trata-se de um ambiente virtual de participação social, configurando-se como mais um espaço para participação no Brasil, que favorece a escuta e diálogo

	<p>entre o Governo Federal e a Sociedade Civil. A plataforma, totalmente desenvolvida em software livre, tem como missão desenvolver práticas inovadoras de participação via internet e oferta de espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, com o intuito de construir políticas públicas cada vez mais eficazes e efetivas.</p> <p>A construção do Portal, desde o início, foi realizada de forma colaborativa. Em outubro de 2011, durante a Oficina de Novas Mídias, Representação e Participação, desenvolvida no Seminário Nacional de Participação Social identificaram-se sugestões e propostas para o Portal. O resultado foi o primeiro rascunho do projeto do Portal. Após o desenvolvimento do projeto, o Portal veio ao ar em 2013.</p> <p>O Portal dispõe de ambientes interativos e participativos para consultas públicas e etapas virtuais de conferência, transmissão interativa de eventos e reuniões, tornando-se um repositório agregador do conhecimento sobre participação social disperso na rede. O portal de participação social se propõe como um espaço onde a sociedade dialoga com diferentes agentes de governo, trazendo contribuições e colaboração nas diversas etapas das políticas públicas.</p> <p>No início de dezembro de 2013 entrou no ar a primeira versão do portal com o nome definitivo e mais amigável - Participa.br - e já com o espaço para criação das comunidades de participação social e as trilhas de participação, principal lógica do Participa.br.</p> <p>O Participa.br dispunha, em junho de 2014 de 30 Comunidades com uma ou mais trilhas de Participação. As Comunidades são ambientes que reúnem pessoas com interesses comuns, facilitando a troca de ideias e a interação, organizando os debates e aumentando o engajamento. Dentre estas, há Comunidades Temáticas que se constituem como espaços para a proposição e o debate de ideias que devem se tornar políticas públicas. As Comunidades Temáticas devem ser geridas por representantes do Governo e da Sociedade Civil. Os órgãos de governo presentes, que participam de Comunidades Temáticas, são: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Universidade de Brasília (UnB); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Ministério da Justiça; Secretaria-Geral da Presidência da República e Controladoria-Geral da União.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>

<b>Compromisso: (3.9) DADOS ABERTOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Justiça
<b>Nome do responsável</b>	Victor Martins Pimenta
<b>Departamento</b>	Programa de Transparência e Acesso a Informações
<b>E-mail</b>	Victor.pimenta@mj.gov.br
<b>Telefone</b>	(061) 2025 9933
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a publicação de dados governamentais em formato aberto;</li> <li>- Possibilitar linked data (dados linkados) de dados públicos;</li> <li>- Possibilitar a construção e o monitoramento de indicadores de transparência em políticas públicas;</li> <li>- Fomentar o desenvolvimento de soluções e aplicativos para o gerenciamento e análise de dados abertos por organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e empresas de iniciativa privada especialistas em tecnologia da informação;</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso consiste na padronização de dados abertos governamentais. Isso abrirá a possibilidade de manipulação e conexão de informações, o que ampliaria as suas possibilidades de uso pelos cidadãos. A partir do momento em que é assegurada a publicação dos dados governamentais em formato aberto, existe uma abertura para a construção e para o monitoramento de indicadores de transparência em políticas públicas. Além disso, há o fomento ao desenvolvimento de soluções e aplicativos para o gerenciamento e análise de dados abertos por organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e empresas de iniciativa privada especialistas em tecnologia da informação.
<b>Relevância</b>	Na medida em que se cria um padrão para dados governamentais é possível disseminar seu acesso e seu uso por meio de ferramentas que possibilitem a visualização e a integração das informações e a construção de indicadores para monitoramento. Isso fortalece a ação política da sociedade civil organizada, além de possibilitar o acompanhamento por todos os cidadãos.
<b>Ambição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da usabilidade dos dados abertos;</li> <li>- Envolvimento mais efetivo da sociedade civil no monitoramento dos dados de transparência;</li> <li>- Capacidade de visualizar informações e produzir conhecimento.</li> </ul>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso assumido pelo Ministério da Justiça de abertura e padronização de dados abertos governamentais está sendo cumprindo em sua integralidade, com a crescente abertura de bancos de dados do MJ em formato de dados abertos, realização de 02 concursos de aplicativos em dados abertos e elaboração do Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais do MJ.</p> <p>O Ministério da Justiça vem promovendo a abertura de novas bases de</p>

	<p>dados, já possuindo, atualmente, 11 bases de dados publicadas em formato aberto, disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal de Dados Abertos do Ministério da Justiça.</p> <p>Em novembro de 2012, o Ministério da Justiça firmou Acordo de Cooperação Técnica, sem transferência de recursos, com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br), representado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.Br), por meio do Escritório Brasileiro do W3C, com o objetivo de desenvolver uma parceria para o desenvolvimento de projetos relacionados a dados abertos, inclusive o mapeamento das bases de dados do Ministério da Justiça a serem divulgadas em formato aberto pela sociedade. Na ocasião, foi publicada a primeira base de dados do MJ no Portal Brasileiro de Dados Abertos, o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas.</p> <p>Ainda no escopo do Acordo de Cooperação Técnica celebrado, o MJ lançou, em novembro de 2012, o 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos, sobre a base de dados de Reclamações Fundamentadas do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec. A iniciativa teve sua conclusão em maio de 2013, com a premiação dos aplicativos vencedores, possibilitando a criação, pela própria sociedade civil, de ferramentas de visualização e cruzamento de dados que auxiliam os consumidores brasileiros a colocarem em prática o acesso à informação sobre reclamações contra fornecedores.</p> <p>Dando continuidade ao processo de abertura de dados e estímulo à sua reutilização pela sociedade civil, também foi realizado, em 2013, o 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça, sobre novas bases de dados abertas. Na ocasião, foram criadas ferramentas sobre as bases de dados dos boletins de acidentes de trânsito e de multas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), contendo informações detalhadas desde 2007 sobre cada acidente e autuação registrados pelo órgão. Ao longo de 2013, foi realizada, ainda, a abertura de diversas bases de dados de aparelhos públicos, todas catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos.</p> <p>Em 2014, o Ministério da Justiça elaborou o seu Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais (PDAE/MJ). O documento detalha a Política de Dados Abertos e Espaciais no âmbito do Ministério, que será instituída por meio de Portaria, além de apresentar orientações estratégicas e operacionais para ações de implementação e promoção de abertura de dados, inclusive os geoespacializados, constituindo-se no instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização, racionalização e sustentabilidade dos dados do MJ.</p> <p>O Plano foi disponibilizado para consulta pública por meio da plataforma</p>
--	---



	Participa.br, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, abrindo espaço para amplo debate e recebimento de sugestões pela sociedade civil. A publicação do documento está prevista para acontecer até julho de 2014.
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2013</b>

<b>Compromisso: (3.10) SISTEMA ELETRÔNICO PARA CONSULTAS PÚBLICAS</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Saúde
<b>Nome do responsável</b>	Cristina Marinho Ribeiro
<b>Departamento</b>	Núcleo de Regulação e Boas Práticas Regulatórias – NUREG/ANVISA
<b>E-mail</b>	nureg@anvisa.gov.br
<b>Telefone</b>	61 3462-4005
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Garantir maior transparência das contribuições recebidas e estimular a participação social nas Consultas Públicas da Anvisa.
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso consiste na implantação de um sistema eletrônico, por meio do qual a Anvisa pretende tornar o processo de Consultas Públicas mais acessível ao usuário, ágil e transparente, com destaque para o FormSUS, que possibilitará o acompanhamento das contribuições em tempo real pelo público interessado. O principal objetivo do projeto é o de garantir maior transparência das contribuições recebidas e estimular a participação social nas Consultas Públicas da Anvisa.
<b>Relevância</b>	Fica facilitado o acesso a informações, pois o cidadão não precisa passar por nenhuma etapa de petição, nem de espera pelo retorno de sua solicitação. Entende-se, portanto, que há incremento da transparência, responsabilização e prestação de contas (accountability) e participação cidadã.
<b>Ambição</b>	Espera-se maior facilidade de acesso da sociedade às Consultas Públicas da Anvisa, bem como a seus resultados, fomentando a participação social nos processos decisórios.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>Todas as consultas públicas de caráter normativo publicadas em 2013 foram realizadas por meio de sistema informatizado.</p> <p>Em junho de 2012, na reunião ordinária nº 19/2012, a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou o redesenho do processo de regulamentação da Agência e a utilização do sistema FormSUS para o recebimento e o acompanhamento das contribuições recebidas nas propostas de atos normativos submetidos à consulta pública.</p> <p>O indicador do compromisso firmado nesta parceria refere-se ao percentual de Consultas Públicas da Anvisa, com caráter normativo, cuja participação se dá por sistema eletrônico em determinado período.</p> <p>Método de cálculo: Número de Consultas Públicas de caráter normativo cuja participação se dá por sistema eletrônico/ Número de Consultas Públicas de caráter normativo publicadas.</p> <p>A meta pretende 60% das propostas normativas submetidas à CP realizadas via FormSUS no 1º semestre de 2013 e 80% no 2º semestre do mesmo ano.</p> <p>Os resultados aferidos apontam que tivemos 13 propostas de atos normativos submetidos à consulta pública no 1º semestre de 2013 e que 100% delas foram realizadas via sistema FormSUS. Igualmente, no 2º</p>



	<p>semestre, tivemos outras 19 propostas de atos normativos submetidos à consulta pública e 100% delas via FormSUS.</p> <p>O sistema informatizado de CP nos permite acompanhar, em tempo real, a opinião geral dos contribuintes, além de colher sugestões da sociedade a fim de aprimorar o conteúdo dos regulamentos elaborados. A Anvisa tem identificado também a opinião dos participantes acerca do formulário no que se refere à facilidade de utilização, à clareza dos campos e orientações de preenchimento, e aos aspectos visuais do Formulário. Como resultado identificamos que, nas 33 CPs normativas de 2013, os 1578 participantes emitiram 1506 opiniões onde 87% tiveram facilidade na utilização da ferramenta, 86% consideraram claros os campos e as orientações de preenchimento e outros 83 % consideraram os aspectos visuais do Formulário ótimo ou bom. Abaixo, a síntese das avaliações recebidas:</p> <p>Avaliação do Formulário Facilidade de utilização Clareza dos campos e das orientações de preenchimento Aspectos visuais.</p> <p>O sistema eletrônico para o recebimento e o acompanhamento das contribuições recebidas em consultas públicas de caráter normativo foi plenamente utilizado em 2013, bem como continua em uso em 2014.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Novembro/2014</b>



<b>Compromisso: (3.11) MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR MEIO DA INTENSIFICAÇÃO DO USO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério da Saúde
<b>Nome do responsável</b>	Mauricio Buccioli Guernelli
<b>Departamento</b>	Departamento de Informática do SUS – DATASUS/SGEP
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:mauricio.guernelli@saude.gov.br">mauricio.guernelli@saude.gov.br</a>
<b>Telefone</b>	61 3315 3508
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumentar a garantia de acesso universal à saúde;</li> <li>2. Disponibilizar informações de qualidade para uso na elaboração, desenvolvimento e gestão de políticas de saúde;</li> <li>3. Melhorar a qualidade do atendimento prestados aos usuários do SUS;</li> <li>4. Melhorar o controle contra ações fraudulentas;</li> <li>5. Melhorar a disponibilidade de dados de qualidade para a realização de ações de auditorias e controle em saúde;</li> <li>6. Viabilizar o Registro eletrônico de Saúde – RES</li> <li>7. Possibilitar que o próprio usuário realize interações com o Sistema Único de Saúde</li> </ol>
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso consiste na melhoria dos serviços de saúde no âmbito do SUS por meio da ampliação das vantagens inerentes à maior disponibilização do Cartão Nacional de Saúde. Isso possibilitará a vinculação dos procedimentos executados no âmbito do SUS ao usuário, ao profissional que os realizou e também à unidade de saúde onde foram realizados. Assim, a implementação desse projeto aumentará a garantia de acesso à saúde e a qualidade e efetividade do atendimento aos cidadãos e melhorará a qualidade das informações e de seu uso na elaboração, no desenvolvimento e na gestão de políticas de saúde.
<b>Relevância</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhoria no controle contra ações fraudulentas;</li> <li>2. Melhoria na disponibilidade de dados de qualidade para a realização de ações de auditorias e controle em saúde;</li> <li>3. Disponibilidade de informações de qualidade para uso na elaboração, desenvolvimento e gestão de políticas de saúde;</li> <li>4. Aumento na transparência do atendimento aos cidadãos com a disponibilização do seu histórico de atendimento no SUS, assim como os procedimentos que realizou e os profissionais de saúde que o atenderam;</li> <li>5. Aplicação de tecnologia na melhoria da prestação dos serviços públicos visto que facilita a identificação do usuário e reduz a burocracia no atendimento.</li> </ol>
<b>Ambição</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento de software para cadastro de usuários do SUS, registro de ações de saúde, inclusive dispensação de medicamentos, e extração de informações de apoio à gestão do Sistema Único de Saúde e sua operacionalização no SUS;</li> <li>2. Desenvolvimento e publicação de portal na internet para divulgação de informações ao público a respeito do Cartão Nacional de Saúde;</li> </ol>

	<p>3. Desenvolvimento e publicação de portal da internet para acesso do cidadão a seus dados de cadastro e registros de ações de saúde a seu próprio respeito e por parte de médicos a respeito de seus pacientes;</p> <p>4. Implementação de monitoramento de transações no Cadastro de Usuários do SUS em tempo real (BAM);</p> <p>5. Desenvolvimento de aplicativo para smartphone que permita que o usuário consulte o número de seu cartão a partir de outro dado pessoal;</p> <p>6. Sensibilização e capacitação de profissionais de saúde a respeito do Cartão Nacional de Saúde</p>
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O projeto foi integralmente cumprido, de acordo com os dados fornecidos pelo MS abaixo:</p> <p>a) Foram editadas Portarias de consolidação e uso do número do Cartão Nacional de Saúde nos diversos sistemas de informação do Ministério da Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria nº 940/11-GM, Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão) nas ações e serviços de saúde no território nacional.</li> <li>• Portaria nº 2.073/11-GM, Regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, nos níveis Municipal, Distrital, Estadual e Federal, e para os sistemas privados e do setor de saúde suplementar.</li> <li>• Portaria nº 16/11-SGEP/SVS, Estabelece regras para a integração de sistemas de informação da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) com o Sistema Cartão Nacional de Saúde.</li> <li>• Portaria nº 02/12-SAS/SGEP, Dispõe acerca do preenchimento do número do Cartão Nacional de Saúde do usuário no registro dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares.</li> </ul> <p>b) Foi desenvolvido e disponibilizado o sistema CADSUS WEB para consulta, cadastro e atualização cadastral de usuários do SUS no Cartão Nacional de Saúde para ser utilizados nos Estabelecimentos de Saúde.</p> <p>c) Foi construído o Barramento da Saúde, em arquitetura SOA para possibilitar a integração de sistemas utilizando o número do Cartão Nacional de Saúde como chave de integração.</p> <p>Foram integrados 15 sistemas ao Barramento de saúde e outros sistemas estão sendo integrados.</p> <p>d) Foi desenvolvido e implementado o Portal de Saúde do Cidadão, por meio do qual o usuário do SUS tem acesso, de forma segura, aos</p>

	<p>registros de suas interações com o SUS.</p> <p>e) Foi desenvolvido painel de controle e monitoramento da movimentação de acesso e operação do aplicativo CADSUS WEB e dos serviços deste consumidos pelos demais sistemas.</p> <p>f) Foi realizada a higienização da base de dados dos usuários do Cartão Nacional de Saúde.</p> <p><b>Detalhes baseados no formulário de atingimento de metas:</b></p> <p>2012 – Disponibilização da nova versão do CADSUS WEB para a impressão do Cartão Nacional de Saúde dos usuários</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EXECUTADO</li> </ul> <p>2012 – Distribuição de 10 milhões de mídias do Cartão Nacional de Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram distribuídas 8.375.500 de mídias do Cartão;</li> </ul> <p>2013 – Distribuição de 90 milhões de mídias do Cartão Nacional de Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação interrompida devido a mandado de segurança na licitação das mídias do Cartão Nacional de Saúde;</li> </ul> <p>2013 – Disponibilização do Portal de Saúde do Cidadão para acesso dos usuário do SUS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EXECUTADO, entregue em fevereiro de 2013;</li> </ul> <p>2013 – Entrega de 12 mil impressoras de etiquetas para os municípios imprimir os dados dos usuários para colar no Cartão SUS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram entregues nas Regionais 11.740 impressoras e os municípios retiraram 10.556;</li> </ul> <p>2014 – Distribuir 90 milhões de mídias do Cartão Nacional de Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram distribuídos cerca de 15 milhões. Limitações orçamentárias impõem limitação da meta para a distribuição de mais 50 milhões de mídias.</li> </ul> <p>2014 – Entrega de impressoras de etiquetas para os municípios imprimir os dados dos usuários para colar no Cartão SUS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram entregues nas Regionais para disponibilização aos municípios 1.740 impressoras, resultante de aditivo que aumentou em 20% o montante de impressoras.</li> </ul>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2013</b>

## Eixo 4: Aumento da Responsabilidade Corporativa

<b>Compromisso: (4.1) APERFEIÇOAMENTO E VALORIZAÇÃO DO CADASTRO EMPRESA PRÓ-ÉTICA</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Renato de Oliveira Capanema
<b>Departamento</b>	Coordenação-Geral de Integridade
<b>E-mail</b>	renato.capanema@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	61 2020 6558
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Transformar o Cadastro Empresa Pró-Ética em um parâmetro para estruturação e implementação de programas de <i>compliance</i> .
<b>Descrição do compromisso</b>	Aperfeiçoar o sistema do Cadastro Empresa Pró-Ética, de forma a aumentar o número de empresas que constam do cadastro e que implementam programas efetivos e impactantes de <i>compliance</i> . Para tanto, a política de divulgação do cadastro será melhorada, bem como a estratégia para dar visibilidade às empresas que constam do cadastro. Além disso, o regulamento do cadastro e as ferramentas de verificação das medidas de integridade serão aprimoradas e novas parcerias, com outros órgãos e entidades do setor público, do setor privado e da sociedade civil, serão formatadas, de modo a fortalecer o alcance da iniciativa.
<b>Relevância</b>	O compromisso reflete diretamente dois princípios: 1. A participação cidadã <i>latu sensu</i> , entendida esta como a participação do setor empresarial privado na prevenção e combate à corrupção, e 2. A tecnologia e inovação, tanto porque o processo de candidatura da empresa e avaliação de suas medidas é realizado eletronicamente, mediante o uso de sistema específico desenvolvido para essa finalidade, assim como porque se trata de iniciativa inovadora no âmbito da Administração Pública brasileira e internacional.
<b>Ambição</b>	Os resultados esperados são o fortalecimento da capacidade do setor empresarial de aplicar conceitos de prevenção da corrupção na prática empresarial e o fortalecimento direto do cadastro como uma ferramenta de incentivo às empresas.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (compromisso modificado e prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	Esse compromisso sofreu uma alteração substancial de escopo devido ao fato de ter sido aprovada a Lei 12.846/2013 em fevereiro de 2014, que versa sobre a responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção. No cenário vigente à época do estabelecimento do compromisso, a principal ideia era aperfeiçoar o sistema do Cadastro Empresa Pró-Ética, a fim de gerar facilidades para todos os seus usuários e pessoas envolvidas no projeto, além de melhorar alguns aspectos técnicos e de divulgação do Cadastro com o intuito não somente de valorizá-lo, mas

	<p>também de destacar as medidas de compliance incentivadas e difundidas através da iniciativa.</p> <p>Com a entrada em vigor da supracitada Lei 12.846/2013, tornou-se indispensável rever o compromisso, em virtude da necessidade de se promover a revisão e atualização do Cadastro a fim de compatibilizá-lo com as novas exigências legais, ainda visando a sua valorização e, sobretudo, a promoção da adoção de medidas de compliance pelas empresas.</p> <p>Devido às mudanças de escopo, o objetivo do compromisso agora é transformar o Cadastro Empresa Pró-Ética em um parâmetro para estruturação e implementação de programas de compliance. Para a consecução dessa meta, devem ser cumpridas até julho de 2015 as etapas abaixo descritas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) implementação de nova política de divulgação do cadastro ;</li> <li>(ii) implementação de estratégia para dar visibilidade às empresas que constam do cadastro;</li> <li>(iii) renovação do website;</li> <li>(iv) aperfeiçoamento do sistema;</li> <li>(v) aprimoramento do regulamento do cadastro e fortalecimento das ferramentas de verificação das medidas de compliance;</li> <li>(vi) promoção de eventos e oficinas junto ao setor privado; e</li> <li>(vii) realização de parcerias com outros órgãos e entidades do setor público (como agências reguladoras, instituições financeiras, autarquias, etc.), setor privado ou sociedade civil, que possam contribuir para o fortalecimento do cadastro.</li> </ul> <p>Até a entrada em vigor da Lei 12.846, foi possível implementar as etapas (iii), (iv) e (v) e, parcialmente, a (vii). O advento da lei gerou a necessidade de estipular novas etapas, priorizando-as com relação a etapas anteriormente previstas. Assim, após a entrada em vigor da lei, as principais etapas para alcance dos objetivos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. adaptar o questionário e regulamento do cadastro em função das especificidades da lei 12.846/2013;</li> <li>2. atualizar o website;</li> <li>3. alterar o sistema em virtude do item acima;</li> <li>4. promoção de eventos e oficinas junto ao setor privado;</li> <li>5. fortalecimento e realização de novas parcerias com outros órgãos e entidades do setor público (como agências reguladoras, instituições financeiras, autarquias, etc.), setor privado ou sociedade civil, que possam contribuir para o fortalecimento do cadastro;</li> <li>6. implementação de nova política de divulgação do cadastro;</li> <li>7. implementação de estratégia para dar visibilidade às empresas que constam do cadastro.</li> </ol>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Julho/2015 (prazo anterior: março/2015)</b></p>

<b>Compromisso: (4.2) AMPLIAR A BASE DE DADOS DO CADASTRO UNIFICADO DE IMPEDIMENTOS PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CEIS)</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Controladoria-Geral da União
<b>Nome do responsável</b>	Andréa Franco França
<b>Departamento</b>	Corregedoria-Geral da União
<b>E-mail</b>	andrea.franca@cgu.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2020-7574
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Tornar acessível ao cidadão a relação das empresas e as pessoas físicas que descumprem, em âmbito nacional, total ou parcialmente, regras contratuais ou de contratação e servir de fonte de referência para os órgãos da Administração Pública no tocante aos seus processos de compras, funcionando como ferramenta de transparência para a sociedade em geral.
<b>Descrição do compromisso</b>	Promover, por meio de parcerias, a ampliação do CEIS - banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União, que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorre, como efeito, a restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.
<b>Relevância</b>	O compromisso reflete o <u>princípio da responsabilização e prestação de contas (accountability)</u> porque esclarece ao cidadão que a Administração Pública, ao não mais contratar com pessoas físicas ou jurídicas inidôneas, está primando pela gestão dos recursos financeiros colocados ao seu dispor para a consecução de objetivos e desempenho de atividades públicas. Também, reflete os <u>princípios de incremento da transparência e da inovação e tecnologia</u> por meio da ampliação da base de dados do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), que é um banco de informações acessível aos cidadãos e mantido pela Controladoria-Geral da União, que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.
<b>Ambição</b>	- Incluir mais 05 (cinco) Estados da Federação no CEIS a fim de se obter um banco de dados com informações a respeito de empresas e pessoas físicas inidôneas impedidas de contratar com a Administração Pública da maior parte dos Estados da Federação.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	Em 29/01/2014 entrou em vigor a Lei nº 12.846/2013, a chamada Lei de Responsabilização de Pessoas Jurídicas ou Lei Anticorrupção, que trata da responsabilização de pessoas jurídicas por atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Esta Lei, além de estabelecer novas sanções, a serem registradas em cadastro específico (Cadastro Nacional das Empresas Punidas - CNEP), também ampliou

	<p>significativamente o alcance do CEIS, na medida em que, no seu artigo 23, dispôs que todos os “órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993”.</p> <p>Com o objetivo de atender às determinações da Lei nº 12.846/2013, a CGU desenvolveu o Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, onde os órgãos registram diretamente as penalidades por eles impostas, as quais são publicadas no Portal da Transparência do Governo Federal (<a href="http://www.portaltransparencia.gov.br">www.portaltransparencia.gov.br</a>). O sistema foi lançado em fevereiro de 2014 e pode ser acessado através do sítio <a href="http://www.ceiscadastro.cgu.gov.br/">http://www.ceiscadastro.cgu.gov.br/</a>.</p> <p>Desde a implantação do Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, cinco Estados já aderiram ao novo sistema: Acre, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Tocantins. Por sua vez, outros cinco Estados estão com processo de implementação em andamento: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.</p> <p>Dessa forma, o compromisso assumido pela CGU, de “Ampliar a base de dados do Cadastro Unificado de impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública – CEIS.”, com a inclusão de mais 05 (cinco) Estados da Federação no Cadastro Unificado de impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública- CEIS, até dezembro de 2014, já foi integralmente cumprido pela equipe gestora do CEIS (Coordenação-Geral de Entes Privados/CRG), com perspectivas futuras de crescimento.</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014</b>



**Eixo 5: Criação de comunidades mais seguras**

<b>Compromisso: (5.1) Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>Nome do responsável</b>	Arnoldo Anacleto de Campos
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN
<b>E-mail</b>	arnoldo.campos@mds.gov.br
<b>Telefone</b>	(061) 2030 - 1119/1120
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	O objetivo do compromisso é elaborar e implementar metodologia de monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015).
<b>Descrição do compromisso</b>	O compromisso objetiva elaborar e implementar metodologia de monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), de forma a dar maior transparência às atividades de governo e prestar contas à sociedade com relação aos recursos financeiros destinados a ações de segurança alimentar e nutricional.
<b>Relevância</b>	<p>A construção do Plano de SAN como um todo, bem como o seu monitoramento, possui forte participação cidadã, pois o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um dos principais atores envolvidos no processo.</p> <p>A disponibilização dos indicadores obtidos no processo de monitoramento do Plano aumenta a transparência das atividades de governo e presta contas à sociedade dos recursos financeiros destinados às ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional, além de permitir que gestores e demais cidadãos analisem as informações, debatam e contribuam para a melhoria da atuação governamental nessa área.</p> <p>O compromisso reflete, ainda, o princípio da Tecnologia e Inovação, pois se utilizará de sistema de informações para realização do monitoramento.</p>
<b>Ambição</b>	Com a efetivação do compromisso, espera-se o aumento da transparência e da disponibilidade de informações acerca das metas pactuadas no PLANSAN. Com o monitoramento, espera-se também contribuir para o processo de aprimoramento e revisão do Plano, que deve ser realizado a cada dois anos.
<b>Situação</b>	<b>Implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p>O compromisso foi dividido em 5 etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboração de metodologia para o monitoramento do PLANSAN 2012-2015.</li> </ol> <p><b>Resultado:</b> A metodologia foi elaborada e aprovada pelo Comitê Técnico</p>

	<p>de Monitoramento e Avaliação do PLANSAN - CT 09 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN</p> <p>2. Realização de ajustes no Sistema de Monitoramento do PLANSAN e Alimentação do Sistema pelos órgãos responsáveis.</p> <p><b>Resultado:</b> Foi implementado e está em funcionamento o SISPLANSAN – Sistema Informatizado de Monitoramento do PLANSAN. O Sistema é uma das principais ferramentas do Plano, por meio do qual os órgãos que possuem metas no Plano (intersectorial) apresentam informações sobre o cumprimento da meta.</p> <p>3. Publicação de Resolução da CAISAN para normatizar a alimentação do Sistema</p> <p><b>Resultado:</b> Houve a publicação da Resolução nº 9 da CAISAN, em 23 de dezembro de 2014, aprovando as orientações para a elaboração e o monitoramento dos novos planos de segurança alimentar e nutricional de âmbito nacional, estadual e municipal.</p> <p>4. Realização de oficinas com os órgãos responsáveis</p> <p><b>Resultado:</b> Em 2013, foram realizadas 9 oficinas com os órgãos que possuem ações no PLANSAN 2012-2015 (uma para cada diretriz da Política Nacional de SAN ) com o objetivo de discutir a execução, a revisão e a priorização das metas do Plano de forma intersectorial.</p> <p>5. Divulgação de boletins de monitoramento e elaboração de documento de balanço para a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional+2.</p> <p><b>Resultado:</b> Balanço das metas do PLANSAN 2012-15 publicado e apresentado durante a IV Conferência de SAN + 2 realizada em março de 2014</p>
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014 (prazo anterior: junho/2014)</b>

<b>Compromisso: (5.2) SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria de Políticas para as Mulheres
<b>Nome do responsável</b>	Aline Yamamoto
<b>Departamento</b>	Secretária-Adjunta Nacional de Enfrentamento à Violência
<b>E-mail</b>	aline.yamamoto@spm.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3313-7431
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	A construção do Sistema Nacional trará vários benefícios para a sociedade, como: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Padronização dos dados nacionais e de serviços;</li> <li>b) Sistematização da informação;</li> <li>c) Possibilidade de comparação entre serviços de diferentes poderes e entes federativos;</li> <li>d) Focalização para execução de política pública;</li> <li>e) Informação estratégica para tomada de decisão;</li> <li>f) Transparência na execução da Lei Maria da Penha;</li> <li>g) Confiança na aplicação da Lei Maria da Penha e no alcance de direitos.</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Criação de um sistema para coleta e armazenamento de informações padronizadas sobre a execução de políticas públicas relacionadas à execução da Lei Maria da Penha.
<b>Relevância</b>	O compromisso é uma clara iniciativa no sentido de ampliar a transparência das ações desenvolvidas pelos governos dos diferentes entes federativos, pelo Poder Judiciário e Ministério Público. Representa inovação no sentido de unir em uma única base de dados informações oriundas de diversas fontes, mostrando a atuação transversal dos órgãos sobre um mesmo tema. Assim, fica mais fácil para a sociedade acompanhar e monitorar o tema, já que o compartilhamento de competências funciona apenas para uma organização interna do Estado. Como haverá uniformidade entre os dados, eles serão passíveis de comparação e, conseqüentemente, responsabilização daqueles que foram inferiores ao resultado local ou nacional. A prestação de contas fica facilitada: com as informações orçamentárias de recursos e os dados de atendimento, os órgãos terão de justificar como os processos meio interferiram no resultado final.
<b>Ambição</b>	Como se trata da implantação de um sistema, o resultado esperado é o funcionamento e entrega do Sistema Nacional de dados.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (compromisso modificado e prazo adiado)</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	A criação de um sistema de informações padronizadas sobre a Lei Maria da Penha é um grande desafio do Governo Federal, tendo em vista o caráter descentralizado desta política pública, contando, portanto com a autonomia dos estados, bem como dos diversos órgãos do sistema de justiça e da segurança pública envolvidos na sua implementação. Deste

	<p>modo, a Secretaria de Política para as Mulheres tem a oportunidade de dar início à padronização e à integração dos sistemas de informação a partir da ampliação da Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180 e da implantação das Casas da Mulher Brasileira - espaços de atendimento às mulheres em situação de violência que contam com os diversos órgãos responsáveis pela execução da Lei Maria da Penha, tais como: apoio psicossocial, juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM), promotorias especializadas e serviço de abrigo. Uma vez que a primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em fevereiro e que a licitação para ampliação do Ligue 180 (que inclui a criação de um sistema de atendimento interligado às Casas da Mulher Brasileira) ainda não foi finalizada, <b>o compromisso encontra-se em andamento com prazo e escopo modificados.</b></p> <p><b><u>Descrição das atividades/etapas a implementação do compromisso</u></b></p> <p>A implementação de um sistema de informações produzidas no âmbito dos órgãos responsáveis pela execução da Lei Maria da Penha passa pela padronização de procedimentos e informações e pelo acompanhamento de casos desde o momento de busca pelos serviços de atendimento (incluindo o registro da ocorrência) até o cumprimento da decisão judicial. Para tanto, a criação do Sistema das Casas da Mulher Brasileira torna-se fundamental na uniformização dos dados sobre violência contra as mulheres, tendo em vista os diferentes serviços que compõem a Casa.</p> <p>A padronização de dados sobre violência contra a mulher na Casa da Mulher Brasileira (CMB) permitirá o cruzamento de informações dos diferentes sistemas existentes (Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180; Vigilância de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências - Sistema de Informações de Agravos de Notificação/ SINAN-VIVA); Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal/SINESPJC; Censo SUAS/Creas); na medida em que o sistema contará com as informações desses sistemas em diferentes momentos do atendimento da mulher na Casa (a saber, dados do SINAN poderiam ser coletados no processo de acolhimento e triagem e no atendimento psicossocial; dados das promotorias especializadas no Cadastro Nacional do Ministério Público; dados do SINESPJC nas delegacias especializadas da CMB). Além dos sistemas existentes, a SPM acompanha e pretende incorporar ao sistema da Casa da Mulher Brasileira, os dados do Cadastro Nacional do Ministério Público (ainda em fase de finalização).</p> <p>Para a consecução do projeto, são necessários os seguintes passos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Articulação com as instituições responsáveis pelos diferentes</li> </ol>
--	--

	<p>sistemas de dados sobre violência contra as mulheres (Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça), visando à uniformização dos dados da Casa da Mulher Brasileira com os sistemas sob responsabilidade dos diferentes órgãos;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2) Finalização da licitação da Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180 (que inclui a atualização do sistema de atendimento da Central que se integrará ao Sistema da Casa da Mulher Brasileira);</li> <li>3) Licitação para implementação do sistema da Casa da Mulher Brasileira;</li> <li>4) Negociação com os diferentes serviços de cada uma das Casas da Mulher Brasileira (defensoria, promotoria, apoio psicossocial, juizado de violência doméstica contra a mulher, delegacia, serviço de abrigo), nas diferentes unidades da federação, para implantação do sistema unificado da Lei Maria da Penha;</li> <li>5) Realização de projeto-piloto nas três primeiras Casas da Mulher Brasileira implantadas no país: Campo Grande (inaugurada em fevereiro de 2015), Brasília e Curitiba.</li> </ol> <p><b><u>Justificativa para a alteração do prazo</u></b></p> <p>A alteração do prazo se deve à necessidade de integrar o sistema do Ligue 180 às Casas da Mulher Brasileira e de uniformizar/integrar as informações do sistema da Casa com os demais sistemas de informações sobre violência contra a mulher (SINAN/VIVA; SIM), aos sistemas de informações sobre segurança pública e justiça (SINESPJC, Cadastro Nacional do Ministério Público).</p> <p><b><u>Atividades realizadas até fevereiro de 2015</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Licitação do Ligue 180 em fase de finalização;</li> <li>• Elaboração das diretrizes dos núcleos especializados de atendimento à mulher da Defensoria Pública, pelo Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), em parceria com a SPM;</li> <li>• Elaboração das diretrizes da Casa da Mulher Brasileira;</li> <li>• Elaboração de protocolos e fluxos da Casa da Mulher Brasileira, contemplando os dados e as informações coletadas pelos diferentes sistemas e órgãos envolvidos na execução da Lei Maria da Penha;</li> <li>• Articulação dos diferentes serviços envolvidos na execução da Lei Maria da Penha (apoio psicossocial, defensoria pública, ministério público, delegacia especializada) na implantação de um sistema integrado de dados sobre violência contra a mulher no âmbito da Casa da Mulher Brasileira;</li> <li>• Criação de grupo de trabalho para implementação do Cadastro</li> </ul>
--	---

	Nacional de Dados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (previsto na Lei Maria da Penha), que conta com a participação da SPM.
<b>Implementação até</b>	<b>Junho/2016 (prazo anterior: dezembro/2014)</b>

<b>Compromisso: (5.3) ELABORAÇÃO DE PROCESSOS PARA A CONSULTA PRÉVIA DA CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República, com o apoio de Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça.
<b>Nome do responsável</b>	Juliana Gomes Miranda
<b>Departamento</b>	Secretaria Nacional de Articulação Social
<b>E-mail</b>	juliana.miranda@presidencia.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 3411-1709
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	Realizar estudo e avaliação dos procedimentos da consulta prévia prevista na convenção 169 da OIT em processo de diálogo com os sujeitos de direitos.
<b>Descrição do compromisso</b>	Estudar e avaliar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia a esses povos quando forem previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente, garantindo a efetiva participação dos povos indígenas e tribais na tomada de decisões.
<b>Relevância</b>	Transparência nos atos do Poder Público com efeitos sobre povos e comunidades afetados, por meio de procedimentos de consulta prévia e participação dos sujeitos de direito.
<b>Ambição</b>	Conclusão do estudo e da avaliação relativas à Consulta Prévia prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de modo que possam auxiliar na implementação de tal dispositivo.
<b>Situação</b>	<b>implementado</b>
<b>Descrição dos resultados</b>	<p><b>O compromisso foi totalmente cumprido</b>, pois foram efetuados diversos estudos e avaliações da Convenção 169 da OIT, mediante a implementação de um Grupo de Trabalho Interministerial, por meio da Portaria Interministerial nº 35, de 31 de janeiro de 2012, com a finalidade de <i>estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais</i>. O GTI foi encerrado em Fevereiro de 2014.</p> <p>A atuação do grupo resultou em proposta de texto de regulamentação para que fosse amplamente debatida junto aos sujeitos de direitos. Este Grupo, co-coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR e pelo Ministério das Relações Exteriores - MRE, contou com a participação de representantes dos seguintes órgãos: Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional da Polícia Militar, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social</p>

e Combate à Fome, IBAMA, FUNAI, Fundação Palmares, AGU, DNIT, INCRA, ICMBIO e Ministério da Cultura.

**Resultados obtidos e atividades realizadas**

Uma das primeiras atividades do GTI foi de realizar, em março de 2012, o Seminário Internacional “Convenção 169/OIT: experiências e perspectivas”, ocasião em que tal discussão foi apresentada e debatida junto aos sujeitos de direitos e outros interessados e definidas a diretrizes da agenda participativa de trabalho que se iniciaria a partir desse evento.

Uma agenda participativa foi elaborada para o processo de regulamentação. Contudo, o diálogo com indígenas foi prejudicado em decorrência de críticas destes povos a algumas medidas como a edição da Portaria nº 303, que estabeleceu condicionantes para a demarcação e uso de terras indígenas.

Mesmo em face dessas manifestações, a Secretaria-Geral da Presidência da República, além de reforçar as demandas indígenas, manteve esforços para o diálogo com organizações indigenistas, com vistas a ampliar o conhecimento acerca do texto da Convenção 169, a exemplo de oficina na Terra Indígena Parque do Xingu, em São Gabriel da Cachoeira e na TI Raposa Serra do Sol. Ademais, o conteúdo da Convenção 169, traduzido para as línguas ticuna, terena e guarani foi levado a pelo menos 14 diferentes encontros, entre reuniões de comissões e oficinas com jovens indígenas.

Além disso, a coordenação do GTI da C169 participou de debates sobre a Convenção em reuniões ordinárias da Comissão Nacional de Política Indigenista; no Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena; em duas reuniões de Conselhos Distritais de Saúde Indígena: Baía da Traição- PB e Palmas - TO; durante a RIO +20, com participação de indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais; na Comissão Estadual dos Povos Indígenas da Bahia e Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, em Salvador; com os Guarani de São Paulo, organizada pela Comissão Pró Índio- CPI-SP; no curso sobre políticas públicas com indígenas e gestores no Amapá, organizado pelo IEPÉ; no Encontro dos Povos do Cerrado; e com jovens indígenas, em Brasília/DF.

Como demanda da própria Convenção 169, o processo de diálogo deve ser flexível, a coordenação do GTI buscou repactuar com quilombolas e indígenas essa agenda. A metodologia de diálogo com comunidades quilombolas foi reconstruída com a sua Coordenação nacional, a CONAQ, que sugeriu a realização de reuniões regionais, de caráter informativo. Foram nove reuniões informativas com comunidades quilombolas de



	<p>todo o Brasil, com a participação de cerca de 800 representantes de comunidades quilombolas de 24 estados na federação.</p> <p>No primeiro semestre de 2014, o GTI encerrou seus trabalhos com sugestões de encaminhamento em relação ao debate dos termos da Convenção 169, apresentando os contornos gerais para um aprofundamento normativo do texto da regulamentação no nível ministerial e prestando informação de suas atividades.</p> <p>Com relação aos indígenas, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, defendeu a importância dos povos indígenas discutirem protocolos internos às suas comunidades, que seriam pontos de partida para um regramento geral de procedimentos de consulta. Tivemos ciência da experiência bastante interessante, mas ainda singular, dos indígenas do norte do país, de etnia Wajãpi, que trabalharam num protocolo de consulta do seu povo. Trata-se de um documento que reúne os princípios gerais da Convenção 169 em relação à consulta prévia e define uma organização política mínima desse povo, preparando-o para o debate com o governo. Ademais, a partir dos trabalhos do GTI, a Funai coordenou a editoração e a publicação de uma cartilha, intitulada de "A Convenção da OIT e o direito de consulta livre, prévia e informada" (2013).</p> <p>Outro resultado desse processo de regulamentação, importante de se destacar, foi o amadurecimento, dentro do Governo, de uma proposta de um processo de consulta prévia, nos moldes da 169, para os empreendimentos hidrelétricos no rio Tapajós. Nesse caso, houve também uma decisão judicial que determinou à União e outros a cumprirem com o dever de realizar a consulta ou informar ao juízo suas tentativas.</p> <p>Desde 2012, um grupo de trabalho, formado pela SGPR, AGU, MME, MMA, MPOG e FUNAI, buscou desenhar, a partir dessa experiência com a regulamentação dos procedimentos de consulta, um formato diferenciado de interação com os indígenas na região. Reconhece-se a dificuldade de diálogo entre o governo e os povos indígenas, bem como com as organizações sociais locais, o que tomou quase dois anos esse trabalho de reaproximação e construção de uma relação de confiança.</p> <p>Nos dias 02 e 03 de setembro/2014, esse grupo do Governo Federal, com a presença do Ministério Público Federal, reuniu-se com 120 indígenas no Médio Tapajós, oportunidade que teve de apresentar seu planejamento a respeito do leilão do empreendimento e sua proposta de processo de consulta prévia, composto de quatro etapas (planejamento, informação, diálogo e comunicação dos resultados).</p> <p>Para proporcionar melhor compreensão da proposta, o plano foi</p>
--	---



	traduzido para a língua <i>Munduruku</i> por três professores indígenas, alunos do curso Ibaorebu, que produziram um texto e um arquivo de áudio distribuído entre os participantes.
<b>Implementação até</b>	<b>Dezembro/2014 (prazo anterior: janeiro/2014)</b>

<b>Compromisso: (5.4) REFORMULAÇÃO DOS ATUAIS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO</b>	
<b>Órgão responsável</b>	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
<b>Nome do responsável</b>	Fernando Matos
<b>Departamento</b>	Departamento de Defesa dos Direitos Humanos
<b>E-mail</b>	fernando.matos@sdh.gov.br
<b>Telefone</b>	(61) 2027-3289
<b>Objetivo (s) do compromisso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver um novo modelo de execução dos programas de proteção, de modo a uniformizar procedimentos e otimizar recursos, ferramentas e estrutura utilizadas para sua operacionalização;</li> <li>- Aprimorar o processo de transferência de recursos no âmbito dos programas de proteção, de modo a atender seu caráter de política continuada;</li> <li>- Criar mecanismos de coordenação intragovernamental, a fim de aperfeiçoar a articulação de ações de competência de demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal;</li> <li>- Avaliar e propor alternativas aos processos de avaliação do risco a que estão submetidos aqueles no âmbito dos programas de proteção;</li> </ul>
<b>Descrição do compromisso</b>	Esse compromisso visa ao fortalecimento dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, mediante uma discussão ampla do modelo atual com os principais atores envolvidos, tanto governamentais quanto da sociedade civil, e realização de estudos para a instituição do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, que permitirá o aprimoramento da metodologia de proteção, considerando as especificidades de cada público alvo (crianças e adolescentes, testemunhas e vítimas, defensores dos direitos humanos). Além disso, serão institucionalizados mecanismos de articulação interministerial no que tange à coordenação e implementação de ações e políticas voltadas às pessoas ameaçadas (considerando as particularidades do sigilo das informações referentes às pessoas protegidas e a vulnerabilidade e risco a que estão submetidas) e serão estabelecidas parcerias com agentes de segurança pública para o aprimoramento da avaliação do risco no âmbito dos programas de proteção de forma a garantir uma melhor adequação das medidas de proteção caso a caso.
<b>Relevância</b>	A proposta se traduz na discussão e na adoção de alternativas mais benéficas à sociedade; o processo será feito de forma transparente, com participação de todos os atores envolvidos, inclusive com a sociedade civil, público alvo por excelência da política pública.
<b>Ambição</b>	A reestruturação e o aprimoramento dos programas de proteção, de forma que apresentem uma execução rápida e eficiente e que alcancem seu objetivo precípua, a proteção efetiva de todos aqueles que estão sob risco ou ameaça de morte.
<b>Situação</b>	<b>em andamento (prazo adiado)</b>

<p><b>Descrição dos resultados</b></p>	<p><b>Etapas realizadas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi realizada ampla discussão do modelo atual dos programas de proteção a pessoas ameaçadas (PROVITA, PPDDH e PPCAAM) com os principais atores envolvidos, tanto governamentais quanto da sociedade civil, visando à criação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas;</li> <li>- Foi realizada articulação interministerial no que tange à coordenação e implementação de ações e políticas voltadas às pessoas ameaçadas.</li> </ul> <p><b>Justificativa para alteração do prazo:</b></p> <p>As discussões realizadas junto a representantes dos governos estaduais e das organizações da sociedade civil sobre o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM avançaram desde o estabelecimento do compromisso de reformulação dos programas de proteção. No entanto, a construção de minuta de projeto de lei referente à criação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, conforme previsto no compromisso, ainda depende de aprofundamento do diálogo entre os atores envolvidos, além de consulta mais ampla à sociedade civil, para que o texto reflita a necessidade de fortalecimento desses programas, bem como o aprimoramento de sua gestão, uniformizando procedimentos e otimizando recursos envolvidos em sua execução. Cabe destacar, ainda, que, uma vez fechado o texto, ele deverá ser submetido ao Congresso Nacional.</p> <p>Em relação à criação de comitê interministerial voltado à proteção de pessoas ameaçadas, destaca-se que, em função das recentes alterações ministeriais, faz-se necessária a rediscussão do texto do Decreto que cria a instância com as pastas envolvidas, bem como a coleta das assinaturas dos novos dirigentes ministeriais.</p>
<p><b>Implementação até</b></p>	<p><b>Dezembro/2016 (prazo anterior: dezembro/2014)</b></p>

## V. Conclusão, outras iniciativas e próximos passos

Primeiramente, é importante dizer que o governo federal está trabalhando para atender as sugestões contidas no relatório do Mecanismo de Avaliação Independente que não foram atendidas plenamente até o momento no 2º Plano de Ação.

Além disso, o governo federal vem trabalhando para facilitar o monitoramento dos compromissos de forma mais organizada e tempestiva, permitindo maior controle da sociedade em relação ao andamento das iniciativas. Para isso, está sendo criado um sistema de monitoramento em que os órgãos poderão mais facilmente relatar o andamento da execução dos compromissos.

Há que se considerar ainda a necessidade de institucionalizar a participação da sociedade civil nos processos da OGP, o que vem sendo debatido entre governo e sociedade. Para atender a essa demanda, o Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto (GE-Ciga) propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) permanente integrado por entidades civis.

A primeira minuta da Resolução que institui o GT foi formulada no âmbito do GE-Ciga e foi submetida a uma consulta pública na comunidade de governo aberto do portal Participa.br<sup>10</sup> entre os dias 02 de abril e 03 de maio de 2014. Foram recebidos 68 comentários que impactaram o texto final da Resolução. As respostas do Governo aos comentários da sociedade civil foram inseridas em um documento de “Devolutiva”, que está disponível na plataforma do portal Participa.br. O próximo passo será o lançamento de um edital específico para a seleção das entidades civis que integrarão o GT, que tornará permanente o diálogo entre governo federal e sociedade civil nos processos envolvendo a Parceria para Governo Aberto.

---

<sup>10</sup> [www.participa.br/governoaberto](http://www.participa.br/governoaberto)